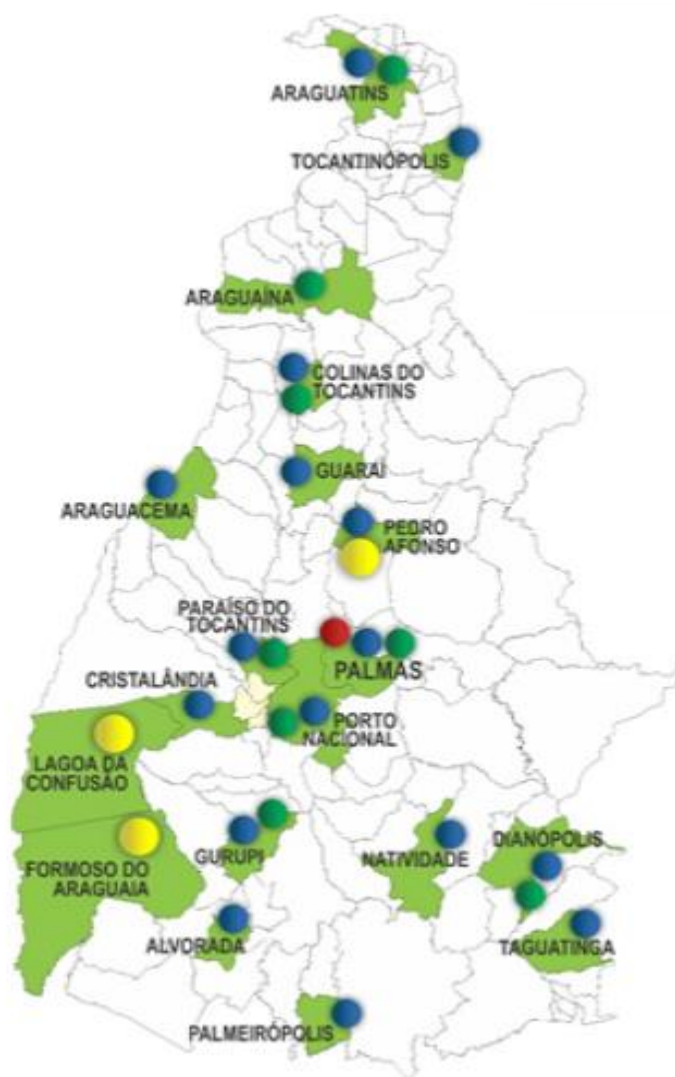


EXERCÍCIO 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO



LEGENDA:

- Reitoria
- Campi em pleno funcionamento
- Campus em fase de implantação
- Campus avançado em fase de implantação
- Polos de Educação a Distância

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2014

Aprovado pela Resolução nº 18/2015/CONSUP/IFTO, de 30 de março de 2015.

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 134/2013, Portaria TCU 90/2014, Portaria CGU nº 650/2014 e Decisão Normativa nº 139 e 140 /2014.

Unidades consolidadas abrangidas neste Relatório de Gestão:

Reitoria - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Campus Palmas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Campus Araguatins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Paraíso do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Araguaína

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Gurupi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Porto Nacional

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Dianópolis

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Formoso do Araguaia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Pedro Afonso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Lagoa da Confusão

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Reitoria.

PALMAS-TO
MARÇO/ 2015.

EXPEDIENTE FUNCIONAL

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Cid Ferreira Gomes

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Aléssio Trindade de Barros

Reitor

Francisco Nairton do Nascimento

Chefe de Gabinete do Reitor

Quenízia Vieira Lopes

Pró-reitor de Ensino

Ovídio Ricardo Dantas Júnior

Pró-reitor de Extensão

Hélder Cleber Almeida Pereira

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

Augusto Cesar dos Santos

Pró-reitor de Administração

Rodrigo Soares Lelis Gori

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Danilo Gomes Martins

Diretora de Gestão de Pessoas

Maria Edileuza Ferreira de França

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Araguaína

Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-geral do Campus Araguaína

Décio Dias dos Reis

Diretor do Campus Avançado Formoso do Araguaia

Marcelo Alves Terra

Diretor do Campus Avançado Lagoa da Confusão

Valquires Martins de Santana

Diretor^a do Campus Avançado Pedro Afonso

Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Colinas do Tocantins

Paulo Hernandes Gonçalves da Silva

Diretor-geral pro tempore do Campus Dianópolis

Jonas Reginaldo de Britto

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Gurupi

Paulo da Silva Paz Neto

Diretor-geral do Campus Palmas

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor-geral do Campus Paraíso do Tocantins

Antônio da Luz Junior

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Porto Nacional

Miguel Camargo da Silva

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	12
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.	13
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	19
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	36
2.1. Estrutura de Governança do IFTO	36
2.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	38
2.3. Sistema de Correição.....	70
2.4. Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno	70
2.5. Remuneração paga a Administradores	72
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	72
3.1. Canais de Acesso do Cidadão	72
3.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	73
3.3. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	74
3.4. Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada.....	74
3.5. Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada	74
3.6. Medidas relativas à Acessibilidade	74
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	75
4.1. Informações sobre o ambiente de atuação do IFTO	75
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	98
5.1. Planejamento da Unidade.....	98
5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	14
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31
6.1. Programação orçamentária e execução das despesas	31
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	4
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	17
8.1. GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	17
9. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	31
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DO ÓRGÃO DE CONTROLE	32
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	40

13.	INDICADORES DE GESTÃO DO IFTO NOS TERMOS DO ACORDÃO TCU Nº 2.267/2005.....	42
14.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro 2: A.1.3: Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas	20
Quadro 3: A.1.4 Macroprocessos Finalístico	21
Quadro 4: A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	70
Quadro 5: A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS.....	16
Quadro 6:A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS.....	25
Quadro 7: A.6.1.1 – Programação de Despesas	31
Quadro 8: A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	33
Quadro 9: A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	34
Quadro 10: A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários	35
Quadro 11: A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	1
Quadro 12: A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	2
Quadro 13: A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	1
Quadro 14: A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	1
Quadro 15: A.6.2 – Despesas com Publicidade	2
Quadro 16: A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	3
Quadro 17: A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos	1
Quadro 18: A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	2
Quadro 19: A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	2
Quadro 20: A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ	4
Quadro 21: A.7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva	5
Quadro 22: A.7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	6
Quadro 23: A.7.1.3 - Custos do Pessoal	8
Quadro 24: A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	10
Quadro 25: A.7.2.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	12
Quadro 26: A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	14
Quadro 27: A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	23
Quadro 28: A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	25
Quadro 29: A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	27
Quadro 30: A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	29
Quadro 31: A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental.....	31
Quadro 32: A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	32
Quadro 33: A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	35
Quadro 34: A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	38
Quadro 35: A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	39
Quadro 36: A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	39
Quadro 37: A.12.4.2 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	41
Quadro 38: B.65.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005	42

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 134/2013, Portaria TCU 90/2014, Portaria CGU nº 650/2014 e Decisão Normativa nº 139 e 140 /2014.

É composto pela Identificação da Unidade Jurisdicionada, finalidades, competências institucionais, macro processos finalísticos e de apoio, relacionamento do IFTO com a comunidade, ambiente de atuação, planejamento das ações e resultados alcançados, estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos, execução do plano de metas, estrutura de governança, avaliação dos controles internos, sistema de correição, programação orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão de tecnologia da informação, gestão ambiental e licitações sustentáveis, deliberações do TCU e OCI atendidas no exercício de 2014, informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna, declarações do contador, dos responsáveis pelo SICONV e SIASG, Resultados dos indicadores de Gestão – Acórdão TCU nº 2.267/2005 e informações complementares, referente ao exercício de 2014.

Em 2014 o IFTO iniciou as atividades no *Campus* de Colinas do Tocantins e nos *campi* avançados Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia.

Foram inauguradas importantes obras, como o Ginásio Poliesportivo nos *campi* Gurupi e Porto Nacional, assim como novos cursos, como é o caso do curso de Educação Física no *Campus* Palmas.

Destacamos ainda a Criação da Diretoria de Assuntos Estudantis, que visa melhoria na gestão da assistência estudantil e acompanhamento das ações que beneficie os discentes.

Outros pontos que devem ser destacados no ano de 2014 foram o incentivo à capacitação de servidores, com a oferta de novas vagas em programas interinstitucionais de mestrado e doutorado, assim como as ações desenvolvidas pelo Programa Qualidade de Vida (PQV), que visa proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores.

A preocupação com a sustentabilidade ambiental foi marcado pelas ações do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do IFTO através da Coleta Seletiva Solidária.

Consolidar, esse é o verbo que marcará as ações e atividades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins no ano de 2015. Indo ao encontro dessa meta, a partir deste ano, entra em vigor o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO, documento construído coletivamente por servidores, estudantes e comunidade externa, norteará as ações do IFTO pelos próximos cinco anos, contribuindo para a identificação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Tocantins.

Os *campi* continuarão a gerenciar seus recursos de forma autônoma, de acordo com as necessidades específicas de cada um. Assim, garantiremos que os alunos sejam bem atendidos e que os servidores tenham melhores condições de desempenharem suas funções.

QUADROS DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 134/2013 QUE NÃO HOUVE OCORRÊNCIA EM 2014

Parte A do Anexo II:

Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores.

Quadro A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores.

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Quadro A.6.7.2.10 – Declaração de Situação Fiscal.

Quadro A.6.8.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta.

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

Quadro A.8.2.3- Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.

Quadro A.11.1.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Quadro A.11.2.2–Situações das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Parte B do Anexo II:

Quadro B.32.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.

Quadro B.32.2 – Providências adotadas para substituição de terceirizados.

Quadro B.32.3 – Quantitativo de Terceirizados Irregulares nas Estatais Federais.

Quadro B.32.4 – Plano de substituição de terceirizados irregulares pelas estatais federais até 2016.

Quadro B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

QUADROS DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 134/2013 QUE NÃO SE APLICAM AO IFTO.

Parte A do Anexo II:

Quadro A.1.1.2 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1.3 – Identificação – Relatório de Gestão Agregado.

Quadro A.1.1.4 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.

Quadro A.6.8.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta.

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social.

Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em outras sociedades.

Parte B do Anexo II

Quadro B.1.1.1 – Relação dos Partidos.

Quadro B.1.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário.

Quadro B.1.1.3 – Distribuição dos Valores do Fundo Partidário aos Partidos no Exercício de 2013.

Quadro B.1.1.4 – Partidos que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.

Quadro B.1.1.5 – Partidos que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.

Quadro B.1.1.6 – Situação da Prestação de Contas das Direções Nacionais dos Partidos.

Quadro B.1.1.7 – Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos.

Quadro B.1.2.1 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado.

Quadro B.1.2.2 – Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos.

Quadro B.1.2.3 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência.

Quadro B.1.2.4 – Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2013.

Quadro B.1.2.5 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos.

Quadro B.15.1 – Indicadores Análise da situação econômico-financeira.

Quadro B.15.2 – Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ.

Quadro B.20.1 – Evolução do Plano Nacional de Desmobilização no Exercício de 2014.

Quadro B.31.1 – Quantidade de Licenças requeridas, concedidas e indeferidas.

Quadro B.31.2 – Licenças ambientais emitidas em 2014.

Quadro B.31.3 – Autos de Infração Julgados em 2014.

Quadro B.31.4 – Ações de Fiscalização por Superintendência.

Quadro B.46.1. – Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador.

Quadro B.46.2 – Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas.

Quadro B.46.3 – Prejuízos Contabilizados no Exercício de 2014.

Quadro B.46.4 – Ressarcimentos Efetuados pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2014, Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado.

Quadro B.46.5 – Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão.

Quadro B.54.6.1 – Captações Realizadas em Projetos de Obras de Audiovisual e Ações de Fiscalização Empreendidas.

Quadro B.59.1 – Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ.

Quadro B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício.

Quadro B.60.2.1 – Relação de membros do Conselho de Administração.

Quadro B.60.2.2 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões.

Quadro B.60.3 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício.

Quadro B.60.4 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão.

Quadro B.60.5 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão.

Quadro B.60.6 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação.

Quadro B.60.7.1 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício.

Quadro B. 60.7.2 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão.

Quadro B. 60.7.3 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados.

Quadro B. 60.7.4 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão.

Quadro B.60.8 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento.

Quadro B.60.9 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada.

Quadro B.61.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício.

Quadro B.61.2.1 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria.

Quadro B.61.2.2 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência.

Quadro B.61.3.1 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99).

Quadro B.61.3.2 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício.

Quadro B.61.4 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira.

Quadro B.64.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.

Quadro B.64.2 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.

Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

Quadro B.66.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Quadro B.66.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.

OBSERVAÇÃO: Os resultados dos Indicadores da Decisão TCU nº 2.267/2005 estão apresentados neste Relatório de Gestão referente ao quadro B.65.1 da DN TCU nº 134/2013.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1: A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins			
Denominação Abreviada: Instituto Federal do Tocantins			
Código SIORG: 100908	Código LOA: 26424		Código SIAFI: 26424
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.742.006/0001-98	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-2-00
Telefones/Fax de contato:	(063) 3229-2200	(063) 3229-2201	(063) 3229-2230
Endereço Eletrônico: reitoria@ifto.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifto.edu.br			
Endereço Postal: Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins – Brasil.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou em todo país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados a partir da união entre os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades. No Tocantins, com a integração da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) e a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTO, formado atualmente por 8 (oito) campi: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins e 3 (três) Campus Avançados: Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia , conforme inciso XXXVIII da Portaria Ministerial nº 06 de janeiro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto do IFTO			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158131	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Reitoria
158336	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas
158337	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins
158489	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Paraíso do Tocantins
158511	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguaína
158556	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Gurupi
158557	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Porto Nacional
158628	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Dianópolis
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26424	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158131	26424
158336	26424
158337	26424
158489	26424
158511	26424
158556	26424
158557	26424
158628	26424
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26424	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO foi criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O.U. de 30/12/2008, Seção I, tem sua estrutura administrativa definida no Art. 7º do seu Estatuto. Este, por sua vez, foi aprovado pela portaria 195 de 19 de Agosto de 2009, e publicado no D.O.U. de 20 de Agosto de 2009, Seção I.

O IFTO é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multi campi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos na sua prática pedagógica.

O IFTO tem por responsabilidade institucional a fundamentação em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

De acordo com a Lei 11.892/2008, no seu Arts. 6º, são finalidade e características dos institutos federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal do Tocantins é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, o IFTO executou suas atividades dentro dos programas de governo do seu orçamento, sempre balizado nas suas definições de Visão, Missão e princípios norteadores, assim instituídos:

Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Missão: Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Princípios norteadores: O Instituto Federal do Tocantins, em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, em seu artigo terceiro, declara como princípios norteadores da instituição:

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V - Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, da formação inicial e continuada de trabalhadores, em todos os níveis de escolaridade e da educação superior de graduação, através de cursos superiores de tecnologia, de cursos de licenciatura e bacharelado, e de cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”: XXXVIII – Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, e já é sinônimo de excelência no ensino em todo o Tocantins, pois oferece educação pública de qualidade do ensino básico ao superior.

A Reitoria amparada pelo seu estatuto é um órgão executivo com finalidade de administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades do IFTO, sendo composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

Administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são a missão da Reitoria como dos demais campi que a compõe. A Reitoria, com sede na cidade de Palmas, é composta pelos seguintes Campi: Araguatins, Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, e Porto Nacional, sendo estes, por sua vez, independentes e autônomos com personalidade jurídica própria.

A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão. Os campi avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso são vinculados administrativamente, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

O Campus Araguaína foi criado em agosto de 2008, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins e a antiga Escola Técnica Federal de Palmas, herdou o curso Técnico em Enfermagem da então Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína. Seu funcionamento foi autorizado pela portaria nº 862 de 10 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério da Educação, o que ocorreu em 11 de setembro de 2009.

Tem papel importante na região, ofertando cursos de qualidade para atender à crescente demanda de profissionais. Com ênfase na oferta de cursos na área da saúde e tecnologia da informação, o campus conta com estrutura de laboratórios de análises clínicas, anatomia e informática, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aliado à prática. Os cursos voltados para a área de informática atende atualmente a uma das principais demandas do mercado de trabalho. Além da recente ampliação nos ambientes administrativos e educacionais, foi inaugurado em 2013 o bloco de 12 salas de aula, ambiente estudantil de vivência, sala de vídeo e ambiente de atendimento individual, dentre outros espaços importantes para a unidade.

O Campus Araguatins, oriundo da memorável Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985 foi designada a funcionar com o 1º e 2º graus

profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

O Campus é uma verdadeira escola fazenda composta por diversos setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, piscicultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e agrossilvicultura.

Além disso, possui laboratórios de análises de solo, biologia, bromatologia, física, hardware, informática, microbiologia, microscopia, química e sistemas.

O Campus dispõe de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento, sendo que, entre eles podemos destacar um ginásio poliesportivo, uma piscina semiolímpica, um bloco com 24 (vinte e quatro) salas de aula, centro de cultura e centro de capacitação.

O Campus Avançado Formoso do Araguaia iniciou suas atividades em 2014/01. Em 07 de Abril de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 178/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 67 de 08/04/2014, sendo que este se instalou provisoriamente em uma sala na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. JK, Quadra 21, Centro, onde dividiu espaço com o setor de transporte escolar do município.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 4 cursos, os quais foram ministrados na Escola Municipal Dalci Barros Milhomen situada a Avenida Jorge Montel, s/n, no Jardim Planalto, nos períodos matutino e noturno.

A prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia se comprometeu em ceder uma escola para implantação da Unidade Avançada e uma área de 32 ha, sendo que os trâmites processuais de doação ocorreram no durante o ano de 2014.

Em 30 de Julho de 2014, iniciou-se as atividades do Campus Avançado Lagoa da Confusão. Em 09 de Maio de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 242/2014/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 88 de 12/05/2014.

O Campus Avançado Lagoa da Confusão encontra-se funcionando em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão, conforme Of. SEMEC nº 137/2013, de 10 de Novembro de 2013. A sede definitiva será construída em área a ser federalizada, conforme doação realizada por meio da Lei Municipal nº 651/2014 de 11 de agosto de 2014.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 2 cursos.

O Campus Avançado de Pedro Afonso foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, que, instituído pelas Leis Estaduais nº 8.022/75 e nº 9.504/84, funciona como Unidade Escolar desde 1973. Por meio da resolução nº 342, de 19/9/1985, do Conselho Estadual de Goiás, teve aprovada a Grade Curricular em que se habilitava a formar técnicos em Agropecuária.

Em 2012 implantaram-se dois novos cursos: Técnico em Logística e Técnico em Açúcar e Alcool, de acordo com a Resolução CCE-TO nº 108 de 22 de junho de 2012. Ao longo de sua trajetória, o Colégio Estadual Agrícola teve 20 Diretores em 18 Gestões.

Em junho de 2014, o Governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto ao Instituto Federal do Tocantins, através do Decreto nº 5.037 de 9 de maio de 2014, passando a se chamar Campus Avançado Pedro Afonso.

Com o intuito de estabelecer ações conjuntas durante o período de transição, a Secretária de Educação do Estado e o IFTO firmaram Termo de convênio para programar ações, somar e convergir esforços, destinar recursos e outras providências. Além disso, foi instituída uma Comissão, por meio da Portaria n.º 264/2014/REITORIA/IFTO, responsável pela convalidação dos atos pedagógico-

administrativos e outras providências, inclusive a regularização de matrícula dos alunos que se encontravam em curso no Colégio Agrícola.

O Campus Avançado Pedro Afonso, situado na Av. das Mongubeiras, nº 410 – Setor Aeroporto, possui uma área total de 2.952.400m², sendo 7.800m² de área construída.

O Campus Colinas do Tocantins foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto/2011. Em 10 de junho de 2014 o IFTO-Colinas do Tocantins teve sua autorização de funcionamento em razão da portaria 505 expedida pelo MEC. Assim, o primeiro ano de vida do Campus começa a dar seus primeiros passos em um prédio alugado pela Reitoria, onde funcionava a FUNDAMAN (Fundação Maçônica de Assistência ao Menor), situado à Avenida Tiradentes, nº 399, setor Campinas. O prédio que irá receber o Campus definitivamente encontra-se em fase de construção, na Avenida Bernardo Sayão, s/n setor Santa Maria, com previsão de entrega para 2016.

No dia 6 de junho de 2014, em ação da Reitoria Itinerante, o município é privilegiado com a aula inaugural do Instituto Federal do Tocantins, Campus Colinas do Tocantins. Compareceram ao momento histórico o Diretor pró-tempore, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva, o então Prefeito de Colinas do Tocantins José Santana Neto, membros da comunidade local e alunos oriundos do primeiro processo seletivo que preencheu 70 vagas para o Curso de Técnico em Informática na modalidade subsequente.

O curso acima citado teve seu Projeto Pedagógico (PPC) apresentado pelo diretor do Campus no dia 17 de junho de 2014 e iniciou suas aulas no dia 04 de agosto de 2014 recebendo neste dia as primeiras turmas de alunos do IFTO-Colinas do Tocantins

O Campus Dianópolis encontra-se sediado no município de Dianópolis, cidade polo da mesorregião Sudeste do estado do Tocantins, que é composta por vinte municípios. Em 2008 a região Sudeste do Tocantins foi reconhecida como Território da Cidadania e vem desenvolvendo alguns projetos e ações em busca do desenvolvimento regional sustentável. O Campus apresenta uma vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 ha, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecido como Instituto de Menores de Dianópolis. Além da vocação agrícola, o campus também desenvolve o potencial na área de informática.

Tendo em vista o compromisso em assumir seu papel institucional, o Campus Dianópolis vem concretizando ações voltadas para a sua infraestrutura, iniciou-se nos anos de 2012 e 2013 a construção de 2(dois) blocos de salas de aula, em 2013 foi iniciada a construção de 1(um) auditório como também a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de Link de Internet, buscando assim proporcionar meios capazes de atingir os objetivos de cunho pedagógico e social proposto pela organização.

O funcionamento do Campus Dianópolis foi autorizado pela Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação, tendo suas aulas iniciado dia 13 de maio de 2013 com um total de 150 vagas ofertadas nos Cursos: Técnico em Informática e em Agropecuária Subsequentes ao Ensino Médio, distribuídas nos três turnos. No segundo semestre de 2013 foram ofertadas mais 150 vagas nos mesmos cursos, além de cursos de curta duração pelo Ponatec. No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 60 estudantes para cursar: Técnico em Informática e em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio. A projeção para 2014 é de ofertar mais 90 vagas para os Cursos: Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio e 30 vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica.

O Campus Gurupi, instalado no edifício da antiga unidade do Centro Universitário da UNIRG, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gurupi e ocupa uma área de 20.000m². O campus foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, mas suas atividades foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano. O campus Gurupi é considerado referência no ensino técnico na região sul do Estado. Atualmente oferece o curso superior licenciatura em artes cênicas, os cursos técnicos subsequentes em agronegócios, edificações e arte dramática, curso proeja em operações comerciais e ensino médio integrado em agronegócio.

O Campus Palmas, instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 de criação do Institutos Federais, iniciou sua história em 1991, quando o Governo do Estado do Tocantins disponibilizou a área para construção de sua estrutura.

A chamada Escola Técnica Federal de Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Até então, o Estado do Tocantins dispunha de três unidades da Rede Federal de Educação Profissional: a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA); a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas); e a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins.

Atualmente o Campus Palmas oferece os cursos técnicos subsequentes em Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Mecatrônica, Controle Ambiental, Informática, Segurança do Trabalho, Secretariado; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agrimensura, Agronegócio, Eletrotécnica, Mecatrônica, Informática, Administração e Eventos; os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet, Gestão e Turismo e Gestão Pública; os cursos superiores de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática e bacharelado em Engenharia Civil; os cursos médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores; e o curso de Pós-graduação *latu sensu* em Telemática.

O Campus Palmas oferece ainda cursos técnicos subsequentes na Modalidade de ensino à Distância, em quinze cidades do Estado do Tocantins, Polos do EaD: Agroecologia; Administração; Secretariado; Informática para internet; Manutenção e Suporte em informática; Marketing; Controle Ambiental; Segurança do Trabalho.

O campus conta com 80 salas de aula (entrega planejada até o fim de 2019), uma biblioteca de mais de 25.000 volumes alojados em mais de 1.700 metros quadrados, além de 36 laboratórios, nas áreas de segurança do trabalho, gestão rural, informática, geoprocessamento, biologia, construção civil, hidráulica, física, hospedagem, robótica, mecatrônica, industrialização e topografia.

O Campus Paraíso do Tocantins, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso - CEP e fez parte do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

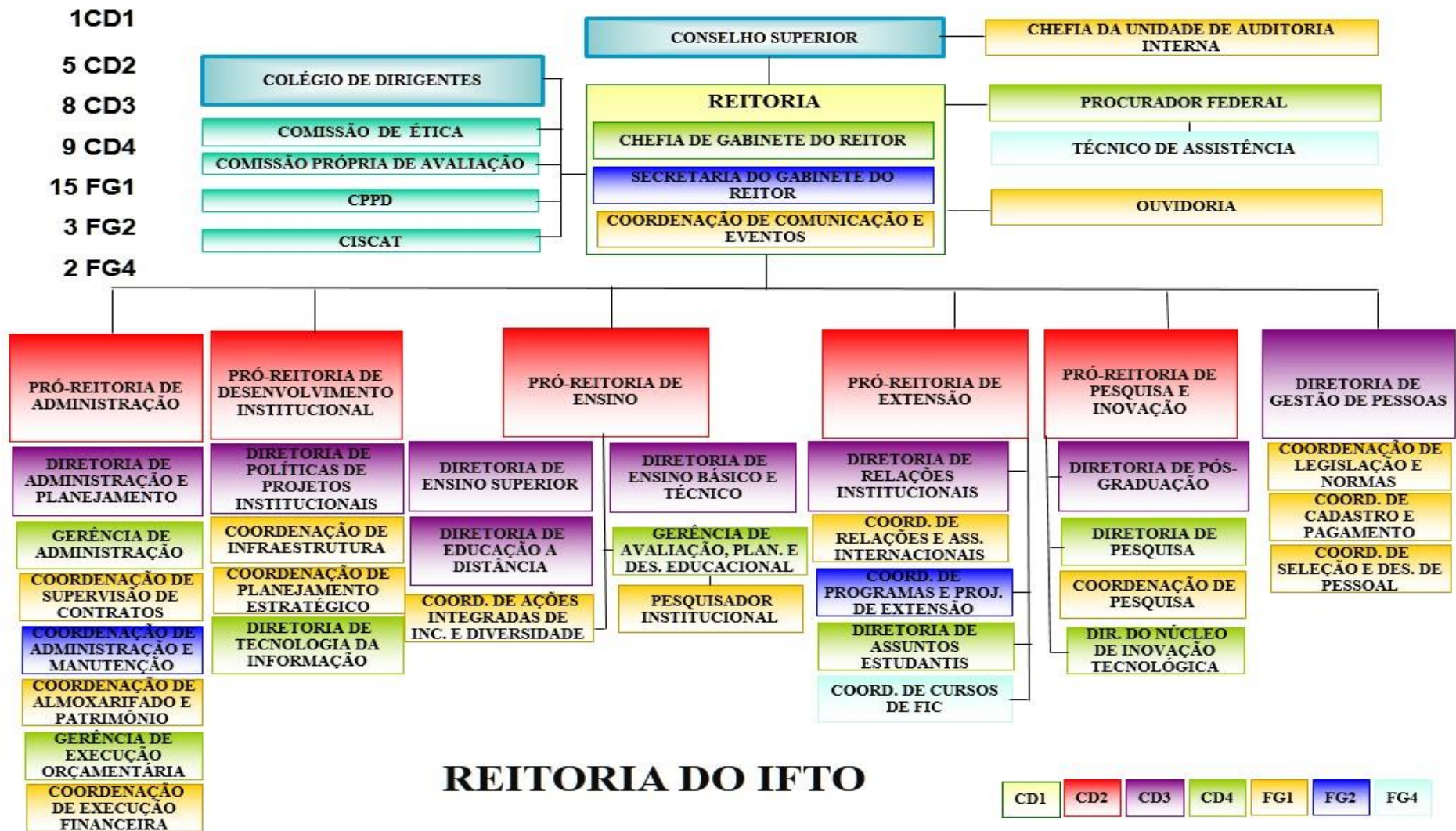
Implantado em 2007, o campus Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 5 de novembro do mesmo ano, e sua inauguração oficial ocorreu em 8 de novembro.

Este Campus dispõe de uma área de 19,73 hectares. Sua estrutura conta com 15 salas de aula (768 m²), biblioteca com mais de 8.300 volumes numa área construída disponível de 168,65 m², Ginásio de Esportes (1.128,60 m²) com banheiros, vestiários e salas administrativas, Auditório com dois camarins e dois banheiros (200,36 m²), laboratórios de abate suíno, informática, hortigranjeiro, saneamento e alimentos, além de ambientes administrativos.

O Campus Porto Nacional, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, consolidando um dos frutos do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo suas aulas iniciadas em 02 de agosto do mesmo ano. Atualmente, é ofertado os cursos superiores em licenciatura em computação e tecnologia em logística, os técnicos subsequentes em informática e logística e o ensino médio integrado em meio ambiente e a administração, além do curso Proeja.

Este Campus dispõe de uma área construída de 5.720,19 m². Sua estrutura conta com 28 salas de aula (957,60 m²), biblioteca com mais de 3.200 volumes numa área construída disponível de 247,17 m², Ginásio de Esportes (1.694 m²), laboratórios de química, biologia, física, informática, além de ambientes administrativos.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Quadro 2: A.1.3: Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	A Reitoria é o órgão executivo do IFTO, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia	Francisco Nairton do Nascimento	Reitor	Integral
Pró-reitoria de Ensino	À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os Campi	Ovídio Ricardo Dantas Júnior	Pró-reitor de ensino	Integral
Pró-reitoria de Administração	À Pró-Reitoria de Administração compete viabilizar as ações que envolvam os setores orçamentários e financeiros do IFTO, cuidar de todos os destaques orçamentários destinados ao IFTO, conforme descentralizações realizadas pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), trabalhar de forma conjunta com todas as outras Pró-Reitorias, Diretorias Gerais dos Campi e Gabinete;	Rodrigo Soares Gori	Pró-reitor de administração	Integral
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete fortalecer a identidade institucional, propor alternativas organizacionais que visam o constante aperfeiçoamento da gestão, expandir, ampliar, construir e/ou reformar e contribuir para a descentralização e melhoria da gestão do IFTO.	Danilo Gomes Martins	Pró-reitor de desenvolvimento institucional	Integral
Pró-reitoria de Extensão	À Pró-Reitoria de Extensão compete articular e coordenar as atividades de extensão de diversos setores do IFTO através de programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos e eventos em todas as suas áreas de atuação;	Hélder Cleber Almeida Pereira	Pró-reitor de extensão	Integral
Pró-reitoria de pesquisa e inovação	À Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de pós-graduação e dar incentivo e apoio à pesquisa; ampliar os cursos de Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i> , mestrados e doutorados, financiados pela Capes/SETEC; implantar e consolidar as práticas de pesquisa, visando o fortalecimento das mesmas no IFTO;	Augusto Cesar dos Santos	Pró-reitor de pesquisa e inovação	Integral

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Segundo a portaria TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014, os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente / cidadão.

Ainda segundo a portaria, neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produtos/serviços para o cliente interno ou externo.

Os macroprocessos do IFTO estão registrados em seu Estatuto e Regimento Geral; estes constituem os elementos que permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da instituição, sendo estabelecidos em bases legais e regimentais, bem como nos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Elementos fundamentais na estrutura do Planejamento organizacional, os macroprocessos do IFTO especificam como o instituto atua para cumprir com sua missão de proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional, a partir da caracterização das demandas e das necessidades dos clientes, descrevendo os produtos e os serviços a serem entregues, bem como os processos que os produzem.

Esse enfoque favorece o estabelecimento de indicadores de capacidade e a adoção de melhorias em metodologias de trabalho e instrumentos de controle, de forma a atender às necessidades dos clientes e maximizar o desempenho institucional. Os macroprocessos finalísticos do IFTO podem ser classificados em: Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão. Por sua vez, os macroprocessos de apoio compreendem: Administração, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Pessoas.

A seguir, são apresentados os macroprocessos definidos para o Instituto, com os respectivos processos, produtos, clientes e necessidades. Destaca-se que esse modelo lógico de visão sistêmica do IFTO está em constante construção. De tal modo, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos processos poderão evoluir, por meio de ampliações, eliminações e redefinições de seus escopos.

Quadro 3: A.1.4 Macroprocessos Finalístico

MACROPROCESSO FINALÍSTICO ENSINO
DESCRIÇÃO
Tem por objetivo planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os <i>campi</i> .

Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino Superior: Emitte pareceres sobre assuntos relativos ao ensino superior; Assessora os demais órgãos do IFTO em matéria de sua competência; Articula e supervisiona com as coordenações de cursos, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de graduação; Presta apoio técnico aos nos processos de criação, reestruturação, extinção e reconhecimento de cursos; Promove a avaliação da oferta de vagas do ensino superior;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino Superior
Ensino Básico e Técnico: Supervisiona e auxilia no planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFTO; Auxilia no planejamento e no acompanhamento da capacitação dos docentes e técnico-administrativos; Colabora com o Ministério Público Federal no acompanhamento e aplicação de leis ordinárias, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE); Assessora na definição dos critérios dos processos seletivos para admissão aos cursos do IFTO, no âmbito do ensino básico e técnico; Supervisiona a oferta e a adequação dos cursos no âmbito de sua atuação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Desenvolve programas de incentivo à formação dos estudantes ou de iniciativas extracurriculares; Promove, auxilia e desenvolve projetos de incentivo à implantação de novas práticas educacionais e de modernização dos ambientes didáticos; Colabora com a coleta e disseminação de dados e informações relativos aos cursos oferecidos no IFTO, bem como os dados dos quadros de pessoal docente e técnico administrativo para os sistemas de informações, no âmbito do ensino básico e técnico; Auxilia na elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção e avaliação de cursos; Mantem atualizadas as informações referentes aos cursos, no âmbito de sua competência, bem como divulgar em articulação com o setor responsável pela Tecnologia da Informação, na página oficial do IFTO, as informações relativas aos mesmos; Desenvolve e executa programas de certificação Colabora com pesquisas, levantamento de dados e de Arranjos Produtivos Locais que	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino Básico e Técnico

justifiquem a oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio; Auxilia na articulação junto aos do IFTO para elaboração de projetos de curso, editais, chamadas públicas; Faz relatórios anuais de atividades;		
Ensino à Distância: Desenvolve uma cultura institucional favorável à incorporação das tecnologias digitais ao ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino; Apoia, acompanha e controla o uso das tecnologias digitais no ensino presencial dos cursos regulares do IFTO; Promove o acesso ao ensino técnico e superior a jovens e adultos, mediante programas de Educação a Distância; Fomenta a interação e articulação interinstitucionais para a execução de projetos de Educação a Distância; Assessora a Reitoria e as Pró-reitorias em assuntos relacionados à educação à distância e tecnologias digitais aplicadas à educação, em todos os níveis e modalidades; Promove e aprimora, continuamente, a produção e integração de mídias, metodologias e tecnologias para educação à distância e apoio ao ensino presencial; Promove a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo de servidores para o uso de tecnologias digitais no ensino a distância; Busca a cooperação de instituições locais e estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a educação à distância em parceria; Organiza e acompanha a aplicação das tecnologias digitais nos programas de formação desenvolvidos pelo IFTO e pelos seus parceiros;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino à Distância
Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional: Participa do processo de avaliação e planejamento institucional; Auxilia no desenvolvimento e operação dos sistemas de informação do IFTO; Participa do planejamento, implantação e avaliação das ações e políticas de ensino, nos do IFTO, em consonância com as diretrizes emanadas da SETEC/M e com as diretorias de ensino superior, básico e técnico; Incentiva e promove ações que venham a contribuir para o crescimento, o fortalecimento e desenvolvimento acadêmico de todos os níveis de ensino; Acompanha, supervisiona e avalia os processos, planos e projetos de natureza acadêmica, objetivando viabilizar a sua execução financeira e administrativa no âmbito do IFTO; Promove reuniões com os diretores e/ou gerentes de ensino dos <i>campi</i>, buscando a qualidade e a eficiência das atividades pedagógicas e/ou administrativas;	Campi, Governo e Sociedade	Gerência de Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional

Acompanha e supervisiona as atividades desenvolvidas nas Coordenações de Registros Escolares dos campi; Apoia e acompanha as Comissões dos Processos Seletivos; Promove o diagnóstico sistemático e permanente, visando à avaliação quantitativa e qualitativa do ensino no âmbito do IFTO; Auxilia na elaboração do planejamento e das metas do IFTO; Participa das análises dos cursos de formação inicial e continuada, técnico de nível médio, superior de graduação e pós-graduação; Assessora na celebração de convênios com vias a implementação de cursos;		
Pesquisador Institucional: Acompanha a atualização dos dados do IFTO junto aos sistemas de controle do MEC; Acompanha, articula e supervisiona junto aos Auxiliares Institucionais as informações dos campi, em relação aos censos de educação; Acompanha os processos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos nos sistemas do MEC/e-MEC; Orienta e apoia os Coordenadores de Cursos quanto à aplicação das avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Coleta, tabula e disponibiliza dados obtidos dos censos da educação para elaboração dos Relatórios de Gestão; Orienta e apoia os campi no preenchimento dos dados nos sistemas de controle do MEC, por meio do Auxiliar Institucional; Analisa todos os dados educacionais obtidos, visando à melhoria da qualidade do ensino no IFTO; Subsidia o IFTO com informações que possam justificar toda e qualquer atividade que necessite de confirmação estatística; Promove capacitações aos auxiliares institucionais;	Campi, Governo e Sociedade	Pesquisador Institucional
Ações Integradas de Inclusão e Diversidade: Coordena as ações Integradas de Inclusão e Diversidade; Desenvolve ações articuladas entre as Pró-reitorias do IFTO nas diferentes áreas da Educação, atendendo as demandas de pessoas com necessidades específicas, da população LGBT, da Igualdade Racial e demais segmentos da sociedade;	Campi, governo e Sociedade	Coordenação de Ações Integradas de Inclusão e Diversidade

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

PESQUISA E INOVAÇÃO

Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pós Graduação: Assessora a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pós-graduação; Auxilia na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de Pós-Graduação; Atua na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pós-Graduação; Emite pareceres sobre assuntos relativos à Pós-Graduação; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais relativos à Pós-Graduação; Propõe parcerias com instituições que atuem na Pesquisa e Pós-Graduação e estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à Pós-Graduação; Promove e auxilia a promoção de eventos e editais acadêmico-científicos relacionados à Pós-Graduação; Assessora a elaboração de projetos de cursos de Pós-Graduação visando sua autorização e recomendação junto aos órgãos competentes; Coordena os programas de bolsas institucionais direcionadas a estudantes de Pós-Graduação e a servidores afastados para Pós-Graduação; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de Pós-Graduação do IFTO; Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na Pós-graduação;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Pós Graduação
Pesquisa: Assessora a Pró-reitoria na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa; Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de pesquisa; Atua na articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pesquisa; Emite pareceres sobre assuntos relativos à pesquisa; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais	Campi, Agências de Fomento Governo e Sociedade	Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Pesquisa

relativos à pesquisa; Propõe parcerias e promove intercâmbios com instituições que atuem na pesquisa, estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à pesquisa; Possibilita meio para captação de recursos externos para a pesquisa junto a órgãos fomentadores; Promove eventos acadêmico-científicos para divulgação das pesquisas realizadas no IFTO; Divulga eventos e editais relativos à pesquisa; Estimula e orienta a criação de grupos de pesquisa no IFTO; Gerencia o Diretório de Grupos de Pesquisa do IFTO no CNPq; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de pesquisa do IFTO; Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na pesquisa; Coordena e acompanha o desenvolvimento dos programas de pesquisa; Apoia e orienta a execução dos regulamentos e editais no âmbito dos programas de iniciação científica; Organiza a comissão de avaliadores para seleção e análise dos projetos de pesquisa no âmbito institucional e acadêmico; Divulga os resultados dos processos seletivos dos programas de iniciação científica vinculados ao IFTO; Divulga os resultados dos programas de pesquisas;		
Inovação Tecnológica: Convoca e preside as reuniões do Núcleo de Inovação Tecnológica; Assegura o cumprimento do Regulamento Interno do NIT; Regulamenta e zela pela execução das demandas do NIT; Mantem as articulações e inter-relações do NIT com as demais instâncias do IFTO, bem como em relação ao setor público e privado; Responsável pela preservação do patrimônio do NIT e gerir a captação de recursos financeiros, de acordo com o regulamento do NIT; Assessora nos assuntos relativos à Inovação Tecnológica; Assessora a Pró-reitoria de pesquisa e inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de Inovação Tecnológica; Realização de eventos relativos à inovação; Zela pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações,	Campi, Governo e Sociedade	Direção do Núcleo de Inovação Tecnológico

licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;		
Emitte pareceres, sobre matérias de sua competência;		

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

EXTENSÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Relações Institucionais: Promove relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais nacionais e internacionais; Desenvolve ações de integração, nas áreas de acompanha o de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; Define diretrizes para implementação, nos <i>campi</i>, das políticas de cooperações nacional e internacional em conjunto com a Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais do IFTO; Articula a construção contínua e zela pela política de Relações Empresariais e Comunitárias do IFTO; Viabiliza as iniciativas empreendedoras no IFTO; Promove e fortalece a interação entre a Instituição, empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de extensão; Fomenta o fortalecimento da integração entre os e as regiões em que estão inseridos de modo a transformar o conhecimento adquirido em soluções de mercado e na viabilização de recursos para a busca de novas tecnologias sustentáveis; Orienta a elaboração e formalização de convênios, termos de acordo, cooperação técnica e contratos, resultantes de parcerias externas.	Campi, Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	Diretoria de Relações Institucionais
Relações e Assuntos Internacionais: Promove o intercâmbio do IFTO com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior; Divulga as atividades do IFTO, em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão;	Campi, Instituições Internacionais, Alunos, Governo e	Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais

Identifica as demandas existentes, nacional e internacionalmente em ensino, pesquisa e extensão; Promove intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com as unidades acadêmicas e coordenações do IFTO para análise de seus currículos; Elabora e supervisiona a execução de programas internacionais entre o IFTO e outras entidades; Realiza contatos com Embaixadas e Consulados, com o Corpo diplomático acreditado no Brasil; Divulga as informações internacionais que chegam à Assessoria para os <i>campi</i>, estudantes e servidores do IFTO; Fornece informações sobre o IFTO para a comunidade acadêmica internacional; Atende à correspondência internacional; Apoia a recepção de missões, delegações e visitas internacionais ao IFTO; Apoia a organização de missões do IFTO no/ao exterior; Intermedia acordos e convênios institucionais; Instrui os processos de afastamento do País de servidores para missões, participação em congressos e similares ou para cursos de pós-graduação; Identifica novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da IFTO; Apoia e orienta os estudantes e professores estrangeiros participantes de programas de intercâmbios internacionais na regularização de sua situação no Brasil (vistos, acomodação, atividades, entre outros); Representa o IFTO em oportunidades quando se reúnem instituições correlatas.	Sociedade	
Programas e projetos de extensão: Assessora a Pró-reitoria de Extensão nas atividades pertinentes; Registra, controla e acompanha os Programas e Projetos de Extensão executados no IFTO; Elabora relatório, com auxílio dos <i>campi</i>, referentes às atividades de Extensão realizadas no IFTO; Mantém atualizados os dados sobre projetos e programas de Extensão do IFTO; Mantém sistema de informação sobre as políticas de extensão regional e nacional; Divulga as atividades de extensão desenvolvidas; Mantém cadastro atualizado de docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados à execução de projetos e programas de extensão;	<i>Campi,</i> Alunos, Governo e Sociedade	Coordenação de programas e projetos de extensão

Apoia as ações de extensão dos <i>campi</i>; Atua no planejamento estratégico e operacional do IFTO, com vistas à definição das prioridades de extensão dos <i>campi</i>; Busca garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; Garante uma política de equidade entre os <i>campi</i>, quanto à avaliação e ao desenvolvimento dos projetos e programas de extensão; Promove e supervisiona a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão; Promove políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional; Promove editais para seleção de bolsistas e projetos a serem a pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão; Viabiliza mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pelo IFTO; Zela pela integração das ações de extensão às necessidades acadêmicas.		
Assuntos Estudantis: Elabora, juntamente com representações dos <i>campi</i>, a Política de Assistência ao Educando (PAE) do IFTO; Propõe e acompanha a implantação do PAE nos do IFTO; Incentiva ações que busquem minimizar os obstáculos que inviabilizem o bom desempenho dos estudantes e sua permanência no IFTO; Elabora, em conjunto com os profissionais da área, projetos que proporcionem a integração do educando dos <i>campi</i>; Promove a prática esportiva, em todas as modalidades, incentivando a competitividade entre os do IFTO, bem como com os outros Institutos Federais; Possibilita a participação dos estudantes em eventos técnico-científicos e os programados por entidades de representação estudantil; Favorece eventos de intercâmbio nacional e internacional que contribuam para a formação do educando; Apoia os Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) na realização de suas atividades e na produção de eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos, bem como atende e encaminha a solicitação de qualquer membro discente ou de suas representações, fortalecendo, assim, o diálogo entre os estudantes e a gestão do IFTO.	<i>Campi,</i> Alunos, Governo e Sociedade	Diretoria de Assuntos Estudantis
Cursos de FIC:	<i>Campi,</i>	Coordenação de cursos de

Busca parcerias com as empresas de modo a estreitar as relações institucionais; Executa e apoia atividade de extensão com a comunidade; Viabiliza o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho; Organiza, acompanha e incentiva o Estágio; Apoia estudantes e egressos, oferecendo divulgação de empresas, agentes de integração e consultoria de pessoal, de vagas para estágio, emprego, e agenciamento de oportunidades como banco de currículos, observatório de oportunidades, entre outras.	Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	FIC
--	--	-------------------

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

ADMINISTRAÇÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFTO.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Administração e Planejamento: Supervisão, execução e avaliação da política de administração do IFTO; Planeja, supervisiona, normatiza e executa as atividades relacionadas à aquisição de materiais, bens e serviços; Orienta e acompanha os contratos no âmbito da Reitoria; Registra e atualiza, de forma permanente, o controle dos bens móveis e imóveis da Reitoria; Concilia, em conjunto com os setores pertinentes, os registros dos lançamentos e saldos patrimoniais e físicos; Solicita e subsidia o processo de avaliação de bens; Acompanha os processos de prestação de contas das descentralizações e dos convênios de responsabilidade do IFTO; Orientar o cumprimento do objeto proposto e a aplicação de recursos dos convênios e contratos de responsabilidade do IFTO; Realiza as licitações necessárias à aquisição de materiais e contratação de serviços e obras, na forma da legislação vigente; Avalia os pedidos de solicitação de compras de materiais e contratação de serviços e obras;	IFTO e Fornecedores	Diretoria de Administração e Planejamento e Gerência de Administração

Encaminha o resultado do processo licitatório à autoridade superior para homologação do procedimento; Orienta os setores solicitantes de materiais e equipamentos sobre a importância da padronização, das especificações e nomenclaturas;		
Supervisão de Contratos: Assessora na elaboração de planos de trabalho, convênios e contratos; Controla, registra, publica e arquiva os convênios contratos assinados pelo IFTO; Elabora e registra os contratos no âmbito da Reitoria;	Concedente, IFTO e Fornecedores	Coordenação de Supervisão de Contratos
Administração e Manutenção: Acompanha, orienta e coordena as atividades relacionadas com os setores de manutenção, vigilância, limpeza, transporte, jardinagem e comunicação na Reitoria do IFTO; Mantem em boas condições de uso e funcionamento os equipamentos, as instalações e os veículos da Reitoria do IFTO; Controla a movimentação de veículos da Unidade, bem como a sua conservação e uso em estrita observância da legislação vigente; Executa outras funções que lhe tenham sido atribuídas.	IFTO	Coordenação de Administração e Manutenção
Almoxarifado e Patrimônio: Realiza o inventário e tomada de contas anual dos almoxarifados do IFTO; Normatizar os procedimentos relativos ao almoxarifado e patrimônio do IFTO; Zela pela correta utilização e controle de material de consumo e permanente da sua Unidade.	IFTO	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
Execução Financeira e Orçamentária: Orienta, supervisiona e normatiza os trabalhos e funções da administração orçamentária, financeira e de contabilidade do IFTO; Fiscaliza o registro contábil, segundo o plano estabelecido pela administração superior; Executa a programação orçamentária e financeira do IFTO, conforme os compromissos e recursos disponibilizados pelos órgãos de fomentos; Executa os pagamentos das folhas mensais dos servidores do IFTO; Analisa e consolidar as demonstrações contábeis; Subsidia a elaboração da prestação de contas do IFTO, zelando pela regularidade das contas do IFTO; Mantem atualizada a documentação para comprovação da regularidade fiscal do IFTO;	IFTO	Gerência de Execução Orçamentária e Coordenação de Execução Financeira

Executa o registro de empenhos e pagamentos e concilia a programação financeira do IFTO;		
Acompanha a execução do plano de contas e a contabilização da receita e despesa;		
Descentraliza e acompanha a execução do orçamento na Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e dos <i>campi</i> ; registrando a conformidade contábil do IFTO.		

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento, de tecnologias da informação, de infraestrutura, planejamento estratégico e a articulação entre as Pró-reitorias e os <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Tecnologia da Informação: Planeja, avalia e executa as políticas de tecnologia da informação, em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Gerencia o desenvolvimento e a operação dos sistemas de informação; Incentiva e apoia iniciativas no desenvolvimento e utilização de ferramentas de informática, priorizando a modernização administrativa e pedagógica; Supervisiona a aquisição, o desenvolvimento e a implantação de software em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Supervisiona a aquisição e a implantação de hardware, em articulação com as Pró-reitorias e as Diretorias-gerais dos <i>campi</i>; Manter em funcionamento e garantir a integração da rede local, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para seus usuários; Faz levantamentos e estudos de viabilidade para desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação para o IFTO; Apoia os núcleos de TI dos <i>campi</i> com treinamento e suporte, sempre que necessário; Propõem diretrizes, normas e padrões para a utilização dos recursos de TI do IFTO.	IFTO	Diretoria de Tecnologia da Informação
Políticas e Projetos Institucionais: Supervisiona o desenvolvimento do planejamento estratégico do IFTO e acompanhar a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Supervisiona as gerências de Infraestrutura, Higiene e Segurança do Trabalho, Planejamento Estratégico e Gerência Técnica e direcionar suas atuações; Diagnostica problemas existentes e sugere medidas de visando à melhoria continua	IFTO	Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais

das atividades vinculadas a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional; Supervisiona e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores de desempenho e de qualidade; Supervisiona a Coordenação de Planejamento Estratégico na elaboração, atualização e implementação do Acordo de Metas e Compromissos, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Programa do Plano Plurianual (PPA) e elaborar os diversos planos de ação e projetos estratégicos do IFTO; Supervisiona a implantação de projetos de melhoria na de engenharia, infraestrutura e segurança do trabalho do IFTO; Planejar, juntamente com os outros setores, a elaboração das propostas de utilização do espaço físico dos e da Reitoria.		
Infraestrutura: Coordena a equipe técnica de infraestrutura, quanto aos serviços de: levantamentos técnicos, vistoria, fiscalização de serviços, obras e manutenções referentes à Reitoria e aos <i>campi</i> do IFTO; Acompanhamento de estudos preliminares e projetos técnicos de construções e reformas de edificações e de equipamentos do IFTO; Fiscaliza a aprovação dos projetos desenvolvidos, junto aos órgãos competentes e realiza avaliação de estruturas e equipamentos existentes e emitir parecer; Coordena a atualização dos registros dos projetos de construções e instalações do IFTO; Avalia as construções existentes e desenvolve planos para manutenção ou recuperação das mesmas; Realiza visitas técnicas solicitadas.	IFTO	Coordenação de Infraestrutura
Planejamento Estratégico: Subsidia a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional a partir de levantamento criterioso das potencialidades e fortalezas, desafios e fraquezas dos e da Reitoria; Assessora a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais no levantamento, disponibilização e disseminação das informações gerenciais correlatas; Gerencia e orienta as atividades de planejamento e modernização institucional; Coleta e disponibiliza informações estatísticas do IFTO, para que sejam identificados os pontos estratégicos; Elabora, atualiza e implementa o Acordo de Metas e Compromissos, PDI e o PPA; Executa o planejamento estratégico do IFTO e acompanha a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Implementa e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores	IFTO	Coordenação de Planejamento Estratégico

de desempenho e de qualidade.		
-------------------------------	--	--

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

GESTÃO DE PESSOAS		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, coordenar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de gestão de pessoas do IFTO, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades na área de administração de pessoal e capacitação de recursos humanos, além de o Reitor e Diretores-gerais dos <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Legislação e Normas: Coordena e executa instrução de processos administrativos e judiciais; Acompanha a tramitação de processos de gestão de pessoas no âmbito do IFTO e da Justiça Federal; Mantêm, atualiza e divulga arquivos de acordo com legislação e jurisprudência relativas à área de pessoal; Analisa e informa processos, emitindo pareceres sobre direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores objetivando submetê-los à apreciação da autoridade competente, consultando a Procuradoria Federal quando necessário; Propõe e acompanha o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação vigente.	Servidores IFTO e Governo	Coordenação de Legislação e Normas
Cadastro e Pagamento: Planeja, gerencia, orienta e avalia todas as atividades relacionadas ao pagamento do quadro de pessoal do IFTO, bem como, interpretar e aplicar as normas e legislação vigentes; Mantêm atualizados a situação funcional, os benefícios em folha de pagamento e os dados cadastrais dos servidores; Controla os procedimentos de férias; Controla os procedimentos de cadastro e pagamento de estagiários; Acompanhar mensalmente a frequência de pessoal interno e cedido; Implanta progressões funcionais no sistema; Elabora e homologa a folha de pagamento; Distribui comprovantes de pagamento e rendimentos;	Servidores IFTO, TCU e Governo	Coordenação de Cadastro e Pagamento

Providencia a redistribuição de servidores no sistema; Providencia exonerações e rescisões de contratos; Coordena o cronograma de pagamento; Expede declarações de rendimento auferidas para efeito de Imposto de Renda; Cadastra processos judiciais e seus beneficiários no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ)/Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); Fornecer informações dos atos de admissão e desligamento de servidores ao Sistema de Controle do Tribunal de Contas da União (SISAC); Cadastra e atualiza as informações junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP); Mantém atualizadas as informações referentes à aposentadoria e pensões no SIAPE e SISAC.		
Seleção e Desenvolvimento de Pessoal: Propõe políticas, aplica métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho, acompanhamento funcional, estágio probatório e desenvolvimento de carreira; Planeja, coordena e avalia ações que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do servidor; Elabora o plano anual de capacitação do IFTO; Elabora, em parceria com a Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida, programas de orientação e acompanhamento do servidor; Propõe políticas que assegurem a melhoria do desempenho gerencial, funcional e institucional; Executa os procedimentos funcionais e administrativos relativos aos servidores e estagiários; Seleciona os atos administrativos produzidos no IFTO para publicação do Boletim de Serviço; Planeja e implementa ações de registro, controle e movimentação de pessoas.	Servidores IFTO	Coordenação de Seleção e Desenvolvimento Pessoal
Benefícios e Qualidade de Vida: Propõe, executa e avalia políticas que assegurem a melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor ativo, aposentados e familiares; Propõe programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor; Realiza intercâmbios com outras instituições para estudos e encaminhamentos, em caso de tratamentos específicos;	Servidores IFTO	Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida

Planeja e executa atividades educacionais e programas de prevenção das doenças ocupacionais; Programa e mantém atualizado banco de dados relativo à saúde do servidor; Realiza ações junto aos servidores que apresentem problemas de desempenho no trabalho, bem como análise de suas causas; Planeja, executa e avalia as ações de saúde e no trabalho; Desenvolve programas de orientação, acompanhamento e preparação para a aposentadoria dos servidores; Mantém atualização cadastral dos benefícios concedidos pela IFTO aos servidores. Promove à inclusão e mantém atualizados os procedimentos relativos à concessão de licença para: tratamento de saúde, acompanhamento de pessoa da família, a gestante, ao adotante, paternidade, por acidente de serviço, licença sem vencimentos e licença para capacitação.		
---	--	--

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1. Estrutura de Governança do IFTO

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – IFTO, criado nos termos da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam numa estrutura multicampi, possuindo como órgãos superiores pela sua administração o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, e como órgão executivo de administração central a Reitoria. Cada campus do IFTO é administrado por um diretor-geral.

Na estrutura organizacional do IFTO, o controle no âmbito da unidade, conforme o regulamento Geral do IFTO, é exercida pelo Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política institucional em geral, tendo regulamento próprio e está em conformidade com o estabelecido com o Estatuto e Regimento Geral do IFTO.

Compete ao Conselho Superior: 1) Aprovar as diretrizes para atuação do IFTO e zelar pela execução de sua política educacional; 2) Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFTO e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância

com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008; 3) Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; 4) Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares do IFTO; 5) Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; 6) Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; 7) Apreciar as contas do exercício financeiro, o relatório de gestão anual e o parecer conclusivo emitido pela Auditoria Interna do IFTO sobre a propriedade e regularidade dos registros; 8) Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFTO; 9) Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFTO, bem como o registro de diplomas; 10) Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFTO, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica e 11) Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, sendo regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFTO. O Colégio de Dirigentes tem regulamento interno próprio que normatiza seu funcionamento.

Compete ao Colégio de Dirigentes: 1) Assessorar a Reitoria em assuntos administrativos, econômico-financeiros, de ensino, pesquisa e extensão do IFTO; 2) Recomendar normas e critérios para a distribuição do orçamento anual; 3) Acompanhar a execução orçamentária anual; 4) Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos campi e da Reitoria; 5) Opinar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, em função de serviços prestados, observando a legislação pertinente; 6) Indicar a concessão de graus, títulos e outras dignidades; 7) Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFTO; 8) Apreciar o calendário acadêmico e a agenda sistêmica do IFTO; 9) Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; 10) Elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Conselho Superior; 11) Constituir comissões para tratar assuntos de interesse da instituição e 12) apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFTO.

A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) é o órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, conforme Regimento Geral do IFTO está diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFTO. Sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

São competências da chefia da unidade de Auditoria interna: 1) Realizar o processo de planejamento, coordenação, controle e administração da Unidade de Auditoria Interna; 2) Encaminhar, periodicamente, à alta administração e a Controladoria Geral da União – CGU o relatório das atividades desenvolvidas pela AUDIN; 3) Prestar assessoramento à alta administração no que tange ao campo de atuação da Auditoria Interna; 4) Realizar, orientar e acompanhar a realização das ações de auditorias constantes no

Plano Anual de Auditoria Interna nos campi. 5) Acompanhar as atividades de auditoria e fiscalização realizadas pelos órgãos de controle interno e Tribunal de Contas na Reitoria; 6) Instituir e manter atualizados os manuais de procedimentos de auditoria, o Plano Anual de Auditoria Interna, bem como os programas de auditoria e 7) Executar outras funções que lhe tenham sido atribuídas.

2.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

- a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Resposta: A Unidade de Auditoria Interna do IFTO conta atualmente com três auditores, lotados respectivamente na Reitoria, e nos campi Palmas e Araguatins. Os trabalhos de auditoria têm sido programados, basicamente, para a Reitoria e os campi Palmas e Araguatins, e somente na medida do possível se estendem para as outras unidades: Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Dianópolis, mais os campi avançados em Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Lagoa da Confusão.

- b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Descrição das ações de Auditoria RAINT 2014	Nº dos Relatórios	Áreas, Unidades e Setores Auditados	Escopos Examinados
CONTROLES DA GESTÃO			
Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2013	RAINT 2013	Audin	100% das ações de auditoria planejadas e auditadas no exercício de 2013.
Acompanhamento das recomendações citadas nos Relatórios emitidos pela Audin; planejamento das atividades e análise de soluções para possíveis impropriedades nos trabalhos de auditoria; verificar o	01/2014	Audin	100% das recomendações emitidas pela Audin; 50% das demandas enviadas à Ouvidoria e ao Sic.

acompanhamento dado às denúncias/reclamações /questionamentos do público encaminhados à Ouvidoria e ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.			
Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015	PAINT 2015	Audin	Descrição do planejamento das ações previstas para serem auditadas no exercício 2015

Assessoria <i>in loco</i> a Administração Superior e aos Centros de Custos. Assessorar os gestores no cumprimento de suas funções e atendimento de suas responsabilidades através da indicação de recomendações e fornecimento de análises e alternativas aos entraves encontrados, buscando efetivar os controles e facilitar as tomadas de decisões.	Assessoramento ao Gabinete do Reitor indicando nomes para compor comissão de sindicância e PAD e na elaboração das portarias; Assessoramento na elaboração PAAI 2014 e do PDI 2015-2019;	IFTO	100% das Portarias de PAD e Sindicância registradas no sistema CGU-PAD.
Exame da composição do processo de prestação de contas do exercício de 2013	Relatório de Gestão do IFTO - 2013	IFTO	100% das peças exigidas no relatório de gestão/2013
Acompanhamento das recomendações citadas no Relatório de Avaliação da Gestão, elaborado pela equipe da Controladoria Geral da União – CGU; acompanhamento das demandas do Tribunal de Contas da União – TCU e do Plano de Providências Permanente do IFTO.	PPP/2014	IFTO	Todas as recomendações foram acompanhadas quanto ao seu cumprimento pela Entidade.
GESTÃO OPERACIONAL			
Avaliar o planejamento e execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações sob responsabilidade do IFTO: Fidedignidade dos indicadores de desempenho; acompanhamento da execução dos projetos	Relatório nº 4/2014 Relatório nº5/2014	IFTO	informações sistêmicas constantes no SIMEC, SIAFI, SISTEC, SIAPE, Portal da Transparência, Comprasnet, bem como as informações constantes no Relatório de Gestão de 2013, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010 a 2014 e o Termo de Acordo de Metas e compromissos firmado entre o MEC e o IFTO.

de reestruturação e expansão do IFTO; acompanhamento do PDI.			
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA			
Exame do empenho das despesas, de Restos a pagar e liquidação das despesas.	Relatório 6/2014 Relatório 8/2014	IFTO	
Exame da concessão e prestação de contas do Cartão de Pagamento do governo Federal - CPGF	Não foi executado	----	----
GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS			
Convênios – exame e verificação dos procedimentos adotados e da consistência das prestações de contas	O IFTO não celebrou convênio com repasse de recursos	----	----
Licitações – todas as modalidades e as contratações por Regime Diferenciado Lei nº 12.462/2011.	Relatório 10/2014	Reitoria e <i>campi</i> Araguaína, Araguatins e Palmas.	No <i>campus</i> Palmas: Na ação 4.2 – Licitações – todas as modalidades, previa-se verificar 30% das licitações ocorridas, porém foram verificadas todas até à época da auditoria, visto haver poucos processos. Já nos <i>campi</i> Palmas, Araguatins e Araguaína a Ação 4.3 – Dispensa (Lei nº 8.666/93, art. 24) e Inexigibilidade (Lei nº 8.666/93, art. 25), previa-se verificar 60% dos processos, mas foram verificados todos os processos autuados até a data de 06/08/2014. Na Reitoria: As análises foram feitas nos processos de licitação de pregão eletrônico e nas dispensas e inexigibilidade de licitações realizadas no exercício de 2014 pela Reitoria, no período de 01/01/2014 a 06/08/2014. Até a data de 06/08/2014 a reitoria tinha realizado 5 dispensas, das quais analisamos 4, foram realizados 7 pregões eletrônicos, sendo um cancelado,

			porque a licitação deu deserta, assim analisamos 4 pregões eletrônicos realizados em 2014 e um realizado em 2013. Foram analisadas todas as inexigibilidades de licitação efetuadas pela Reitoria.
Dispensa e inexigibilidade de licitação	Relatório 10/2014	Reitoria e <i>campi</i> Araguaína, Araguatins e Palmas	
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS			
Ajuda de custo; contratação por tempo determinado; processos de provimento; licenças, afastamento e férias; processos de concessões de aposentadoria; cessão com ônus de remuneração; adicional de insalubridade e periculosidade; adicional noturno; diárias e passagens e processos disciplinares; avaliar rotinas e procedimentos de controles internos.	Relatório 11/2014	Reitoria e <i>campi</i> Araguaatins e Palmas	
GESTÃO PATRIMONIAL			
Exame dos sistemas de controle patrimonial; exame do acervo patrimonial; inventário físico; gerenciamento dos bens móveis e imóveis; gerenciamento dos meios de transporte.	Relatório 6/2014 Relatório 8/2014		
ATIVIDADE FIM - ENSINO			

Avaliar se o IFTO está cumprindo sua missão e identificar os planos e programas destinados à melhoria do ensino aprendizagem.	Relatório 12/2014	Campi Araguaatins e Palmas	6. No campus Palmas: O Curso de Técnico Agrimensura Integrado, Técnico Controle Ambiental subsequente, Atendimento Proeja, Bacharelado em Engenharia Civil e Licenciatura em Matemática por ciclo (2012 e 2013) foram selecionados para o presente trabalho. 8. No campus Araguaatins: O Curso de Técnico Agropecuário Integrado, Técnico Agropecuário subsequente, Bacharelado em Agronomia e Licenciatura em Biologia por ciclo (2012 e 2013) foram selecionados para o presente trabalho.
RESERVA TÉCNICA			
Assessoramento à Administração com orientações, pareceres, minutas de normas, portarias, bem como palestras informativas.	Relatório 02, 03, 07 e 09/2014; Emissão recomendações referentes ao Plano Anual de Atividades Interna do IFTO, referente ao exercício de 2014 e ao PDI 2015-2019; Realização do III Seminário Administrativo do IFTO em parceria com a Procuradoria Federal junto ao IFTO	Reitoria, Campi Araguaína, Gurupi e Dianópolis	

Fonte: Raint 2014

- c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Ação do PAINT/2014	Realizada	Recomendações	Providências adotadas	Situação das Implementações
1.2	Sim	1.justificar quanto à defasagem na atualização do PDI até então, visto ser um documento institucional e de referencia, bem como o Acordo de Metas firmado entre o MEC e o IFTO, visto não haver informações disponível ao órgão de controle interno para acompanhar e verificar se elas	PDI implentado e Acordo de Metas a ser implementado	PDI implentado e Acordo de Metas a ser implementado

		estão sendo cumpridas. 2.Exigir da Contratada as frequências do pessoal terceirizado que prestam serviços no IFTO Campus Palmas 3. observar, no que concerne ao valor da diária destinada aos motoristas quando ultrapassar o valor 50% da remuneração, o que não está sendo observado pela contratada. 4.justificar porque não foi repassado as respectivas categorias no piso salarial da categoria profissional dos motoristas em função de Convenção Coletiva. 5. cobrar os recolhimentos dos valores corretos de terceiros bem como do INSS, tendo em vista que somente no Campus Araguatins está sendo recolhido corretamente a partir da competência abril/2013. 6. a Auditoria Interna recomenda à PROAD encaminhar as informações constantes a partir do item “11.12 – Considerações finais da Unidade de Controle Interno quanto aos Contratos 18/201 e 19/2010, firmados com a empresa FÊNIX”, bem como os papéis de trabalho utilizados pela Auditoria Interna e citados no Relatório de Auditoria às considerações da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB que administra as informações sistêmicas de informações processadas pela GFIP/SEFIP. 7. Ao Gestor se manifestar quanto ao espaço físico do Setor de Serviço Social do Campus	Implementado Implementado Implementado Implementado implementado	Implementado Implementado implementado
--	--	---	---	---

		Palmas que é muito pequeno, tendo uma grande demanda, havendo manifestação dos usuários do setor por um espaço maior onde possam melhor atender sua clientela e acondicionar seus arquivos. 8. foi informado a Administração que os imóveis doados à Instituição já se encontram em condições de providenciar as escrituras definitivas e a mudança do ente estatal. 9. foi solicitado informar se providências foram tomadas no sentido de reivindicar a anexação de uma área pertencente a uma antiga rua e que é essencial à Instituição. 10. enviar providências para atualizar o respectivo imóvel destinado à Biblioteca Central do IFTO-Campus Palmas no Sistema de Patrimônio da União. 11. foi solicitado informar as providências tomadas no sentido de resolver os problemas de estacionamento da frota que compõe os veículos do Campus Palmas. 12. foi solicitado informar as providências no sentido de regularizar alguns bens recebidos em doação, destinado ao Telecentro e que foram lançados como comodato em seu sistema contábil. 13. Justificar se foi efetuado o lançamento no Spiunet da quadra poliesportiva, a formalização dos setores de almoxarifado e patrimônio, a situação de 10 computadores, monitores, estabilizadores bem como	Em implementação Em implementação Em implementação Em implementação	Em implementação Em implementação Em implementação Em implementação
--	--	---	---	---

	bancadas para computador em trânsito pela Escola João Tiago, a ausência de termos de responsabilidades, a realização da depreciação, amortização e exaustão no referido Campus. 14. efetuar o controle patrimonial com registros adequado, com informações claras, de todos os bens móveis e imóveis, de acordo com a IN-SEDAP nº 205/88. 15. informar que providências estão sendo tomado no sentido de estruturar o setor de almoxarifado e patrimônio, de um local que atenda suas necessidades de vez que usam salas de aulas improvisadas para armazenar seus bens e materiais. 16. informar de que forma estão procedendo com as atividades de educação física, do corpo discente, uma vez que o imóvel não dispõe de quadra poliesportiva e nem espaço para essas Atividades. 17. Informar sobre cessão de uso de vários bens que se encontra em estado de uso e outros obsoletos que se encontram ocupando espaços que poderiam ser utilizados para outras atividades. O Termo de cessão nº 35/2009, tendo vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 02 de setembro de 2009, não foi, entretanto, renovado pela Gestão e o Estado. 18.informar sobre as depreciações dos bens do Campus e que providências face o imóvel não comportar mais expansão em sua estrutura física. 19. informar em que fase se encontra a depreciação dos bens, conforme NBC T 16.9, que	Em implementação Em implementação Em implementação Em implementação	Em implementação Em implementação Em implementação
--	---	---	---

		estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão.	Implementado	Em implementação
			Em implementação	Implementdo
			Em implementação	Em implementação
			Em implementação	

			Em implementação	Em implementação
			Implementado	Em implementação
			Em implementação	Implementado

				Em implementação
			Em implementação	
			Em implementação	
				Em implementação
				Em implementação

8.1	Sim	1. ao gestor que, verificada a ocorrência de execução irregular ou inexecução total ou parcial injustificada do contrato, a Administração deve aplicar as penalidades previstas no contrato, considerando a finalidade da sanção, os princípios do interesse público e da proporcionalidade, assegurando o contraditório e ampla defesa. Certificar-se de que a contrafé da notificação acerca da decisão administrativa tenha assinatura do representante da empresa, a identificação completa da pessoa que está recebendo a notificação, a data, local e horário de recebimento. 8.5.2.6 Caso o gestor decida pela não aplicação da penalidade deve motivar sua decisão e anexar aos autos. 2.que providencie apuração de responsabilidade da empresa Intacta, assegurando à interessada o contraditório e a ampla defesa, faça um levantamento dos prejuízos causados ao IFTO pela inexecução do Contrato nº 12/2012, e demais providências que se fizerem necessárias. Alerta-se quanto ao adequado registro formal das ocorrências para registro de provas. 8.5.3.5 Caso a empresa apresente interesse de retomar as atividades, ela deverá indicar de forma objetiva, os motivos que fazem presumir-se que cumprirá a execução do objeto dentro dos prazos e condições estabelecidas. Mas, caso a administração entenda que a empresa não tem capacidade econômica para concluir a obra e, por isso, decida pela rescisão contratual, o gestor deve fundamentar sua decisão e	Implementado A Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional instaurou o processo nº 23235.002248/2014-61, objeto: sanção administrativa à empresa Intacta. O processo foi encaminhado no dia 15/10/2014 à Procuradoria Federal junto ao IFTO para emissão de Parecer jurídico sobre a legalidade da aplicação da multa e rescisão contratual.	Implementado

		acompanhá-la de parecer técnico. 3. ao Gestor, se ainda não o fez, que tome as providências recomendadas na NOTA Nº 01/2014/RCRF/PF-IFTO/PGF/AGU às fls. 1.478 a 1.479 do processo número 23235.000144/2012-60.		
8.1		Item 8.1.5 Do exposto, entendemos que a denúncia de favorecimento da banca examinadora às candidatas Lisânea Clecia da Cunha Silva, Jaqueline Ribeiro Paixão Ferreira e Giana Santini Costenaro demonstra indícios de amizade. Assim, possíveis vícios do ato administrativo que poderiam macular o certame merecem ser investigados por processo de sindicância que garanta o contraditório e a ampla defesa dos investigados. Item 8.1.7 Cabe, no entanto, alertarmos o gestor quanto à interrupção intencional do atendimento ao público dos setores biblioteca, CORES, CAE, COTEPE, TI. Recomendamos ao Diretor-geral Pro tempore do campus Araguaína o acompanhamento dos setores que estão fazendo atendimento ininterrupto ao público, a fim de garantir que esse atendimento não seja interrompido bem como garantir que os servidores cumpram a jornada de seis horas nesses setores, com vistas a atender aos interesses da comunidade. Recomendamos, ainda, que os horários de expediente dos setores que têm atendimento ininterrupto ao público sejam afixados em local visível de grande circulação, conforme dispõe art. 3º do Decreto 1.590/95, parágrafo 2º: §	Implementado Item 8.1.5 Portaria de instauração de sindicância investigativa nº 385/2014/ Campus Araguaína/ IFTO, de 17 de novembro de 2014. Item 8.1.7 Implementado	Implementado

		2º Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o caput deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003).		
2.1	Sim	1. Restabelecer o informativo bimestral Voz do Campus contemplando informações e distribuições não só para o público externo, como também para os servidores do Campus Araguatins estimulando-os às informações institucionais e acesso aos sítios do IFTO. A comunicação deve ser pensada sempre de maneira abrangente porque, no fundo, ela incorpora todas as formas de relacionamento ou interação de uma organização com os seus públicos internos e externos. Ou seja, avaliar como esses usuários percebem a organização. 2. Treinar a Unidade de processamento de dados para que seja capaz, não só de identificar as fragilidades e potenciais riscos no desempenho dos serviços de internet do Campus Araguatins, como também apresentar soluções sólidas dignas de uma instituição técnica de quase 30 anos de existência. Ainda dentro da temática cabe à UPD estimular a clientela às informações institucionais, com acesso aos sítios do IFTO, visto que até mesmo por celular ou tablete	A Recomendação da foi implementada parcialmente, tendo em vista que o boletim informativo voz do campus nº xx Ano 2014 já se encontra formatado, mas ainda não foi impresso na gráfica para posterior distribuição. A Recomendação não foi implementada, pois ainda não dispomos de meios tecnológicos de transmissão de eventos de forma on-line e em tempo real para a comunidade interna e externa. Não apresentou soluções sólidas digna de uma instituição de quase 30 anos de existência, pois até mesmo o acesso aos sítios básicos de pesquisas demora uma eternidade ou são quase impossíveis de serem acessados. A Recomendação da Constatação nº 03 implementada parcialmente, pois não houve documento comunicando os servidores dos cargos de nível fundamental sobre a possibilidade de ter um e-mail institucional.	Parcialmente implementada A ser

		poderão acessar informações institucionais do Instituto Federal do Tocantins no sítio http://www.araguatins.ifto.edu.br. 4. Visto que muitas informações enviadas para o e-mail do IFTO são de assuntos institucionais e educacionais, que seja feito um levantamento dos servidores que não possuem acesso ao e-mail institucional e posteriormente sejam incluídos no rol de e-mail da instituição. Além de habilitá-los através de acesso e capacitação, que seja disponibilizado na biblioteca ou laboratórios de informática, computadores com acesso à internet para os servidores que não trabalham na área administrativa. 5. Atualizar os documentos do sítio do Campus Araguatins que estão em desacordo com a PORTARIA NORMATIVA Nº 03/2013/REITORIA/IFTO, DE 6 DE JUNHO DE 2013. Criar links no sítio do Campus Araguatins das informações comuns a todos os Campi que só aparecem no sítio da Reitoria a fim de facilitar o encontro e concentração de informações em um único site. 6. Plano anual de Atividades – PAA precisa contemplar informações para que ao ser avaliado seja possível mensurar sua real coerência e consistência. Assim, o objetivo é a situação que se deseja obter ao final da implantação de uma meta, programa ou projeto, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas, e a efetividade constitui a relação	A Recomendação da Constatação nº 04 e 05 implementada parcialmente, pois muitos documentos somente são encontrados no sítio da Reitoria. Vide anexos 05, 06, 07 e 08. A Recomendação da Constatação nº 06 não foi implementada, tendo em vista que até o momento o Plano anual de Atividades – PAA não sofreu alterações consideráveis. Vide anexo 09 A Recomendação da Constatação nº 07 e 08 não foi implementado, já que a Direção de Desenvolvimento de Ensino e a Unidade de Processamento de dados não apresentaram normativo internos razoavelmente precisos e com definição clara das atribuições dos servidores que trabalham na avaliação dos resultados qualitativos	implementada Parcialmente implementada
--	--	---	--	--

		entre os resultados obtidos e esse objetivo. 7. A entidade deve ser capaz de produzir normativos que estabeleçam medidas para avaliar os resultados quantitativos e qualitativos, definindo papéis que possam ser desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo. Nesse sentido, a efetividade pode ser entendida como o efeito ou impacto causado pelos serviços prestados por uma entidade sobre uma realidade que se pretende modificar. 8. Que a Instituição compacte as informações de forma a apresentar o acompanhamento das metas previstas. Ao assinar esse acordo, instituem-se obrigações recíprocas o que envolve planejamento, acompanhamento, orçamento e execução. Identificar possíveis riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos de médio e longo das metas previstas, avaliando resultados.	e quantitativos. A Recomendação da Constatação nº 09 não foi implementada, pois ainda não há informações compactadas em nível de Campus.	Parcialmente implementada A ser implementada
--	--	--	--	--

				A ser implementada
				A ser implementada
2.1		1. Reservar um espaço no evento, caso seja possível, para promover a capacitação dos servidores quanto aos normativos internos, principalmente, os normativos que tratam de fiscalização de	Parcialmente implementado Após verificada a atuação da Reitoria itinerante, identificamos nos documentos expedidos, que o	Parcialmente implementado

		contratos. De modo, que cada Pró-reitoria ofereça capacitação dos normativos internos relacionados à sua área de atuação.	evento de modo indireto atua para a divulgação dos documentos institucionais, mas não atua de forma consolidada, planejada. Pois o projeto Reitoria Itinerante não está sistematizado em processo, ou seja, não existe um documento consolidado com informações sobre público alvo, cronograma de ações, custos e etc.	
3.1	Sim	1. justificar que ações estão sendo implementadas para que os demais Campi efetuem essas depreciações em seus sistemas contábeis. 2. justificar as razões pelas quais ocorreram essas falhas de não conformidade contábil e as providências para saná-las, visto que à folha 115 do Relatório de Gestão há uma declaração de conformidade com restrição. 3. justificar as razões da não conformidade de Gestão. 4. justificar as razões pelas não atualizações, do rol de responsáveis, pois o período em que o agente atua como responsável determina a natureza de responsabilidade. Este período é determinado por atos formais de designação e exoneração dos agentes titulares, substitutos e interinos.	Em implementação Conforme justificativa apresentadas pelo gestor através do Memorando nº 04/2014/PROAD/REITORIA/IFTO, em todas as recomendações	Em implementação
8.1		-	-	-

3.1	Sim	1. Faz-se necessário a implantação por parte do Campus de um aplicativo que contemple as necessidades do setor como forma de melhorar seus controles e tendo em vista que a demanda do setor exige complexidade de informações. Sabe-se que o IFTO iniciou a implantação do sistema SUAP desenvolvido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, todavia tanto o setor de patrimônio quanto o setor de almoxarifado não tem ideia do cronograma de implantação do sistema. Assim, faz-se necessária a publicação e o cumprimento de um cronograma real de implantação do sistema SUAP. 2. O Gestor deve formalizar aos Setores de Zootecnia que o Setor de Patrimônio é o responsável por controlar todos os ativos de propriedade do Campus Araguatins de forma que todas as distribuições, alienações, perdas, extravios, furtos, roubos, doações, empréstimos, trocas, transferências e/ou baixas de quaisquer bens devem ser autorizadas pelo Gestor e comunicadas ao chefe do setor de Patrimônio, cabendo a esse setor normatizar por meio de manuais, memorando e avisos o correto procedimento. Além do mais, deve-se avaliar o custo/benefício de se abastecer o refeitório com animais de alto padrão genético e plantel de primeira linha tendo em vista que o Grêmio Estudantil recentemente fez pesquisas no refeitório do Campus no sentido de sugerir melhorias na alimentação e no cardápio. 3. O setor de Patrimônio deve buscar junto ao setor de	A Recomendação da Constatação nº 02 e 03 não foi implementada, tendo em vista que o Aplicativo de Software SUAPE ainda não foi implantado no Setor de Patrimônio e no Setor de Almoxarifado. Anexo 10. A Recomendação da Constatação nº 04 não foi implementada, pois ainda não houve alteração nos documentos que comprove a normatização do Setor de Zootecnia e Setor de Patrimônio. Vide nexos 11. A Recomendação da Constatação nº 05 foi implementada conforme carta de correção da Nota Fiscal 961. Vide anexo 12. A Recomendação da Constatação nº 06 não foi implementada, pois não foi apresentado o Plano Pedagógico Anual dos cursos de agronomia e agropecuária envolvendo os semoventes conforme recomendado. A Recomendação da Constatação nº 07 não foi implementada, já que as três motocicletas ainda continuam circulando sem identificação oficial do Governo Federal. A Recomendação da Constatação nº 08 foi implementada parcialmente, tendo em vista que há motoristas que se recusam a informar na guarita de segurança o destino e a atividade/finalidade que o veículo oficial irá ser utilizado, além do mais não foram colocados os adesivos informativos com os telefones da ouvidoria do IFTO	A ser implementada A ser implementada A ser implementada A ser implementada A ser implementada
-----	-----	--	--	---

		Zootecnia, que é o responsável pela aquisição das 50 novilhas, a real natureza da operação, tendo em vista que houve o pagamento pelas 50 novilhas. Caso a natureza venha a tratar-se de uma aquisição permanente, o Setor de patrimônio deverá solicitar a devida carta de correção da nota fiscal junto ao fornecedor. 4. Recomenda-se que o projeto pedagógico dos cursos de agronomia e agropecuária envolvendo semoventes tenha coerência com o volume de aquisição, o ensino, a pesquisa e a extensão. Com relação ao Plano anual de aquisição e baixa de semoventes é de suma importância que o Gestor formalize aos Setores de Zootecnia que o Setor de Patrimônio é o responsável por controlar todos os ativos de propriedade do Campus Araguatins de forma que todas as distribuições, alienações, perdas, extravios, furtos, roubos, doações, empréstimos, trocas, transferências e/ou baixas de quaisquer bens devem ser autorizadas pelo Gestor e comunicadas ao chefe do setor de Patrimônio, cabendo a esse setor normatizar por meio de manuais, memorando e avisos o correto procedimento. 5. Identificar os veículos com adesivo de padronização na carenagem ou conforme a Instrução Normativa Nº 03, de 15 de maio de 2008 que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências:	conforme recomendado. A Recomendação da Constatação nº 08 foi implementada parcialmente, porque apenas o termo de empréstimo oficial foi reformulado, mas não foi apresentado nenhum normativo regularizando os empréstimos oficiais gratuitos, assim também como não se verificou pintura/adesivo padronizado nos bens do IFTO . A Recomendação da Constatação nº 08 foi implementada parcialmente, houve recomposição da comissão, entretanto o inventário físico e financeiro dos bens móveis e Imóveis do IFTO exercício 2013 ainda não foi concluído.	A ser implementada Parcialmente implementada
--	--	---	---	--

		6. A ficha de controle de movimentação deve descrever com clareza em que atividade está sendo usado determinado veículo oficial quando fora do Campus Araguatins, além do mais é recomendado colocar adesivo na parte traseira de todos os veículos contendo o e-mail ouvidoria@ifto.edu.br os telefones da ouvidoria (63) 3229-2253 / 9228-0787 para que a mesma seja acionada quanto ao possível uso indevido dos veículos oficiais.		Parcialmente Implementada
		7. O Gestor além de autorizar a saída dos bens, deve normatizar os empréstimos oficiais gratuitos relacionados com o ensino, a pesquisa e a extensão, assim também como identificar os bens móveis com pintura/adesivo padronizado do IFTO – Campus Araguatins, a fim de se evitar o uso dos bens em finalidades indevidas.		
		8. A Gestão do Campus Araguatins deve emitir nova portaria recompondo a comissão encarregada de efetuar o inventário físico e financeiro dos Bens Móveis e Imóveis do IFTO de 2013. Sendo de grande importância que essa portaria mencione expressamente o prazo de conclusão e as atividades a serem atribuídas por cada membro designado para essa comissão. Além do mais, é relevante que os membros designados tenham condições de acompanhar as atividades conferidas a cada um deles. É prudente evitar formar a comissão acima com servidores que não tenham reais condições		Parcialmente Implementada

		de conciliar paralelamente às suas atividades diárias que exijam dedicação exclusiva, assim também como constituir comissões por servidores recém-chegados sem instruções, treinamentos e acompanhamentos, pois caso contrário o resultado sempre será atrasado e incompleto. 9. A instituição deve realizar esforços a fim de planejar as novas rotinas propostas para a execução da NBC T 16.9, NBC T 19 e a Resolução CFC 1.136/08.		
8.1	Sim	1. Ao Diretor-geral <i>pro tempore</i> do <i>Campus</i> Gurupi que crie mecanismo de divulgação eficaz dos normativos internos, com a finalidade de informar os procedimentos necessários para o atendimento das requisições dos servidores, assegurando que essas informações cheguem ao conhecimento de todos. 2. De forma a mitigar os conflitos interpessoais, recomendamos à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFTO junto com a Coordenação de Gestão de pessoas do <i>Campus</i> Gurupi o desenvolvimento de ações que possam diagnosticar a causa desses conflitos, com o objetivo de gerenciá-los e mitigá-los. E o mais importante, agregar valor aos relacionamentos interpessoais, melhorando a comunicação entre os profissionais, construindo relações mais verdadeiras com resultados efetivos para essa unidade de ensino.	Ainda não foi possível verificar a implementação da recomendação	Em Implementação
4.2 4.3	Sim	1. Quanto à aquisição pretendida no pregão eletrônico SRP N° 06/2014 observou-se que no almoxarifado do Campus Palmas há uma grande quantidade de bolas estocadas, que o servidor responsável pelo setor, não soube	10.3 Manifestação da Implementado considerando a justificativa do Gestor no Memorando nº 086/2014-GAB/Campus Palmas/IFTO o qual informou “2. A quantidade de bolas guardadas no Almoxarifado do	Implementado

		precisar o destino delas em vista de estarem todas encaixotadas e sem a documentação necessária para proceder ao devido registro no respectivo setor.	IFTO Campus Palmas dizem respeito ao Pregão Eletrônico SRP 08/2012. O material foi entregue no final do ano de 2012 e rejeitado pela Coordenação de Educação Física por estar em desconformidade com o termo de referência.	
5.1	Sim	1. que a Unidade proceda às regularizações no SISAC, tendo em vista que os atos de admissão, desligamento e concessão de pensão e aposentadorias deverão ser cadastradas no Sisac e disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, conforme preconiza a IN TCU 55/2007, que devem ser rigorosamente observados pelos Gestores bem como pelo Controle Interno, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92. 2.informar acerca da candidata Caroline Rezende Couto, nomeada ao cargo de professor de ensino técnico e tecnológico, tendo em vista que suas informações à época ainda não constavam no Siape. 3.informar quais providências foram tomadas acerca do servidor Philipe Farias Ferreira, Professor de Ensino de Básico, Técnico e Tecnológico, em regime de trabalho de 20 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 433/2014, tendo tomado posse por força do Parecer nº 134/2014-PF-TO/PGF/AGU/EPS, pois o amparo do servidor está condicionado ao término de sua licença que vence em 19/12/2014. 4. que a Gestão do <i>campus</i>, nos próximos processos, faça constar nos autos do processo de estágio	Quanto aos itens 2, 5, 7, 12 e 16 foram implementados. Os demais itens encontram-se em implementação	Implementando

		probatório a Portaria de Constituição da Comissão do Estágio Probatório responsável por acompanhar a avaliação do servidor, bem como efetuar a devida numeração do processo. 5. recomendamos à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFTO que incentive os servidores a fazer a averbação do tempo de serviço prestado em outras instituições ou empresas, principalmente aqueles que estão próximos a se aposentar. 6. que Gestor, nos próximos processos, emitir a portaria, visto que é um ato administrativo normativo que visa à correta aplicação da norma, embora seja uma manifestação tipicamente administrativa. 7. informar de que forma está sendo administrada a concessão, nesse <i>Campus</i>, da jornada de turnos contínuos de 6 horas, previstos no decreto federal n.º 4.836/200. 8.informar a compatibilidade de horário dos servidores do <i>Campus</i> Palmas constantes na planilha anexa, em vista de ter-se observado no Siape a existência de acúmulo de cargos. 9.informar, quais as providências estão sendo tomadas com relação ao afastamento do servidor Franki Toshimi Tamba, do Campus Palmas. Esgotada a vigência do período, o servidor teve o pedido de prorrogação negado em face de extrapolação legal do prazo que é de 48 meses. 10.queo <i>Campus</i> Palmas também adote o mesmo procedimento, anexando o Auxílio Natalidade no mesmo processo da licença-	
--	--	---	--

		gestante ou da licença-paternidade, conforme tratar-se de servidor ou servidora, pois facilita o acesso às informações relacionadas. 11. efetuar a publicação no Boletim de Serviço, visto que os atos da Gestão devem obedecer ao princípio da publicidade e transparência dos atos. 12.foi solicitado ao Gestor se manifestar em relação a ambas as cessões acima citadas, tendo em vista que não identificamos amparo legal que acolhesse a cessão, uma vez que a cessão de servidor municipal ou estadual para a União somente poderá se efetivar nas hipóteses dos incisos I e II do art.11 do Decreto nº 4.050/2001. 13.recomendamos à Coordenação-geral de Gestão de Pessoas do <i>Campus</i> Araguatins a proceder aos devidos acertos quanto às faltas injustificadas do servidor. 14.que a Unidade proceda às regularizações tendo em vista que os atos de admissão, desligamento e concessão de pensão e aposentadorias deverão ser cadastradas no Sisac e disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, conforme preconiza a IN TCU 55/2007, que devem ser rigorosamente observados pelos Gestores bem como pelo Controle Interno, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92. 15.recomendamos a DGP bem como os demais Campi, tomar	
--	--	--	--

		providências no sentido de informar ao servidor acerca das proximidades de seu afastamento, e solicitar-lhe que providencie a averbação de tempo de serviço, caso possua, para que seja totalizado ao tempo cumprido no IFTO. Ao completar os requisitos da aposentadoria compulsória, o servidor não deve aguardar em serviço a publicação do ato de aposentadoria, ficando obrigado a afastar-se no dia imediato àquele em que completou a idade limite. 16. Informar quanto ao pagamento dos valores retroativos, na pensão vitalícia de Antônia Rodrigues da Silva, de que trata o processo nº 23233.000459/2013-06, tendo em vista que a portaria de concessão nº 756 foi publicada no Diário Oficial da União de 25/9/2014 e o óbito do instituidor ocorreu em 29/10/2013. 17.justificar, tendo em vista que na verificação da Folha de Pagamento do IFTO, pertinente ao <i>Campus</i> Palmas, foi constatado que alguns servidores estão recebendo indevidamente a Rubrica 330 - V.P. TRANSITORIA ART. 2 MP 1573/7, visto se tratar de gratificação de localidade, normatizada pela Lei Lei nº 9.524/97 (conversão da antiga MP 1573/7). 18. recomendamos abrir processo para cada servidor para o exercício do referido benefício e fazer constar todos os elementos comprobatórios nos autos. 19.sempre que houver novas inclusões, suspensões ou alterações na situação funcional do servidor quanto à gratificação de insalubridade ou periculosidade, anexar cópias nos	
--	--	--	--

		autos.		
7.1	Sim	1. A entidade deve deixar claro quais são os Arranjos Produtivos Locais envolvidos, para discussão de criação de cursos. Também deve deixar transparente de que forma estes novos cursos atenderam à região. 2. A instituição deve desenvolver trabalhos de prevenção com o intuito de identificar as reais dificuldades e os prováveis problemas que afetam o rendimento e o aprendizado. Deve se atentar para o fato de que fatores internos e externos que afetam o desempenho dos cursos da Educação Básica podem ser completamente diferente dos fatores internos e externos que afetam o desempenho dos Estudantes do Ensino Superior. 3. A Gestão deve formar uma comissão para desenvolver e implantar os padrões de qualidade suficiente para que seja possível mensurar sua eficiência e eficácia. Desenvolver controles que sejam possíveis analisar suas variáveis, tidas como certas, que medem a qualidade do ensino oferecido. Variáveis essas que, se supõe, já tenham sido testadas e que podem nos oferecer uma boa margem de segurança na avaliação que procedemos. 4. A Gestão deve levantar os índices de Evasão Escolar e Retenção de todos os cursos da instituição para que possa monitorar de forma continua o estágio de evolução de cada curso. Discutir Melhorias no Plano de contenção da evasão escolar. Além do mais, deve-se atentar para os fatores externos que influenciam diretamente e indiretamente no Índice de	Ainda não foi possível avaliar a implementação das recomendações sugeridas.	Ainda não foi possível avaliar a implementação das recomendações sugeridas.

		Evasão Escolar. 5. A entidade também deve se preocupar em desenvolver projetos com programas de prevenção em todas as áreas acima, bem como fazer ampla divulgação do calendário anual contendo o provável dia e a hora de todas as atividades preventivas contempladas no projeto. A divulgação poderá ser por meio de internet, folders e informativos jornalísticos do Campus Palmas. 6. A entidade deve implantar um banco de dados capaz de fornecer todas as informações acima de forma contínua. Cabe ressaltar que as informações geradas podem ser utilizadas como ferramenta para mensurar a tendência regional de cada curso. 7. O Gestor deve normatizar o registro dos diários para que os mesmos sejam realizados tempestivamente. Realizar capacitação com todos docentes de forma a sanar todas as dúvidas relacionadas ao sistema. A administração deve se atentar para o fato de uma possível descontinuidade do SIGA-EDU, tendo em vista que é cada vez maior o número de Instituições que já descartaram esse sistema e migraram para o SUAPE. 8. Todas as cópias de documentos entregues no ato da matrícula, depois de conferidas com os documentos originais, compõem a pasta ou dossiê do discente, pertencendo a essa instituição Federal de ensino. Assim, dado a grande demanda de atividades na CORES , salvo disposição do Diretor-Geral, a retirada de qualquer documento que compõe a pasta/dossiê do discente deverá		
--	--	---	--	--

		ser normatizada pelo Gestor. 9. A entidade deve deixar claro quais são os representantes dos diversos setores reunidos para discussão de criação de cursos. Também deve deixar transparente de que forma estes novos cursos atenderam à região. 10. A instituição deve desenvolver trabalhos de prevenção com o intuito de identificar as reais dificuldades e os prováveis problemas que afetam o rendimento e o aprendizado. Deve se atentar para o fato de que fatores internos e externos que afetam o desempenho dos cursos da Educação Básica podem ser completamente diferente do fatores internos e externos que afetam o desempenho dos Estudantes do Ensino Superior. 11. A Gestão deve formar uma comissão para desenvolver e implantar os padrões de qualidade suficiente para que seja possível mensurar sua eficiência e eficácia. Desenvolver controles que sejam possíveis analisar suas variáveis, tidas como certas, que medem a qualidade do ensino oferecido. Variáveis essas que, se supõe, já tenham sido testadas e que podem nos oferecer uma boa margem de segurança na avaliação que procedemos. 12. A Gestão deve levantar os índices de Evasão Escolar e Retenção de todos os cursos da instituição para que possa monitorar de forma continua o estágio de evolução de cada curso. Além do mais, deve-se atentar para os fatores externos que influenciam diretamente e indiretamente o índice de Evasão		
--	--	--	--	--

		escolar. 13. A entidade também deve se preocupar em desenvolver projetos com programas de prevenção em todas as áreas acima, bem como fazer ampla divulgação do calendário anual contendo o provável dia e a hora de todas as atividades preventivas contempladas no projeto. A divulgação poderá ser por meio de internet, folders e informativos jornalísticos do Campus Araguatins. 14. A entidade deve implantar um banco de dados capaz de fornecer todas as informações acima de forma contínua. Cabe ressaltar que as informações geradas podem ser utilizadas como ferramenta para mensurar a tendência regional de cada curso. 15. O Gestor deve normatizar o registro dos diários para que os mesmos sejam realizados tempestivamente. Realizar capacitação com todos docentes de forma a sanar todas as dúvidas relacionadas ao sistema. A administração deve se atentar para o fato de uma possível descontinuidade do SIGA-EDU, tendo em vista que é cada vez maior o número de Instituições que já descartaram esse sistema e migraram para o SUAPE. 16. A Gestão deve disponibilizar e capacitar mais servidores para alimentar o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, Sistema de Seleção Unificada –Sisu- e Censo da Educação Superior – Inep, evitando ficar dependente de um único servidor para registrar as informações tempestivamente.		
--	--	---	--	--

		17. A sala da Coordenação de Registros Escolares não é adequada e apropriada para suportar esse fluxo de pessoas. A Gestão deve providenciar um guichê na parede para atendimento aos discentes de forma a evitar movimentação do público dentro da CORES. 18. Todas as cópias de documentos entregues no ato da matrícula, depois de conferidas com os documentos originais, compõem a pasta ou dossiê do discente, pertencendo a essa instituição Federal de ensino. Assim, dado a grande demanda de atividades na CORES , salvo disposição do Diretor-Geral, a retirada de qualquer documento que compõe a pasta/dossiê do discente deverá ser normatizada pelo Gestor.		
--	--	--	--	--

- d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Resposta: Até a presente data não houve mudanças na estrutura organizacional da Audin. Houve a implantação de novos campi no IFTO, que conta atualmente com a Reitoria, oito campi e três campi avançados, entretanto, o quadro de recursos humanos da Audin permaneceu com a mesma estrutura, um auditor na Reitoria, um auditor no Campus Palmas e um auditor no Campus Araguatins.

- e) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

Resposta: Até dezembro de 2014 o IFTO não utilizava indicadores para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional. Entretanto, com o PDI 2015-2019 a instituição estabeleceu indicadores para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional e está em fase de apreciação no Codir um Plano de implantação de gerenciamento de riscos.

2.3.Sistema de Correição

Neste subitem o gestor deverá dispor sobre a execução das atividades de correição no âmbito da unidade jurisdicionada, destacando os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho da UJ.

Caso a unidade jurisdicionada integre o Poder Executivo, deverão ser consignadas ainda informações sobre a aderência do registro das informações relativas a processos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam. Caso a UJ não esteja em conformidade com o prescrito na referida portaria, deverá apresentar as justificativas para tal desconformidade.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em item específico do Relatório de Gestão e deve conter toda a informação solicitada. Na escolha do formato de apresentação, o gestor deverá levar em consideração os aspectos de **clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade** das informações prestadas.

RESPOSTA:

O IFTO não dispõe de um setor de correição consolidado. Para abertura de processos disciplinares, o Gabinete do Reitor e o Gabinete dos Diretores gerais dos Campi convocam os servidores do quadro do IFTO para formar as comissões.

Foram instaurados 12 processos no período de 01/01/2014 a 01/01/2015, sendo que 9 foram julgados. Dos processos julgados, não ocorreu irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que foram capazes de impactar o desempenho da UJ.

Quanto ao Sistema CGU-PAD, o IFTO está em conformidade com o prescrito na referida Portaria CGU nº 1.043, **de 24 de julho de 2007**.

2.4.Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro 4: A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Quanto à avaliação dos riscos que podem comprometer as metas institucionais, o IFTO não formalizou os riscos de forma sistemática, no entanto conta com o apoio da Unidade de Auditoria Interna para monitoramento dos controles internos, todos os processos aquisição de bens/serviços e de construção de obras de engenharia são analisados pela Procuradoria Federal junto ao IFTO, assim como os aditivos, ao longo dos exercícios tem regulamentado atividades que contribuem para a prevenção de riscos e prejuízos ao patrimônio público, as minutas de normativas internas da instituição são disponibilizadas no sítio do IFTO e e-mail institucional dos servidores para sugestões e em algumas minutas são promovidas reuniões com os gestores e servidores para discutir itens controversos e posteriormente encaminhadas ao Conselho Superior para aprovação. Nas reuniões do Colégio de Dirigentes, além de assuntos pontuais de sua competência o espaço é aproveitado para discutir ações de planejamento e avaliações de riscos, que são devidamente registradas nas Atas das reuniões. Ressalta-se também a adesão do Instituto Federal do Tocantins ao Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Governo Federal – e-OUV, onde o mesmo irá propiciar uma melhoria significativa no monitoramento da solicitação tanto por parte da Instituição, quanto por parte do solicitante.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

2.5. Remuneração paga a Administradores

Os membros dos Colegiados e do Conselho Superior do IFTO não são remunerados.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1. Canais de Acesso do Cidadão

Atualmente, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) conta com os seguintes canais de acesso do cidadão:

- E-mail e telefone da Ouvidoria, respectivamente, ouvidoria@ifto.edu.br e (63) 3229-2253;
- Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), ferramenta criada pela Controladoria Geral da União (CGU), com o objetivo de integrar as ouvidorias e otimizar o registro e tratamento das manifestações;
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação.

Com relação às demandas recebidas via e-mail, no ano de 2014, os dados são os seguintes:

Demandas Recebidas pela Ouvidoria do IFTO	QUANTIDADE	Providências Adotadas
Reclamação	43	40 encaminhadas e resolvidas, dentro das possibilidades.
		02 aguardando retorno das unidades do IFTO.
		01 aguardando retorno dos manifestantes.
Solicitação de Informação	78	69 respondidas a contento.
		05 AGUARDANDO RETORNO DAS UNIDADES DO IFTO.
		04 AGUARDANDO RETORNO DOS MANIFESTANTES.
Denúncia	13	14 ENCAMINHADAS E RESOLVIDAS DENTRO DAS POSSIBILIDADES.

Quanto às manifestações por meio de telefonema, no ano de 2014, a Ouvidoria do IFTO não conseguiu implementar o controle, em função do acúmulo de demandas. Mas em 2015, já está sendo utilizada uma ferramenta de controle para registro das manifestações via contato telefônico.

No que diz respeito às demandas de solicitação de informação via e-SIC, em 2014, foram registradas 36 solicitações, todas respondidas dentro das possibilidades e prazos estabelecidos pela Lei de Acesso de Informação.

3.2. Carta de Serviços ao Cidadão

No momento, o IFTO não possui a Carta de Serviços ao Cidadão, mas conta com ferramentas comunicacionais que cumprem papel semelhante ao especificado no artigo 11 do Decreto 6932/2009, são elas: agenda institucional, jornais institucionais com publicação trimestral, redes sociais e páginas institucionais.

No intuito de atender à necessidade de emissão da Carta de Serviços ao Cidadão, a Ouvidoria, em parceria com os setores competentes, irá desenvolver o projeto gráfico e de conteúdo, para que o documento seja produzido e divulgado no 1º semestre de 2015.

3.3.Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

O IFTO não possui, no momento, mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços. Por entender a necessidade dessa mensuração, será estudada uma forma de fazê-la a nível institucional e não apenas por unidade.

3.4.Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

Quanto ao acesso aos relatórios de gestão, o usuário tem duas alternativas ao acessar a página institucional. A primeira é clicar no ícone “Relatórios de Gestão” localizado à direita de quem esta utilizando o computador. Outra possibilidade é ir à aba “Doc. Institucionais”, localizada no menu inicial da página institucional.

3.5.Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada

O IFTO não possui, no momento, mecanismos para avaliação do desempenho. Por entender a necessidade dessa mensuração, será estudada uma forma de fazê-la a nível institucional e não apenas por unidade.

3.6.Medidas relativas à Acessibilidade

Com o objetivo de assegurar as garantias previstas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, O IFTO adota as seguintes medidas relativas à acessibilidade:

- Adaptação das construções arquitetônicas, medidas tais como: rampas de acesso;
- Contratação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- Capacitação de servidores em Libras;
- Adequação das páginas institucionais no que diz respeito à acessibilidade, nesse sentido, os sítios eletrônicos do IFTO estão sendo reformulados, com previsão de término no ano de 2015.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1. Informações sobre o ambiente de atuação do IFTO

INSERÇÃO DO IFTO NO CENÁRIO SOCIECONÔMICO DO TOCANTINS

Localizado no centro geodésico do Brasil, o Estado do Tocantins situa-se entre os paralelos 5° e 13° de latitude sul e entre os meridianos 45° e 50° de longitude oeste. Com uma população estimada em 1.478.164 habitantes (IBGE, 2013), 78,8% desse total equivale à população urbana, enquanto 21,2% desses habitantes vivem no campo. Constituído por 139 municípios, o Estado possui uma área de 277.720,520 Km² (IBGE, 2010). Essa extensão territorial corresponde a 3,3% do território nacional e a 7,2% da região Norte. Os Estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.

Por se localizar em uma área de transição, o Tocantins apresenta características climáticas e físicas tanto da Amazônia Legal quanto da Zona Central do Brasil: a vegetação exibe desde o cerrado, campos limpos ou rupestres, à floresta equatorial de transição, encontrável sob a forma de mata de galeria. O cerrado ocupa uma área superior a 60% da superfície total do Estado. O clima é tropical, com temperatura média anual variando entre 31°C e 32°C (INPE, 2013). Opulento em recursos hídricos, as principais bacias que cortam o Estado são as do Tocantins, do Araguaia, do Sono, das Balsas, do Paraná e de Manuel Alves. O relevo é formado, predominantemente, por depressões, por planaltos a Sul e Nordeste, e planícies na região central. O ponto mais elevado é a Serra Traíras ou também conhecida como Serra das Palmas, com 1.340 metros, localizada na divisa com Goiás. Exuberante em belezas naturais, o Tocantins foi agraciado por paragens como: a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, localizada na região Sudoeste do Estado, onde também estão o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional Indígena; o Parque Estadual do Jalapão, a Lagoa da Confusão, além de outras riquezas naturais localizadas nos cursos dos rios Tocantins e Araguaia.

Do ponto de vista econômico, mesmo sendo o Estado mais jovem do país, o Tocantins teve um bom desempenho em 2010, visto ter apresentado um crescimento real de 14,2% do PIB, superior a todas as Unidades da Federação, ao crescimento da região Norte (9,9%) e do Brasil (7,5%). O Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins ocupa o 24º lugar no ranking nacional, representando 0,5% do PIB brasileiro (IBGE, 2013). O PIB per capita de 2010 foi R\$ 12.462,00 contra R\$ 11.278,00 em 2009, ganhando uma posição no ranking nacional de 2010, passando da 16ª para a 15ª posição entre todas as Unidades da Federação (IBGE, 2013). Segundo dados da Seplan/TO (2013), o setor econômico que se destaca no PIB do Tocantins é o de prestação de serviços, que participa com 56,5% do total, seguido pela indústria, que contribui com 25,4%, e atividades agropecuárias, 18,1%, e, entre as 12 atividades que compõem o Valor Adicionado (VA) do Tocantins, as 4 atividades de maior peso foram: Administração, Saúde e Educação Pública; Agropecuária; Construção Civil e Comércio.

No setor agropecuário, fundamental para a economia tocantinense, as principais atividades são a produção de grãos, a pecuária bovina de corte e a fruticultura, sendo esta última atividade responsável pela geração de grande número de empregos diretos e indiretos. Na pauta das exportações, a soja é o carro-chefe, seguida pela exportação de carnes e derivados e, por último, pelo abacaxi. Outra atividade que se

desponta no Estado é a produção de biocombustíveis, principalmente a partir da extração dos potenciais energéticos de culturas como a do babaçu, a soja e a do pinhão-manso.

A agroindústria demonstra, igualmente, grande potencial econômico no Estado. Foram implantados cinco distritos agroindustriais nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Paraíso do Tocantins, que contribuem não só com a geração de divisas para o Estado como também com renda para as populações locais.

Além disso, o Estado possui excelentes condições materiais para a implantação de projetos de produção de peixes, porque tem uma qualidade de água excepcional, com temperatura estável, o que favorece o desenvolvimento de atividades econômicas na área da aquicultura. Outras atividades que poderão viabilizar investimentos para a geração de emprego e renda, bem como para o desenvolvimento econômico do Estado estão relacionadas ao turismo - destaque para o ecoturismo, o turismo balneário e o turismo cultural. Com cinco áreas de proteção ambiental, contando com riquezas hídricas e praianas e com duas cidades com centros históricos tombados como patrimônio histórico (Natividade e Porto Nacional), o Estado do Tocantins apresenta agudas potencialidades de desenvolvimento econômico a partir dessas modalidades turísticas.

No que tange à infraestrutura, duas obras são de fundamental importância para a economia do estado: a rodovia BR-153 e a Ferrovia Norte-Sul. A primeira, já consolidada, é de inestimável valor para as atividades comerciais, pois é a principal via de escoamento de produção no Estado. Grandes municípios tocantinenses, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Guaraí, além de outros, floresceram às margens dessa rodovia, demonstrando a vitalidade dessa estrada tanto para a economia quanto para a história tocantinense. Já a Ferrovia Norte-Sul, ainda em fase de construção, tem seu maior trecho previsto (mais de 500 km) para o Estado do Tocantins. Com a construção dessa ferrovia, a expectativa é de aumentar a capacidade de transporte de baixo custo. Quando estiver em plena operação, a ferrovia será capaz de transportar cerca de 12,4 milhões de toneladas/ano, possibilitando o escoamento da produção e reduzindo significativamente o custo do frete para longas distâncias. Além disso, a obra viabilizará a implantação de novos negócios, além da geração de vários empregos, diretos e indiretos.

Nesse contexto socioeconômico que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, contando hoje com uma Reitoria, 16 polos de Educação a Distância – EaD –, 8 campi em pleno funcionamento e 3 campi avançados em fase de implantação, todos localizados em regiões economicamente estratégicas do Estado.

O Instituto Federal edifica-se no seio dos municípios mais populosos do Tocantins; seus campi estão localizados em Palmas (257.904 hab.), Araguaína (164.093 hab.), Gurupi (81.792 hab.), Porto Nacional (51.501 hab.), Paraíso do Tocantins (47.724 hab.), Araguatins (33.524 hab.), Colinas do Tocantins (33.078 hab.) e Dianópolis (20.566 hab.), e os campi avançados estão localizados em Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso; já os polos de EaD estão em Alvorada, Araguatins, Araguacema, Colinas do Tocantins, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Natividade, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga e Tocantinópolis.

Ao agregar e expandir instituições de educação profissionais já sedimentadas como a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, hoje Campus Araguatins, e a Escola Técnica Federal de Palmas, hoje

Campus Palmas, e com a implantação de outros seis campi em pleno funcionamento, e ainda com seus três campi avançados em fase de implantação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins busca formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além, é claro, de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos do Tocantins, resguardando as singularidades econômicas, sociais e culturais dos distintos municípios e regiões do Estado.

CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Conforme dados consolidados de 2013 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Brasil contava com 2.391 Instituições de Educação Superior, sendo destas 87,4% (2.090) de iniciativa privada e 12,6% (301) públicas, divididas em 106 instituições federais, 119 estaduais e 76 municipais.

Na região Norte, tínhamos, em 2013, 146 instituições de ensino superior, número que representava somente 6,11% do total nacional, especificamente no estado do Tocantins, região de atuação do IFTO, possuíamos 26 instituições, ou seja, 17,8% da região norte e somente 1,09% do Brasil.

O Brasil, em 2013, conforme o INEP, possuía 32.049 cursos superiores em atividade, nestes, 7.305.997 (Sete milhões, trezentos e cinco mil, novecentos e noventa e sete) alunos estavam matriculados, conforme distribuição demonstrada abaixo:

Quadro 4.1.1 – Cursos de nível superior ofertados em 2013.

Número de cursos, por organização acadêmica e grau acadêmico – Brasil				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo
Número de cursos	32.049	17.905	7.920	6.224
Participação no total	100%	55,9%	24,7%	19,4%
Distribuição da oferta por tipo de instituição				
Privada	21.199 (66,1%)	12.566 (70,2%)	3.555 (44,9%)	5.078 (81,6%)
Pública	10.850 (33,9%)	5.339 (29,8%)	4.365 (55,1%)	1.146 (18,4%)
Federal	5.968	3.259	2.118	591
Estadual	3.656	1.365	1.874	417
Municipal	1.226	715	373	138

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2013, INEP

Quadro 4.1.2 – Matrículas de nível superior realizadas em 2013.

Número de matrículas, por grau acadêmico – Brasil

	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Número de matrículas	7.305.977	4.912.310	1.374.174	995.746	23.747
Participação no total	100%	67,3%	18,8%	13,6%	0,3%
Número de matrículas, por organização acadêmica – Brasil					
Privada	5.373.450 (73,5%)	3.745.821 (76,2%)	774.456 (56,4%)	852.577 (85,6%)	596 (2,5%)
Pública	1.932.527 (26,5%)	1.166.489 (23,8%)	599.718 (43,6%)	143.169 (14,4%)	23.151 (97,5%)
Federal	1.137.851	735.407	328.694	61.975	11.775
Estadual	604.517	287.712	238.106	67.323	11.376
Municipal	190.159	143.370	32.918	13.871	-
Número de matrículas, por grau acadêmico – região Norte					
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Número de matrículas	568.337	329.276	170.339	67.085	1.637
Participação no total (Brasil)	7,8%	6,7%	12,4%	6,7%	6,9%
Número de matrículas, por organização acadêmica – região Norte					
Privada	358.372 (63,0%)	231.757 (70,4%)	68.276 (40,1%)	58.339 (87,0%)	-
Pública	209.965 (37,0%)	97.519 (29,6%)	102.063 (59,9%)	8.746 (13,0%)	1.637 (100,0%)
Federal	147.610	66.864	73.570	5.539	1.637
Estadual	55.594	24.943	28.021	2.630	-
Municipal	6.761	5.712	472	577	-
Número de matrículas, por grau acadêmico – Tocantins					
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Número de matrículas	77.463	52.696	17.022	7.609	136
Participação no total (Brasil)	1,06%	1,07%	1,23%	0,76%	0,57%
Número de matrículas, por organização acadêmica – Tocantins					
Privada	35.127 (45,3%)	25.835 (49,0%)	3.650 (21,4%)	5.642 (74,1%)	-

Pública	42.336 (54,7%)	26.861 (51,0%)	13.372 (78,6%)	1.967 (25,9%)	136 (100,0%)
Federal	18.838	8.546	8.313	1.843	136
Estadual	17.519	12.865	4.654	-	-
Municipal	5.979	5.450	405	124	-

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2013, INEP

CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Conforme dados consolidados de 2013 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Brasil contava com 190.706 instituições de educação básica, sendo destas 20,4% (38.822) de iniciativa privada e 79,6% (151.884) públicas, divididas em 512 instituições federais, 30.891 estaduais e 120.481 municipais.

Na região Norte, tínhamos, em 2013, 23.551 instituições de educação básica, número que representava 12,34% do total nacional, especificamente no estado do Tocantins, região de atuação do IFTO, possuíamos 1.741 instituições, ou seja, 7,39% da região norte e somente 0,91% do Brasil.

O Brasil, em 2013, conforme o INEP, possuía 50.048.448 (cinquenta milhões, quarente e oito mil e quatrocentos e quarenta e oito) alunos matriculados na educação básica, sendo 7.590.600 na educação infantil, 29.069.281 no ensino fundamental, 8.312.815 no ensino médio, 194.421 na educação especial, 3.772.670 na educação de jovens e adultos (EJA) e 1.102.661 na educação profissional.

Quadro 4.1.3 – Matrículas na educação básica (por modalidade)

	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	EJA
Brasil	50.048.448	7.590.600	29.069.281	8.312.815	1.102.661	194.421	3.772.670
Região Norte	5.144.488	600.605	3.195.061	778.489	62.375	8.353	499.605
Tocantins	411.342	56.252	253.686	71.158	6.218	2.116	21.912

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2013, INEP

EMPRESAS QUE ATUAM OFERTANDO SERVIÇOS SIMILARES AO IFTO NA SUA REGIÃO DE ATUAÇÃO

O IFTO, conforme a artigo 7º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Lei de criação dos institutos federais) e o decreto 5.840, de 13 de Julho de 2006, pode oferta as seguintes modalidades de ensino:

- Ensino profissional integrado ao ensino médio
- Ensino profissional subsequente ao ensino médio
- Ensino profissional concomitante ao ensino médio

- Cursos de formação inicial e continuada;
- Educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA
- Licenciatura
- Programas de formação pedagógica com vistas na formação de professores para a educação básica
- Cursos superiores de tecnologia
- Bacharelados
- Cursos de pós-graduação *latu sensu*
- Cursos de pós-graduação *strictu sensu*

No estado do Tocantins, região de atuação do IFTO, existem, como ele, mais três entidades públicas que ofertam educação de nível superior, sendo elas:

- Universidade Federal do Tocantins - UFT, que, em 2012, já registrava 7 *campi* ofertando 46 cursos (24 bacharelados, 19 licenciaturas e 3 Tecnólogos).
- Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, universidade estadual que conta com 4 *campi* ofertando 14 cursos.
- Centro Universitário de Gurupi – UnirG, universidade municipal da cidade de Gurupi, ofertando 15 cursos de nível superior.

Em consulta ao sistema e-mec, disponível no site do Ministério da Educação e da Cultura, no endereço <http://emec.mec.gov.br/>, existe registrada a oferta de 98 cursos de nível superior, distribuídos em 15 municípios, localizados em 53 *campi*, conforme distribuição abaixo:

- Araguaína
 1. Faculdade Católica Dom Orione – FACDO
 2. Faculdade de Administração – ITPAC
 3. Faculdade de Ciências Contábeis de Araguaína - ITPAC
 4. Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT
 5. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC
 6. Faculdade de Direito de Araguaína – ITPAC
 7. Faculdade de Educação Física de Araguaína – ITPAC
 8. Faculdade de Enfermagem – ITPAC
 9. Faculdade de Farmácia e Bioquímica – ITPAC
 10. Faculdade de Medicina – ITPAC
 11. Faculdade de Odontologia – ITPAC
 12. Faculdade de Pedagogia e Formação de Normalistas de Araguaína – ITPAC
 13. Faculdade de Sistema de Informação – ITPAC
 14. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 15. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
- Araguatins
 1. Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
- Arraias
 1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
- Augustinópolis
 1. Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC
 2. Universidade do Tocantins – UNITINS
- Colinas do Tocantins
 1. Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas – FIESC
- Dianópolis
 1. Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense – FADES

2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
- Guaraí
 1. Faculdade Guaraí – FAG
 - Gurupi
 1. Centro Universitário UNIRG – UNIRG
 2. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 - Miracema do Tocantins
 1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 - Palmas
 1. Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP
 2. Faculdade Católica do Tocantins – FACTO
 3. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde – FAHESA/ITPAC PALMAS
 4. Faculdade de Palmas – FAPAL
 5. Faculdade de Tecnologia de Palmas – FTP
 6. Faculdade ITOP – ITOP
 7. Faculdade Serra do Carmo – FASEC
 8. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 9. Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO
 10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 11. Universidade do Tocantins – UNITINS
 - Paraíso do Tocantins
 1. Faculdade de Administração de Empresas de Paraíso do Tocantins – FAP
 2. Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP
 3. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso – FECIPAR
 4. Faculdade de Sistemas de Informação de Paraíso do Tocantins – FSIP
 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 - Pedro Afonso
 1. Faculdade Rio Sono – RISO
 - Pium
 1. Faculdade Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF
 - Porto Nacional
 1. Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC
 2. Faculdade São Marcos – FASAMAR
 3. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 - Tocantinópolis
 1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT

PARTICIPAÇÃO DO IFTO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, EM 2014

Ensino profissional integrado ao ensino médio: o IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 975 vagas de ensino profissional integrado ao ensino médio, assim distribuídas pelas suas unidades:

- **Campus Araguaína:** 80 vagas, sendo todas no curso de informática.
- **Campus Araguatins:** 240 vagas, sendo 205 no curso de agropecuária e 35 no curso de redes de computadores.
- **Campus Dianópolis:** 120 vagas, sendo 60 no curso de agropecuária e 60 no curso de informática.

- **Campus Gurupi:** 35 vagas, sendo todas no curso de agronegócios.
- **Campus Palmas:** 260 vagas, sendo 40 no curso de administração, 40 no curso de agrimensura, 40 no curso de agronegócios, 30 no curso de eletrotécnica, 40 no curso de eventos, 40 no curso de informática para internet e 30 no curso de mecatrônica.
- **Campus Paraíso do Tocantins:** 160 vagas, sendo 40 no curso de agroindústria, 40 no curso de informática e 80 no curso de meio ambiente.
- **Campus Porto Nacional:** 80 vagas, sendo 40 no curso de administração e 40 no curso de meio ambiente.

Ensino profissional subsequente ao ensino médio: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 1390 vagas de ensino profissional subsequente ao ensino médio, assim distribuídas pelas suas unidades:

- **Campus Araguaína:** 320 vagas, sendo 80 no curso de gerência em saúde, 80 no curso de análises clínicas, 80 no curso de enfermagem e 80 no curso de informática para internet.
- **Campus Araguatins:** 80 vagas, todas no curso de agropecuária.
- **Campus Colinas:** 70 vagas, todas no curso de informática.
- **Campus Dianópolis:** 120 vagas, sendo 60 no curso de agropecuária e 60 no curso de informática.
- **Campus Gurupi:** 120 vagas, sendo 60 no curso de agronegócios e 60 no curso de edificações.
- **Campus Palmas:** 560 vagas, sendo 60 no curso de agrimensura, 80 no curso de controle ambiental, 60 no curso de edificações, 80 no curso de eletrotécnica, 60 no curso de informática, 60 no curso de mecatrônica, 80 no curso de secretariado e 80 no curso de segurança do trabalho.
- **Campus Porto Nacional:** 120 vagas, sendo 60 no curso de informática e 60 no curso de logística.

Educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 360 vagas de educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, assim distribuídas pelas suas unidades.

- **Campus Araguaína:** 120 vagas, sendo 40 vagas no curso de vigilância em saúde, na modalidade Técnico Integrado EJA
- **Campus Gurupi:** 40 vagas, todas no curso de comércio, na modalidade PROEJA
- **Campus Palmas:** 120 vagas, sendo 80 no curso de manutenção e operação de computadores e 40 no curso de atendimento, ambos na modalidade FIC EJA.
- **Campus Paraíso do Tocantins:** 40 vagas, todas no curso de operador de computadores, na modalidade PROEJA
- **Campus Porto Nacional:** 40 vagas, todas no curso de vendas, da modalidade Técnico Integrado EJA.

Licenciatura: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 360 vagas em cursos superiores de licenciatura, assim distribuídas pelas suas unidades:

- **Campus Araguatins:** 80 vagas, sendo 40 no curso de ciências biológicas e 40 no curso de computação.
- **Campus Gurupi:** 40 vagas no curso de artes cênicas.
- **Campus Palmas:** 100 vagas, sendo 30 vagas no curso de física, 40 no curso de letras e 30 no curso de matemática.
- **Campus Paraíso do Tocantins:** 80 vagas, sendo 40 no curso de química e 40 no curso de matemática.
- **Campus Porto Nacional:** 40 vagas no curso de computação.

Cursos superiores de tecnologia: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 330 vagas em cursos superiores de tecnologia (tecnólogos), assim distribuídos pelas suas unidades:

- **Campus Palmas:** 260 vagas, sendo 80 no curso de agronegócios, 40 no curso de gestão de turismo, 80 no curso de gestão pública e 60 no curso de sistemas para internet.
- **Campus Paraíso do Tocantins:** 30 vagas no curso de alimentos.
- **Campus Porto Nacional:** 40 vagas no curso de logística.

Bacharelados: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 150 vagas em cursos de bacharelado, assim distribuídos pelas suas unidades:

- **Campus Araguatins:** 40 vagas no curso de agronomia.
- **Campus Dianópolis:** 40 vagas no curso de engenharia agrônômica.
- **Campus Palmas:** 40 vagas no curso de engenharia civil.
- **Campus Paraíso do Tocantins:** 30 vagas no curso de administração.

Cursos de pós-graduação *latu sensu*: O IFTO ofertou a sociedade, em 2014, 60 vagas em cursos de pós-graduação *latu sensu*, na modalidade de especialização, assim distribuídos pelas suas unidades:

- **Campus Palmas:** 30 vagas no curso de telemática
- **Campus Paraíso:** 30 vagas no curso de gestão pública

ANÁLISE DO AMBIENTE DE NEGÓCIO E PRINCIPAIS RISCOS DO MERCADO (AMEAÇAS E OPORTUNIDADES) EDUCACIONAL NA REGIÃO DE ATUAÇÃO DO IFTO.

Durante os trabalhos do PDI IFTO 2015-2019, houve a aplicação de formulários a todas as unidades estratégicas do instituto a fim de medir e analisar como cada *campus* e pró-reitorias visualizavam o seu ambiente de negócio, além de apontar quais os principais riscos a realização de suas atividades. Transcrevemos o resultado deste trabalho nos quadros abaixo:

Quadro 4.1.4 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Administração

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão de problemas e soluções aos desafios.	Alto	Adequação do quadro de pessoal as futuras demandas da pró-reitoria.	Alto
Capacitação e comunicação periódica com as equipes responsáveis pela fiscalização.	Alto	Alta rotatividade dos servidores na pró-reitoria.	Alto
Condições de trabalho e ambiente interno da equipe.	Alto	Ausência de sistemas administrativos e de controle.	Alto
Frota de veículos atualizada.	Médio	Deficiência na atuação da auditoria interna durante o acompanhamento dos processos.	Alto

Gestão dos processos internos da pró-reitoria.	Médio	Deficiência no processo de repasse de informações entre as pró-reitorias e/ou departamentos.	Alto
Pontualidade na execução das atividades, dentro dos cronogramas institucionais e governamentais.	Alto	Dificuldades no processo de fiscalização de contratos.	Alto
Utilização de dispositivos legais para redução dos não cumprimentos contratuais.	Alto	Falta de planejamento na utilização do transporte.	Baixo
		Falta de um sistema informatizado de gerenciamento de almoxarifado e patrimônio do IFTO.	Alto
		Gestão da Tecnologia da Informação deficiente e/ou inadequada.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação dos programas de capacitação dos servidores do IFTO.	Alto	Burocratização na concessão de benefícios para capacitação.	Médio
		Dificuldade de acesso as informações fiscais e tributárias junto aos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de padronização nas informações fornecidas pelos órgãos de controle (internos e externos).	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.5 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso facilitado a todos os pró-reitores.	Alto	Concentração de poder decisório em determinadas órgãos da instituição.	Médio
Capacidade técnica da equipe e sua integração.	Alto	Dificuldade na aquisição de obras para o acervo bibliográfico interno, e de ferramentas para a realização dos trabalhos.	Médio
Criação de uma estrutura dedicada para as atividades de planejamento institucional.	Alto	Falta de capacitação específica para a demanda técnica da pró-reitoria, ofertada pelo Instituto Federal do Tocantins.	Médio

Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto	Falta de comunicação, a nível institucional, entre as pró-reitorias.	Médio
Rede de apoio na gestão de tecnologia da informação junto aos <i>campi</i> .	Médio	Falta de equipe para a situação futura de consolidação da infraestrutura do Instituto Federal do Tocantins (Manutenção).	Alto
		Falta de estrutura de cargos para o suporte das atividades da pró-reitoria (não cumprimento do organograma originalmente proposta em sua criação).	Alto
		Falta de estrutura de telecomunicações moderna conectando os <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Falta de gestão unificada da tecnologia da informação, fazendo com que as decisões sobre o assunto não levem em consideração as opiniões técnicas.	Alto
		Falta de um sistema de gerenciamento das informações sobre segurança, meio ambiente e qualidade.	Médio
		Falta de uma previsão e/ou planejamento das demandas enviadas para solução nesta pró-reitoria.	Alto
		Falta e /ou falha da estruturação do departamento de tecnologia da informação.	Alto
		Trabalho de planejamento a nível institucional ainda em fase de implantação.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Aumento constante no repasse de recursos de investimento do Governo Federal.	Alto	Exigências demasiadamente rígidas do Governo Federal na aplicação dos recursos de infraestrutura.	Alto
Possibilidade de acesso a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Tocantins.	Alto	Legislação proibitiva na contratação de serviços de apoio.	Alto
		Não reconhecimento das particularidades do funcionamento dos institutos federais, bem como do público atendido pelo mesmo.	Alto
		Programas de capacitação ofertados, que em sua maioria, não podem contar com a participação dos servidores, devido a morosidade da legislação vigente.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.6 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Ensino.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alto nível de compreensão, por parte de todos os membros da equipe, de suas atividades e tarefas.	Alto	Características da descentralização das decisões dos <i>campi</i> .	Alto
Compromisso da equipe com a solução de demandas.	Médio	Compromisso da equipe interna com suas atribuições regimentares.	Médio
Divisão participativa de tarefas dentro da pró-reitoria.	Alto	Falta de pessoal para a área operacional da pró-reitoria.	Médio
Poder decisório da pró-reitoria distribuído na equipe.	Médio	Falta de uma identidade institucional do IFTO, que ainda se encontra em um processo de amadurecimento.	Alto
Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
		Desencontro e choque de legislações dos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de estrutura e/ou apoio por parte do Ministério da Educação e do INEP.	Alto
		Forma de funcionamento das comissões do IFTO.	Alto
		Não cumprimento da legislação de acessibilidade pelos campi do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Não cumprimento das legislações internas e externas, por departamentos do Instituto Federal do Tocantins.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.7 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Extensão

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Comprometimento da equipe com os resultados.	Alto	Boa parte dos regulamentos das atividades de extensão ainda em construção.	Médio
Descentralização e autonomia na aplicação dos recursos para as atividades	Médio	Equipe de trabalho reduzida.	Médio

de extensão.			
Qualidade do ambiente de trabalho.	Médio	Falta de estrutura administrativa mínima para atividades de extensão nos <i>campi</i> .	Médio
		Falta de sistemas informatizados para o suporte de informações.	Alto
		Perca da visão sistêmica do funcionamento da pró-reitoria devido à falta de pessoal operacional.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alta oferta de fomento externo para os cursos de extensão (FIC).	Médio	Baixa atratividade dos programas e projetos de extensão do Instituto Federal do Tocantins	Médio
Aumento da procura de alunos pelos cursos regulares oriundos dos programas governamentais.	Médio	Desmotivação pela extensão voluntária.	Alto
		Falta de sensibilização das empresas quanto aos programas de estágio do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
		Oferta de recursos de extensão na forma de programas de governo, e não como políticas públicas.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.8 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Cotas de bolsas institucionais de pesquisa.	Alto	Atividades do NIT (Núcleo de inovação tecnológica) ainda em estado inicial.	Médio
Credibilidade do trabalho desenvolvido pela pró-reitoria junto aos <i>campi</i> do instituto.	Alto	Baixa aderência a atividades de pesquisa pelos doutores do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Facilidade de acesso aos outros órgãos, pró-reitorias e <i>campi</i> da instituição.	Médio	Falta de entendimento dos pesquisadores sobre o processo burocrático das atividades de pesquisa.	Médio
Instalações físicas (Infraestrutura e equipamentos).	Médio	Falta de sistemas informatizados para a coleta de dados e apoio a decisão.	Alto
O bom ambiente de trabalho e a grande união da equipe.	Alto	Falta de uma base de dados unificada e consolidada dos servidores do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
Vocação institucional para a produção tecnológica.	Alto	Falta de uma cultura institucional voltada também para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	

Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Boa oferta de editais externos para desenvolvimento de pesquisa.	Médio	A falta de uma identidade institucional consolidada do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Celebração de termos de cooperação técnica e/ou parcerias com outras instituições de ensino superior, órgãos públicos e empresas do setor privado.	Alto	Baixa receptividade do Instituto Federal do Tocantins aos seus novos servidores.	Baixo
Políticas governamentais de fomento, específicas para instituições de ensino superior situadas na região norte	Médio	Falta de estrutura de telecomunicações	Alto
Quadro docente de alto nível acadêmico para o desenvolvimento de produção científica.	Médio	Falta de um ambiente industrial desenvolvido para a expansão da pesquisa aplicada.	Médio
		Legislação sobre a atividade com caráter impositivo.	Alto
		Necessidade de uma atuação eclética do professor em relação as modalidades de ensino ofertadas pelos institutos federais.	Médio
		Prazos restritivos quando nas solicitações de dados pelos órgãos externos de controle.	Baixo
		Uma política de gestão de pessoas, por parte do Instituto Federal do Tocantins, desatualizada.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.9 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus Araguaína*

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Equipe de servidores multidisciplinar	Médio	Clima Organizacional Desfavorável, disputas internas	Médio
Gestão articulada com Reitoria e órgãos públicos	Alto	Infraestrutura deficiente (atividades meio e fim)	Alto
Gestão Democrática	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i>	Médio	Tamanho da área	Alto
Qualificação dos Servidores	Alto	Turn-over de Servidores	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Baixo nível de qualificação profissional da região	Alto	Área insuficiente, impossibilitando expansão do <i>campus</i>	Alto
Localizada no polo de desenvolvimento regional	Alto	Ausência de infraestrutura e serviços públicos, como pavimentação asfáltica, iluminação e segurança nas adjacências do <i>campus</i>	Alto

Parcerias com Setor Público e a Iniciativa Privada	Alto	Orçamento Limitado	Alto
Políticas de Expansão da Rede Federal	Médio	Proliferação de instituições Privadas que ofertam Educação Profissional e Tecnológica Presenciais e a Distância.	Médio
Principal instituição pública na oferta de educação profissional técnica da região	Médio	Redução das demandas pelos cursos ofertados e elevada evasão escolar	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.10 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Araguatins

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo Bibliográfico.	Alto	Análise do desempenho interno dos educandos.	Alto
Alojamento.	Alto	Atuação profissional: baixa proatividade.	Alto
Assistência estudantil à permanência dos alunos.	Alto	Comunicação e integração entre os setores da comunidade interna.	Alto
Autonomia administrativa e financeira.	Médio	Controle patrimonial.	Alto
Equipamentos / mobiliário.	Alto	Disciplina (Observação a regras, etiqueta).	Alto
Identificação do estudante com o <i>campus</i> .	Alto	Divulgação das ações institucionais.	Alto
Infraestrutura física.	Alto	Indicadores de desempenho dos servidores.	Alto
Projetos de pesquisa e extensão.	Alto	Integração entre os discentes e servidores dos diversos cursos.	Alto
Qualidade do ensino técnico.	Alto	Integração escola e comunidade.	Alto
Recursos humanos especializados.	Alto	Planejamento das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
Refeitório.	Alto	Plano de capacitação de servidores.	Alto
		Relações interpessoais.	Alto
		Responsabilidade social.	Alto
		Segurança interna.	Alto
		Transparência das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
		Tratamento de resíduos e efluentes.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Existência da rede federal de ensino tecnológico para trocas de tecnologias e métodos.	Médio	A política governamental (momento econômico). Instabilidade das políticas públicas educacionais.	Alto
Grande demanda de estudantes para continuidade da formação profissional (níveis médio, superior e pós-graduação).	Alto	Baixo nível do ensino fundamental da região (alunos despreparados)	Alto
Intercâmbio (Ciência sem fronteiras).	Alto	Distância de alguns fornecedores; dificuldade de aquisição de bens e	Médio

		serviços	
Localização geográfica e estratégica do <i>campus</i> Araguaatins: favorecimento da logística, bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, transição de bioma.	Alto	Drogas ilícitas	Alto
Necessidade de novos cursos.	Alto	Interesses de alguns alunos apenas pelas disciplinas do curriculum básico, deixando como laterais as disciplinas técnicas.	Médio
O fortalecimento do agronegócio brasileiro aumenta a demanda por mão-de-obra especializada.	Alto	Investimento em infraestrutura no município (equipamento urbano). Estrada para o <i>campus</i>	Alto
O IFTO está inserido numa região de forte presença da economia agropecuária.	Alto	Regulamentação da linha de ônibus pelo poder municipal	Alto
Região com a maior quantidade de projetos de assentamentos federais (INCRA) rurais do Estado do Tocantins.	Alto	Rotatividade de pessoal	Alto
		Sombreamento de cursos (concorrência direta/substituto perfeito)	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.10 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Dianópolis

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão e soluções de problemas e sugestões	Médio	Acompanhamento de egressos	Médio
Ações da Assistência Estudantil	Alto	Infraestrutura	Alto
Comprometimento da equipe com as atividades institucionais	Alto	Quadro de servidores	Alto
Interação entre os departamentos para diferentes situações	Alto	Rotatividade de servidores	Alto
Qualificação dos Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Imagem da instituição frente a sociedade local	Alto	Comunicação e Marketing	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i> na região	Alto	Oferta do transporte escolar	Alto
Política de expansão e/ou ampliação da instituição na região	Alto	Oportunidade de estágio na região	Alto
Procura por cursos técnicos e FIC	Alto	Qualidade do transporte escolar	Alto
Única instituição pública de ensino técnico e tecnológico gratuita	Alto		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.11 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Gurupi

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo bibliográfico atende ao curso de Artes Cênicas.	Alto	Ausência de Cantina.	Médio
Acesso à formação e aperfeiçoamento continuado.	Médio	Ausência de copiadora.	Alto
Alta disponibilidade da direção e equipe em receber a atender a comunidade.	Alto	Ausência de eventos científicos.	Médio
Ambientes climatizados.	Alto	Ausência de sistema de gestão de processos e protocolo.	Alto
Concessão de fomento, servidores e discentes.	Alto	Ausência de um sistema que possibilite a matrícula e renovação de matrícula on-line.	Alto
Elevado nível de qualificação dos servidores.	Alto	Baixa participação em reuniões.	Médio
Empenho e dedicação da equipe na execução das tarefas rotineiras.	Alto	Baixo índice de participação dos servidores na tomada de decisões.	Alto
Equipamentos de informática atualizados.	Alto	Deficiência no controle de acesso de público as dependências do <i>campus</i> .	Alto
Frota moderna e que atende as demandas.	Alto	Dificuldade de comunicação interna para auxiliar no processo de tomada de decisão.	Médio
Incentivo socioeconômico.	Médio	Espaço físico inadequado para a gerência de administração.	Alto
Instrumento para concessão de diárias e passagens para capacitação e manutenção das atividades.	Alto	Espaço físico insuficiente para expansão do <i>campus</i> .	Alto
Orientação e acompanhamento de projetos por estruturas técnicas e de controle.	Alto	Estacionamento inapropriado.	Alto
Participação em programas institucionais.	Alto	Estrutura física precária no prédio.	Alto
Produção em pesquisa e extensão.	Alto	Falta de acessibilidade no <i>campus</i> .	Alto
Professores capacitados.	Alto	Falta de clareza no repasse de informações por parte da pró-reitoria de administração, quanto aos repasses financeiros.	Alto
Professores com DE (Dedicação exclusiva).	Alto	Falta de pessoal para grande demanda de atividades do <i>campus</i> .	Alto
Visitas técnicas	Alto	Falta de sistema integrado para gestão de pessoas, patrimônio, almoxarifado, protocolo, biblioteca e frota.	Alto
		Falta de um setor responsável pela organização de eventos da instituição.	Alto
		Falta de uma equipe de licitação própria no <i>campus</i> .	Alto
		Falta de uma impressora exclusiva para a coordenação de gestão de pessoas.	Médio
		Imagem do IFTO junto à comunidade (vídeo institucional).	Alto
		Implementação do SIGA-EDU.	Médio

		Inexistência de estrutura de rede lógica adequada (serviços de internet).	Alto
		Inexistência de garagem para veículos oficiais.	Alto
		Infraestrutura deficitária.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação do sistema viário.	Alto	Acomodação diante das estruturas e recursos disponíveis	Alto
Aumento de parcerias com setores públicos e privados.	Alto	Concorrência com outras instituições (SESI, SENAI, UNIRG, UFT)	Alto
Contribuir com a qualificação profissional da região.	Alto	Demora na entrega de produtos adquiridos em licitações	Alto
Crescimento do agronegócio no município e sul do estado.	Alto	Desvio de foco na interação entre ações em desenvolvimento	Alto
Facilidade de construir parcerias para viabilização de estágios e convênios.	Alto	Falta de pessoal para a grande demanda de atividades	Alto
Fortalecimento da cultura.	Alto	Falta de regularidade no repasse de recursos por parte da união	Alto
Intercâmbio.	Alto	Não liberação de mais vagas por parte do governo para contratação de servidores para ampliação das atividades do <i>Campus</i>	Alto
Localização do município favorável para logística viária.	Médio	Não obtenção de área externa para crescimento do <i>campus</i> .	Alto
Parceria com empresas (jovem aprendiz).	Alto	Transferência de servidores	Alto
Políticas públicas de fomento à educação e cultura.	Alto	Transporte público deficitário	Alto
Promoção de suporte técnico às atividades econômicas locais.	Médio		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.12 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Palmas

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Democracia institucional	Alto	Avaliação de desempenho	Alto
Gestão descentralizada	Alto	Carga horária docente	Alto
Localização Geográfica	Alto	Compromisso dos servidores	Alto
Qualificação docente	Alto	Comunicação com a sociedade	Alto
Regime de trabalho	Alto	Comunicação interna	Alto
		Identidade institucional	Alto
		Infraestrutura defasada	Alto
		Modelo gerencial burocrático	Alto
Variáveis ambientais (externas)			

Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Apoio do governo federal	Alto	Concorrência	Alto
Atuação do Estado do Tocantins	Alto	Confiança da sociedade	Alto
Imagem perante a sociedade	Alto	Inexistência do plano de desenvolvimento regional do governo do estado	Alto
Parcerias com IES públicas e privadas	Alto		
Parcerias com organismos da sociedade civil	Alto		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.12 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Paraíso do Tocantins

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso à internet com alta velocidade (100 Mbps)	Alto	Acompanhamento de egressos insuficiente	Alto
Alto grau de qualificação dos servidores	Alto	Baixa efetividade no planejamento de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Apoio ao estabelecimento e participação de representatividade classistas (alunos e servidores)	Alto	Controle patrimonial inadequado	Alto
Autonomia administrativa e pedagógica	Alto	Desenvolvimento de ações com vistas à responsabilidade social	Alto
Busca pela excelência na prestação de serviços	Alto	Desenvolvimento de ações pouco integradas entre os setores	Alto
Busca pela execução da gestão democrática	Alto	Diagnóstico de desempenho de alunos e evasão	Alto
Busca pela modernização da infraestrutura em ambientes administrativos e pedagógicos	Alto	Dificuldade na comunicação interna e divulgação de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Dedicação de servidores na execução das atividades	Alto	Estrutura de rede lógica <i>wireless</i> interna	Médio
Disponibilidade de acervo bibliográfico	Alto	Excessiva burocracia em regulamentos internos	Médio
Disponibilidade de veículos institucionais para suporte nas atividades	Alto	Falta de sistema de monitoramento interno por vídeo	Alto
Fomento a execução de projetos de Pesquisa e Extensão	Alto	Garagem e almoxarifado com espaço inadequado	Médio

Fomento a visitas técnicas e participação em eventos (alunos e servidores)	Alto	Identidade institucional pouco assimilada pela comunidade interna e externa	Alto
Fomento financeiro para a permanência dos alunos nos cursos (auxílio transporte e alimentação)	Alto	Inexistência de plano de capacitação de servidores	Alto
Identificação dos estudantes com o <i>Campus</i>	Alto	Infraestrutura (carência de laboratórios específicos)	Alto
Regime de trabalho que busca considerar as necessidades individuais dos servidores	Alto	Participação pouco efetiva de comunidade na tomada de decisões	Alto
		Pouca integração com a comunidade externa	Alto
		Problemas em relações interpessoais servidor-servidor e servidor-aluno	Alto
		Quadro de servidores insuficiente para atender toda a demanda com qualidade	Alto
		Rotatividade de servidores	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Aumento do desenvolvimento da região, impulsionado pelo agronegócio, setor de serviços, proximidade da capital e ferrovia	Alto	Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto
Carência regional por educação pública de qualidade	Alto	Comunidade externa não percebe o <i>Campus</i> como presente no seu dia-a-dia	Alto
Investimento do Governo Federal na Educação	Alto	Credibilidade prejudicada por eminência de greves	Alto
Localização Geográfica em relação ao Estado do Tocantins, Região Norte e Centro-oeste (potencial logístico)	Alto	Dificuldade de acesso ao <i>Campus</i> (falta de pavimentação e transporte coletivo inadequado)	Alto
Programa Ciências Sem Fronteiras	Médio	Instabilidade política (momento econômico, eleições, manifestações sociais)	Alto
		Localização geográfica em relação ao município (distante 12 km do centro da cidade)	Alto
		Poucas oportunidades de estágio remunerado	Alto
		Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Quadro 4.1.13 – Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *campus* Porto Nacional.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Autonomia Administrativa e financeira	Alto	Alguns laboratórios ainda estão em fase de implantação	Médio
Bolsas de incentivo de qualificação para servidores	Alto	Alto índice de evasão escolar	Alto
Equipe em constante capacitação	Alto	Banco equivalente dos docentes não supre a demanda desejada	Alto
Estrutura física (equipamentos, mobiliários e laboratórios) adequada à demanda do <i>Campus</i>	Alto	Comunicação entre os setores e a comunidade	Médio
Gestão autônoma articulado com a Reitoria e Políticas Públicas	Alto	Divulgação das ações institucionais	Médio
Gestão democrática	Alto	Poucos Projetos de Pesquisa e Extensão	Alto
Identificação do estudante com o <i>Campus</i>	Médio	Programa de desenvolvimento pessoal	Médio
Oferta de bolsas para alunos	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Programa de Assistência estudantil implantado (psicólogo, auxiliar de enfermagem, assistente social, pedagogos, etc.)	Bom	Rotatividade de servidores	Alto
Quadro docente multidisciplinar	Médio	Softwares para serviços administrativos	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação da rede Federal de ensino tecnológico	Alto	Concorrência com outras instituições de ensino público e privado	Médio
Centro tecnológico instalado na Região, demandando grande procura por profissionais qualificados;	Alto	Formação básica deficiente dos alunos ingressos	Alto
Estágio supervisionado	Alto	Inserção dos profissionais formados no <i>campus</i> no mercado de trabalho	Alto

Localização geográfica estratégica para o desenvolvimento da região	Alto	Instabilidade das políticas públicas devido ao momento econômico	Médio
Parcerias com o setor público e privado	Alto	Políticas públicas não interligadas entre as três esferas de governo.	Médio
Possibilidade de ofertar novos cursos	Alto	Quantidade de Cursos Ofertados insuficientes para atender a demanda do Mercado	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2014

Os quadros acima representam uma análise preliminar do ambiente de negócios e dos principais riscos do mercado de atuação do IFTO, estudos mais aprofundados sobre o assunto serão realizados durante o exercício de 2015, quando da realização das atividades de gerenciamento de risco, que deverá traçar um panorama muito mais completo sobre ambos os tópicos.

Sobre as atividades deste gerenciamento, foi constituída, através da portaria 1038/2014/Reitoria/IFTO, de 15 de Dezembro de 2014, comissão responsável pelo desenvolvimento de metodologia e coordenação de ações na nova prática de gerenciamento de riscos do IFTO.

RESUMOS GERENCIAIS – RELACIONAMENTO DO IFTO COM A COMUNIDADE ACADÊMICA.

Evolução orçamentária anual - Pessoal: o IFTO, em seu orçamento do exercício de 2014, teve disponibilizado para despesas com pessoal (pagamento de ativos e inativos) o valor total de R\$ 76.862.315,00 (Setenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e trezentos e quinze reais), valor 35,2% maior que os valores previstos para o ano de 2013.

Este valor custeia, principalmente, a manutenção (dados do PDI IFTO 2015-2019) de 525 docentes, lotados nos *campi* de Araguaína (47), Araguatins (73), Colinas do Tocantins (6), Dianópolis (30), Gurupi (40), Palmas (214), Paraíso do Tocantins (67) e Porto Nacional (48) e de 572 técnicos administrativos, distribuídos nas unidades de Araguaína (46), Araguatins (121), Formoso do Araguaia (3), Lagoa da Confusão (3), Pedro Afonso (3), Colinas do Tocantins (34), Dianópolis (42), Gurupi (44), Palmas (112), Paraíso do Tocantins (46), Porto Nacional (45) e Reitoria (73).

Evolução orçamentária anual - Custeio: o IFTO, em seu orçamento do exercício de 2014, teve disponibilizado para despesas com custeio, desenvolvimento e apoio de suas atividades o valor de R\$ 28.568.928,00 (Vinte e oito milhões, quinhentos e sessenta e oito reais e novecentos e vinte e oito reais), valor 37,1% maior que os valores previstos para o ano de 2013.

Evolução orçamentária anual – Assistência Estudantil: o IFTO, em seu orçamento do exercício de 2014, teve disponibilizado para despesas com assistência estudantil o valor total de R\$ 6.810.347,00 (seis milhões, oitocentos e dez mil e trezentos e quarenta e sete reais), valor 48,4% maior que os valores previstos para o ano de 2013.

Este valor foi distribuído em benefícios de assistência como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia, auxílio-material didático, auxílio-uniforme, bolsa de formação profissional, auxílio emergencial, auxílio aos pais estudantes, bolsa-atleta, além dos programas de acompanhamento pedagógico, social e psicológico, programa de assistências à saúde, de assistência a viagens, de mobilidade acadêmica, de incentivo ao esporte e lazer, de incentivo à arte e cultura, de incentivo a formação cidadã, de educação para a diversidade, de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidade e superdotação e programas de inclusão digital.

Ainda são realizadas ações integradas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, merecendo destaque os programas de bolsa de extensão, de bolsa de pesquisa, de bolsa de iniciação à docência (Pibid), e de Ciência sem fronteiras.

Infraestrutura: O IFTO possuía, em 2014, conforme o seu plano de desenvolvimento institucional, para o período de 2015-2019, cerca de 90.752 (Noventa mil, setecentos e cinquenta e dois) metros quadrados de instalações para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas, distribuídos entre as unidades de Araguaína (2.241 m²), Araguatins (19.307 m²), Colinas do Tocantins (727 m²), Dianópolis (1.665 m²), Gurupi (4.030 m²), Paraíso do Tocantins (6.829 m²), Palmas (50.233 m²) e Porto Nacional (5.720 m²).

PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS NO IFTO E NO SEU CENÁRIO DE ATUAÇÃO.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado pela Lei 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, sendo esta a data de sua criação. Na sua origem o IFTO era composto pelas unidades de Araguatins e Palmas, naquela época Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e Escola Técnica Federal de Palmas, hoje, após seis anos de sua criação, contamos com, além das unidades originais, os *campi* de Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e ainda, os *campi* avançados de Formoso do Araguaia, de Lagoa da Confusão e de Pedro Afonso.

Em seis anos presenciamos um crescimento vigoroso de nossa instituição, com a construção de novos *campi*, o aumento da oferta de vagas e de modalidades de ensino, a ampliação de nossas políticas de atendimento aos discentes, a estruturação do nosso quadro de docentes e técnicos administrativos.

Nossas metas para os próximos exercícios estão registradas em nossos objetivos estratégicos, visando a continuidade do nosso crescimento com a oferta de um serviço educacional de ótima qualidade, apoiando o desenvolvimento da sociedade.

O compromisso do governo federal com o ensino técnico está presente no seu Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, através de suas metas 0582 (Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência) e 0588 (Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabelecido pela lei 13.005, de 25 de Junho de 2014, é o planejamento, de nível federal e estratégico, para todas as organizações públicas que desenvolvem atividades de educação, composto de 20 metas estratégicas, tem em seis, direcionadores de grande impacto nas atividades realizadas pelos institutos federais, e por consequência, nas do IFTO. São elas:

- Meta 04 – Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.
- Meta 08 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Meta 10 – Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- Meta 11 – Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
- Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

- Meta 13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

No fim de 2014, o IFTO já tinha ativos em seu quadro de pessoal 80,6% do máximo de docentes (660) e 93,9% do máximo de técnicos administrativos (609) previstos para o período de 2015-2019, sendo assim, a manutenção dos níveis de crescimento da instituição passará obrigatoriamente pela melhoria contínua de seus processos internos, a fim de melhorar os índices de eficiência, eficácia e efetividade.

5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. Planejamento da Unidade

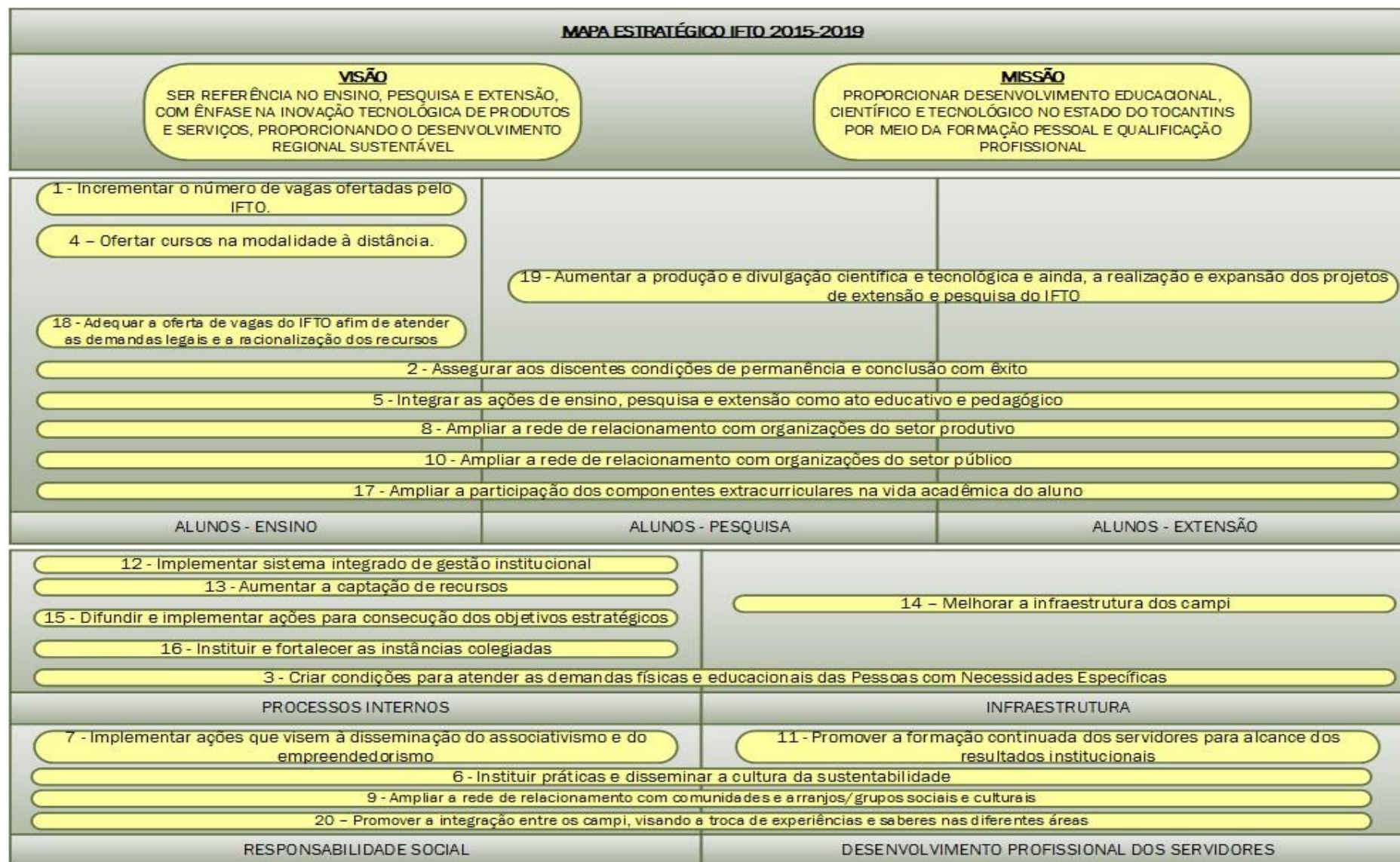
O planejamento estratégico do IFTO foi reformulado, dentro das atividades de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), durante o ano de 2014. Como fruto deste trabalho o instituto elaborou seu diagnóstico, mapa e objetivos estratégicos para o período de 2015 a 2019.

MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico da instituição reúne suas perspectivas estratégicas, direcionadores que fornecem aos servidores uma linguagem comum para a discussão da trajetória e das prioridades do instituto; reúne ainda os indicadores estratégicos, que, além de serem uma medida de desempenho das atividades dos macroprocessos realizadas, são também uma representação da relação de causa e efeito entre as atividades realizadas pelas unidades com o resultado final entregue a sociedade.

O mapa estratégico do IFTO apresenta os 20 objetivos do instituto a serem atingidos até 2019, direcionando os esforços de todos os colaboradores na obtenção da melhoria contínua na execução das nossas atividades e o atingimento das finalidades institucionais.

QUADRO 5.1.1 – MAPA ESTRATÉGICO DO IFTO PARA O PERÍODO 2015-2019



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os vinte objetivos estratégicos do IFTO foram divididos em sete perspectivas estratégicas, que representam as finalidades da organização e os processos de apoio que permitem a obtenção dos resultados, são elas: 1) Perspectiva Alunos (Ensino); 2) Perspectiva Alunos (Pesquisa); 3) Perspectiva Alunos (Extensão); 4) Perspectiva Processos Internos; 5) Perspectiva Infraestrutura; 6) Perspectiva Responsabilidade Social e 7) Perspectiva Desenvolvimento Profissional dos Servidores.

Cada objetivo estratégico teve sua área principal de impacto, seu fator crítico de sucesso e seus direcionadores estratégicos definidos, representando, em conjunto, quais as áreas que possuem mais influência, quando da realização de suas atividades, nos resultados dos respectivos objetivos, quais as principais dificuldades e barreiras a serem vencidas e superadas e quais os direcionadores institucionais que justificam a criação de cada objetivo.

Os indicadores de cada objetivo foram formulados para o cálculo e a análise do desempenho da instituição, permitindo o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da instituição pelos servidores, alunos e todo membro da sociedade.

Abaixo, apresentamos os vinte objetivos estratégicos do IFTO.

QUADRO 5.1.2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 – INCREMENTAR O NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELO IFTO.

Descrição: Aumentar o número de vagas ofertadas através da criação de novos cursos, abertura de novas turmas ou do aumento do número de vagas por turma, buscando maior eficácia nas respostas de formação profissional e igualdade de condições de acesso à instituição.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Taxa de crescimento do número vagas. II. Quantidade de vagas ofertadas.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Aumentar a oferta do número de cursos e/ou o número de vagas por turma.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição. - Respeito à liberdade e apreço à tolerância. - Consideração com a diversidade étnico-racial. - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. - Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.	

FONTE: PDI/IFTO - 2014

QUADRO 5.1.3 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – ASSEGURAR AOS ALUNOS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO.

Descrição: Promover a melhoria da qualidade dos cursos oferecidos, o aprimoramento dos mecanismos de nivelamento do conhecimento das turmas e a melhoria dos programas de assistência estudantil, visando à igualdade de condições de acesso na instituição e ao combate à evasão.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino). II. Alunos (Pesquisa). III. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Ensino. II. Políticas de Assistência Estudantil.	<u>Indicadores:</u> I. Taxa de Evasão. II. Investimento por Aluno.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Aumentar a atratividade (qualidade dos cursos, incentivos institucionais e receptividade do	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Valorização da experiência extraescolar. - Igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição. - Acordo de Metas e Compromissos entre a União e o IFTO.	

mercado) dos cursos ofertados pelo IFTO.	
--	--

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.4 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – CRIAR CONDIÇÕES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS FÍSICAS E EDUCACIONAIS DA COMUNIDADE INTERNA COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.

Descrição: Adaptar a infraestrutura física e organizacional dos <i>campi</i> a fim de melhor atender às demandas físicas e educacionais das pessoas com necessidades específicas, visando à igualdade de condições de acesso e permanência na instituição, reforçando nosso compromisso com a justiça social.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos. II. Infraestrutura.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Ensino. II. Políticas de Assistência Estudantil. III. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Taxa de evasão dos PNEs. II. Relação professor de Libras por curso de licenciatura.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Criação/melhoria de políticas para adaptação das estruturas (físicas e educacionais) do IFTO aos PNEs.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição. - Respeito à liberdade e apreço à tolerância. - Consideração com a diversidade étnico-racial. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. - Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.5 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 – OFERTAR CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.

Descrição: Ofertar cursos na modalidade EaD, visando à democratização do acesso ao ensino em regiões onde é inviável a implantação de <i>campi</i> , buscando maior eficácia nas respostas de formação profissional.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Ensino.	<u>Indicadores:</u> I. Proporção de vagas ofertadas na modalidade EaD. II. Percentual de investimentos em EaD.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Garantir fontes de recursos para a oferta de cursos na modalidade EaD.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição. - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. - Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.6 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 – INTEGRAR AS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ATO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

5 –		
Descrição: Intensificar a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da região.		

<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino). II. Alunos (Pesquisa). III. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> 5 Políticas de Ensino. 6 Políticas de Pesquisa. 7 Políticas de Extensão. 8 Políticas de Assistência Estudantil.	<u>Indicadores:</u> I. Proporção de discentes e servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica. II. Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Flexibilização/alteração dos normativos institucionais visando à possibilidade de melhor integração/aproveitamento das atividades desenvolvidas em ações de ensino, pesquisa e extensão com o ato educativo/pedagógico.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. - Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.7 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 – INSTITUIR PRÁTICAS E DISSEMINAR A CULTURA DA SUSTENTABILIDADE

Descrição: Intensificar ações administrativas e acadêmicas que disseminem a cultura da sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento de tecnologias voltadas à preservação do meio ambiente.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Responsabilidade Social. II. Desenvolvimento Profissional dos Servidores	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão	<u>Indicadores:</u> I. Número de ações para disseminação de práticas socioambientais adotadas.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Desenvolvimento de uma cultura organizacional de sustentabilidade do IFTO.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.8 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 – IMPLEMENTAR AÇÕES QUE VISEM À DISSEMINAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E DO EMPREENDEDORISMO.

Descrição: Intensificar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo, promovendo a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, gerando desenvolvimento científico e tecnológico.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Responsabilidade Social.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Pesquisa. II. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento. II. Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Criação de estruturas (consultores, fomento) que permitam a incubação de empreendimentos e o funcionamento de novas empresas juniores.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias	

	sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
--	--

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.9 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 – AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PRODUTIVO.

Descrição: Ampliar a rede de relacionamento com o setor produtivo, visando desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração de soluções técnicas/tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino). II. Alunos (Pesquisa). III. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Pesquisa. II. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO. II. Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> • Normatizar e incentivar a criação de relacionamentos (convênios e parcerias) com o setor produtivo.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> • Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. • Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. • Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. • Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.10 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 – AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE E ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS.

9 – Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais		
Descrição: Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais, visando orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Responsabilidade Social. II. Desenvolvimento Profissional dos Servidores	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Pesquisa. II. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) do IFTO.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> • Alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para desenvolvimento destas atividades.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> • Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. • Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. • Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. • Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica. • Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.11 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 – AMPLIAR A REDE DE RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO.

Descrição: Ampliar a rede de relacionamento com o setor público visando qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino). II. Alunos (Pesquisa). III. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Ensino. II. Políticas de Pesquisa. III. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Número de parcerias firmadas. II. Número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Alocação de recursos financeiros, materiais e de recursos humanos para desenvolvimento destas atividades.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica. - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. - Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.12 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 – PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA E O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES E COLABORADORES PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS INSTITUCIONAIS.

Descrição: Promover a formação continuada e a valorização dos servidores, visando garantir e melhorar o padrão de qualidade dos serviços prestados.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Desenvolvimento Profissional dos Servidores.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Índice de qualificação do corpo docente (IQCD). II. Índice de qualificação do corpo técnico administrativo.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Política orçamentária e de recursos humanos que auxilie na qualificação do servidor.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Valorização do profissional da educação escolar. - Garantia de padrão de qualidade.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.13 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 – IMPLEMENTAR SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Descrição: Implementar sistema integrado de gestão institucional, visando melhor controle e transparência das informações de dados educacionais e rapidez na prestação dos serviços.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Quantidade de informações disponibilizadas para o apoio de decisão. II. Quantidade de departamentos do IFTO com o sistema em funcionamento.

<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Migração / adaptação dos processos internos para operacionalização através de processos informatizados.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. - Garantia de padrão de qualidade. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
--	---

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.14 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 – AUMENTAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Descrição: Incentivar projetos e ações que visem à captação de recursos que auxiliem na consecução dos objetivos estratégicos.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão. II. Políticas de Pesquisa. III. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Taxa de crescimento da capacitação de recursos próprios. II. Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Criação de estruturas e identificação de oportunidades que possam gerar fontes de receitas.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.15 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 – MELHORAR A INFRAESTRUTURA DOS CAMPI

Descrição: Adequar a infraestrutura física dos <i>campi</i> , visando melhor qualidade dos cursos e melhor condição de trabalho para os seus servidores.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos. II. Infraestrutura.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível. II. Quantidade das demandas previstas (PDI, PAAI e Anuário Estatístico) e atendidas.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Melhora na política orçamentária e de recursos humanos do IFTO.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Garantia de padrão de qualidade. - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.16 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 – DIFUNDIR E IMPLEMENTAR AÇÕES PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Descrição: Implementar práticas de gestão orientadas para resultados com a utilização de mecanismos de avaliação de desempenho institucional.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão. II. Políticas de Avaliação.	<u>Indicadores:</u> I. Proporção de metas do PDI alcançadas.

<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Criação de uma cultura organizacional de planejamento / controle, e institucionalização dos planejamentos estratégicos e táticos.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Gestão democrática. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
--	---

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.17 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 – *INSTITUIR E FORTALECER AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.*

Descrição: Oportunizar e incentivar a participação de representantes de todos os segmentos, como compromisso com a gestão democrática, valorizando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Processos Internos.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão.	<u>Indicadores:</u> I. Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento. II. Percentual de segmentos representados por instâncias colegiadas.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Sensibilização dos segmentos quanto à importância das instâncias colegiadas.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Pluralismo de ideias e de concepção pedagógicas. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. - Gestão democrática.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.18 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 – *AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES EXTRACURRICULARES NA VIDA ACADÊMICA DOS ALUNOS.*

Descrição: Ampliar a participação dos componentes extracurriculares, visando desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, vinculando a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino). II. Alunos (Pesquisa). III. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Ensino. II. Políticas de Pesquisa. III. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Quantidade de alunos envolvidos em atividades extracurriculares. II. Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> Definição de uma política de apoio, fomento e aproveitamento acadêmicos das atividades extracurriculares desenvolvidas pelo IFTO.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática. - Gestão democrática.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.19 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 – *ADEQUAR A OFERTA DE VAGAS DO IFTO A FIM DE ATENDER ÀS DEMANDAS LEGAIS E À RACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS.*

Descrição: Dimensionar e adequar a oferta de vagas em relação à força de trabalho, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho institucional e a racionalização de recursos.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Ensino).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Gestão. II. Políticas de Ensino.	<u>Indicadores:</u> I. Relação de alunos matriculados por professor.

<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> • Criação de um planejamento de longo prazo que vise à adequação da oferta de vagas dentro dos requisitos legais propostos e diante do quadro de pessoal permanente da instituição.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> • Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. • Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. • Acordo de Metas e Compromissos. • Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. • Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. • Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. • Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
---	--

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.20 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 – AUMENTAR A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E, AINDA, A REALIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO DO IFTO.

Descrição: Incentivar a produção científica e tecnológica e a expansão de projetos de extensão e pesquisa a fim de desenvolver a educação profissional e tecnológica.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Alunos (Pesquisa). II. Alunos (Extensão).	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Pesquisa. II. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Produção por servidor do IFTO (pesquisa e extensão) II. Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> • Desenvolvimento de uma cultura de pesquisa e extensão no IFTO	<u>Direcionadores Estratégicos</u> • Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. • Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

QUADRO 5.1.21 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 – PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DO IFTO, VISANDO À TROCA DE EXPERIÊNCIAS E SABERES NAS DIFERENTES ÁREAS.

Descrição: Incentivar ações <i>multicampi</i> que venham a contribuir com o desenvolvimento institucional.		
<u>Perspectiva Estratégica:</u> I. Responsabilidade Social. II. Desenvolvimento Profissional dos Servidores.	<u>Áreas de Impacto:</u> I. Políticas de Pesquisa. II. Políticas de Extensão.	<u>Indicadores:</u> I. Percentual de atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram desenvolvidas com a participação de mais de uma unidade. II. Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade.
<u>Fator Crítico de Sucesso:</u> • Criação de normatização que possibilite e incentive o desenvolvimento de atividades multiunidades.	<u>Direcionadores Estratégicos</u> • Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. • Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.	

FONTE: PDI/IFTO – 2014

É importante destacar que este trabalho é fruto de um esforço coletivo, que envolveu todas as unidades do IFTO durante todo o ano de 2014, contando com a participação dos servidores, dos alunos, das comunidades locais, dos representantes sociais, do poder público, dentro de um processo de construção comunitária, sempre respaldados pela visão e missão deste instituto.

Durante o ano de 2014, o IFTO não possuía uma estrutura formal de tratamento dos riscos envolvidos na realização de suas atividades finalísticas e de apoio, contudo o mesmo já era realizado de forma intrínseca em suas atividades, assim é necessário que tenhamos uma gestão de risco formalizada e atuante, sendo que através da portaria 1038/2014/Reitoria/IFTO, de 15 de Dezembro de 2014, foi constituída comissão específica para apresentação de um planejamento da criação da política de gerenciamento de riscos do IFTO, responsável por desenvolver e implantar a metodologia necessária para a formalização e institucionalização destas atividades.

A implementação deste planejamento apresentado, durante o ano de 2014, compreendeu a confecção de todos os objetivos e indicadores estratégicos e o desenvolvimento das metodologias de cálculo para acompanhamento de desempenho da instituição, resumidas no quadro abaixo:

QUADRO 5.1.22 – FÓRMULAS DE CÁLCULO DOS INDICADORES DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO IFTO.

Nº	Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo
1	Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO	Taxa de crescimento do número vagas	$\left(\left(\frac{Vagas\ atuais}{Vagas\ ano - base} \right) - 1 \right) * 100$
		Quantidade de vagas ofertadas	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano
2	Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito	Taxa de Evasão no Período	$\frac{Mat.\ finalizadas\ sem\ êxito}{Total\ de\ mat.\ ativas} * 100$
		Investimento por Aluno	$\frac{Total\ Investido}{Total\ de\ alunos}$
3	Criar condições para atender às demandas físicas e educacionais da comunidade interna com necessidades específicas	Taxa de evasão dos PNEs	$\frac{Mat.\ PNE\ final.\ sem\ êxito}{Total\ de\ mat.\ PNE\ ativas} * 100$
		Índice de acessibilidade do IFTO	Média dos índices de acessibilidade dos campi
4	Ofertar cursos na modalidade a distância	Proporção de vagas ofertadas na modalidade EaD	$\left(\frac{Total\ de\ vagas\ EaD}{Total\ de\ Vagas} \right) * 100$
		Percentual de investimentos em EaD	$\frac{Investimento\ em\ EaD}{Total\ de\ Investimento} * 100$
5	Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico	Proporção de discentes e servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	$\left(\frac{Total\ envolvidos}{Total} \right) * 100$
		Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	Quantidade de atividades

6	Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade	Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações
7	Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo	Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	Número de empreendimentos
		Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	Número de ações
8	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo	Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	Número de processos e produtos
		Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas
9	Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais	Número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	Número de beneficiados
10	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público	Número de parcerias firmadas	Número de parcerias
		Número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede	Número de beneficiados
11	Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais	Índice de qualificação do Corpo Docente (IQCD)	$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$
		Índice de qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	$\frac{5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF}{D + M + E + G + EM + EF}$
12	Implementar sistema integrado de gestão institucional	Quantidade de informações disponibilizadas para o apoio de decisão	Número de informações
		Quantidade de departamentos do IFTO com o sistema em funcionamento	Número de departamentos
13	Aumentar a captação de recursos	Taxa de crescimento da capacitação de recursos próprios	$\left(\left(\frac{\text{Captação atual}}{\text{Captação ano - base}} \right) - 1 \right) * 100$
		Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios	Número de fontes formalizadas
14	Melhorar a infraestrutura dos campi	Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	Pesquisa de clima organizacional
		Quantidade das demandas previstas (PDI, PAAI e Anuário Estatístico) e atendidas	Número de demandas atendidas
15	Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos	Proporção de metas do PDI alcançadas	$\left(\frac{\text{Metas alcançados}}{\text{Total de metas}} \right) * 100$

	estratégicos		
16	Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas	Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	Número de instâncias colegiadas em funcionamento
		Percentual de segmentos representados por instâncias colegiadas	$\left(\frac{\text{Segmentos representados}}{\text{Total de segmentos}}\right) * 100$
17	Ampliar a participação dos componentes extracurriculares na vida acadêmica dos alunos	Quantidade de alunos envolvidos em atividades extracurriculares	Número de alunos envolvidos
		Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	Número de ações
18	Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos	Relação de alunos matriculados por professor	$\frac{N^{\circ} \text{ de alunos matriculados}}{N^{\circ} \text{ de professores}}$
19	Aumentar a produção e divulgação científica e tecnológica e, ainda, a realização e expansão dos projetos de extensão e pesquisa do IFTO	Produção por servidor do IFTO (pesquisa e extensão)	$\frac{\text{Produção Científica}}{N^{\circ} \text{ de servidores}}$
		Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	Número de projetos
20	Promover a integração entre os <i>campi</i> , visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas	Percentual de atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram desenvolvidas com a participação de mais de uma unidade	$\left(\frac{\text{Projetos colaborativos}}{\text{Total de projetos}}\right) * 100$
		Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	Número de eventos

FONTE: PDI/IFTO - 2014

Até o fim do exercício de 2014, não foi possível quantificar as metas a serem atingidas em cada um dos exercícios futuros, contudo, o IFTO desenvolveu suas atividades durante o período visando maximizar cada um dos seus indicadores.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFTO

Resumidamente, como avanços do planejamento estratégico no ano de 2014 podemos listar que a instituição desenvolveu, com a participação da sociedade, seu mapa estratégico para um período que tem como limite o ano de 2019, que ainda, definiu 20 indicadores estratégicos que irão direcionar a organização em busca de seus objetivos e na procura da melhoria contínua na prestação de serviços a sociedade, e ainda, que em 2014 já realizamos nossas atividades direcionados por um PAAI 2014 (Plano de Ações Anual Institucional) desenvolvido ainda sem os direcionadores do novo planejamento estratégico e que já produzimos o nosso PAAI 2015 dentro do novo planejamento estratégico, com ações planejadas pelas unidades respeitando os direcionadores e objetivos traçados, internalizando todos os conceitos do trabalho realizado nos níveis táticos e operacionais da organização.

As perspectivas para o ano de 2015 são a total aplicação do planejamento estratégico produzido em 2014, com a confecção do PAAI 2016 ainda mais vinculado aos objetivos e indicadores estratégicos, a definição das metas quantitativas dos indicadores para o período 2015-2019 e a implantação da política de gerenciamento de riscos no IFTO.

VINCULAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFTO COM O PLANO PLURIANUAL (PPA) 2012-2015

Cada objetivo estratégico planejado para o IFTO foi desenvolvido levando em conta sua estrita vinculação com as competências constitucionais dos institutos federais, sendo assim, cada um dos nossos 20 (vinte) objetivos estratégico possui seus direcionadores estratégicos, que dão base e fundamento a cada um destes e que se apoiam na visão e missão do IFTO, nos princípios norteadores desta organização, registrados em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, nos princípios e fins da educação nacional, definidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nas Finalidades e Características dos Institutos Federais, registrados na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Conforme a lei nº 12.593, de 18 de Janeiro de 2012 (Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015), em seu artigo 3º, o PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Os objetivos estratégicos do IFTO devem apresentar uma vinculação com os objetivos e iniciativas do Plano Plurianual Federal, fazendo com que, os desenvolvimentos das atividades do instituto possuam o mesmo direcionamento estratégico daquele planejado para as iniciativas do governo federal.

QUADRO 5.1.23 - DEMONSTRATIVO DE VINCULAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFTO COM O PLANO PLURIANUAL (PPA) 2012-2015

Objetivo do PPA 2012-2015	Iniciativa do PPA 2012-2015	Objetivos Estratégicos IFTO
0582 – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.	01 – Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO.
		02 – Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito.
		09 – Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais.
		18 – Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos.
	02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.	01 – Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO.
		02 – Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito.
		03 – Criar condições para atender às demandas físicas e educacionais da comunidade Interna com necessidades específicas.
		11 – Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais.

		14 – Melhorar a infraestrutura dos campi.
		16 – Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas.
		20 – Promover a integração entre as unidades do IFTO, visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas.
	029Z – Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.	04 – Ofertar cursos na modalidade a distância.
		18 – Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos.
	02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.	05 – Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico.
		06 – Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade.
		08 – Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo.
		09 – Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais.
		10 – Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público.
		11 – Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais.
		12 – Implementar sistema integrado de gestão institucional.
		13 – Aumentar a captação de recursos.
		15 – Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos estratégicos.
		16 – Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas.
		17 – Ampliar a participação dos componentes extracurriculares na vida acadêmica dos alunos.

		19 – Aumentar a produção e divulgação científica e tecnológica e, ainda, a realização e expansão dos projetos de pesquisa e extensão do IFTO.
		20 – Promover a integração entre as unidades do IFTO, visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas.
0588 – Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	02B3 – Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador ao processo de reconhecimento de saberes, na rede de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.	01 – Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO.
		02 – Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito.
		07 – Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo.
		09 – Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais.
		11 – Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais.
		16 – Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas.
		17 – Ampliar a participação dos componentes extracurriculares na vida acadêmica dos alunos.
		18 – Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos.

Fonte: PDI IFTO (2015-2019) e PPA 2012-2015

5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

As informações sobre programação orçamentária e financeira e resultados alcançados foram apresentadas nos seguintes subtópicos, obedecendo à estrutura constante na Portaria-TCU 90/2014.

5.2.1. Programa Temático

O IFTO não abrange secretaria-executiva do ministério ou de secretaria com status de ministério, razão pela qual o Quadro A.5.2.1 foi retirado.

5.2.2. Objetivo

Pelo mesmo motivo exposto no item 5.2.1 não há nada a informar neste tópico, razão pela qual o Quadro A 5.2.2 foi excluído.

5.2.3. Ação – OFSS

O IFTO não teve a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, razão pelo qual o Quadro A.5.2.3.1 foi retirado, mas apenas recursos a um ou mais subtítulos dessa, motivo pela qual só preencheu os quadros do item A.5.2.3.2 – Ações/Subtítulos.

INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins aferiu no Exercício de 2014, uma Dotação Inicial de R\$ 147.382.801,00 (milhões), sendo contemplado posteriormente com créditos adicionais no valor de R\$ 27.057.209,00 (milhões), resultando uma dotação total de R\$ 174.440.010,00 (milhões), a qual dispunha de 03(três) Programas, que estão discriminados abaixo:

➤ 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS DA UNIÃO

- AÇÃO: 0089-0181- Programa de Aposentadoria e Pensões- Servidores Civis.

Este Programa é composto por uma ação a 0181, correspondente ao valor de 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), com percentual de 0,53% do total do Orçamento originário,

➤ 2031- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- AÇÃO: 2031-20RG- Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
- AÇÃO: 231-20RL- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
- AÇÃO: 2031-2994 – Assistência Educando da Educação Profissional e Tecnológica

Programa de maior importância para o IFTO que teve um aporte considerável de dotação orçamentária, tendo 03(três) ações desenvolvidas. Salientamos que o montante contemplado para este Programa foi de R\$ 69.256.294,00 (sessenta e nove milhões duzentos e cinquenta e seis mil e duzentos e noventa e quatro reais), o que corresponde a 46,99% do orçamento originário do Instituto.

➤ 2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- AÇÃO: 2109-00M1-Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.
- AÇÃO: 2109-09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.
- AÇÃO: 2109-2004- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.
- AÇÃO: 2109-2010- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009-2011- Auxílio- Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009-2012 – Auxílio- Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009- 20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União.

- AÇÃO: 2109-4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Programa executado pelo IFTO, composto de 08(oito) ações, totalizando um orçamento de R\$ 77.346.507,00 (setenta e sete milhões trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e sete reais), correspondendo a 52,48% da Dotação orçamentária.

Esses programas garantem a oferta da Educação Profissional e Tecnológica a todos os interessados, o pagamento de benefícios previdenciários aos inativos e pensionistas, o pagamento de benefícios aos servidores ativos e a execução de metas traçadas pela Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC, todos no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Quadro 5: A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	780.000,00	830.000,00	718.486,10	718.846,10	718.846,10	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis, tem a premissa de garantir aos beneficiários o pagamento de sua aposentadoria e pensões legalmente determinado aos servidores inativos da união e seus pensionistas e dependentes, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio. As aposentadorias são concedidas por força de disposição legal (Compulsória) e a pedido do interessado (voluntária), de acordo com disposições legais. A pensão decorrente de morte de servidor em atividade de acordo com os artigos 215 e 216 da Lei 8.112/90 ou em caso de separação. Esta ação foi suplementada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), porém a dotação orçamentária inicial foi suficiente para execução da despesa paga. Os valores são referente à folha de pagamento de 9 (nove) servidores aposentados, sendo 7 servidores aposentados no Campus Araguatins, 1 (um) no Campus Araguaína e 1 (um) no Campus Palmas e de 7 (sete) beneficiários de pensão decorrente de falecimento de servidor, sendo dois instituidores de pensão do Campus Araguatins - um instituidor com 3 (três) beneficiários e o outro com uma beneficiária e ainda um instituidor de pensão no Campus Palmas com 3 beneficiários. Não ocorreu inscrição de valores em restos a pagar tendo em vista se tratar de despesas com pessoal e que toda despesa empenhada foi liquidada e paga

Identificação da Ação			
Código	20TP		Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109 Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins		
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Lei Orçamentária Anual – 2014			
Execução Orçamentária e Financeira			
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2014

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	57.805.637,00	81.138.306,00	81.057.796,68	81.057.796,68	81.057.796,68	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União - Contempla o maior volume de recursos orçamentários e financeiros do IFTO, tendo em vista esta ação ser a responsável pelos pagamentos de contratação por tempo determinado, outros benefícios assistenciais, vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, outras despesas variáveis – pessoal civil, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, contribuições patronais e outros. Não houve problemas na sua execução, porém a sua dotação inicial foi suplementada em mais de 40,36%, isto em decorrência da reposição da força de trabalho, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Foi dado provimento para cargos de professor do ensino básico técnico e tecnológico e para cargos da carreira de técnico administrativo em educação, conforme editais de homologação vigentes. Da sua dotação final foram executados 99,90%, o mesmo sendo liquidado e pago no exercício.

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Serviços Públicos Federais.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	11.708.091,00	14.203.689,00	14.203.689,00	14.203.689,00	14.203.689,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0017	16.936,52	0,00	0,00	-		-	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - O orçamento foi cumprido na íntegra e executado em conformidade com a legislação pertinente em vigor. Houve suplementação de 21,31% da sua dotação inicial em virtude das novas contratações de pessoal, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Os valores decorrem de contribuição previdenciária oficial dos servidores ativos, pensionista (quando os valores recebidos for igual ou superior ao teto do INSS), no percentual de 11% e de Previdência do INSS dos professores em contrato temporário, nos percentuais de 8, 9 e 11%, conforme tabela abaixo + 22% do empregador (IFTO):

Tipo de Salário de Contribuição	Alíquota (%)
até 1.399,12	8,00
de 1.399,13 até 2.331,88	9,00
de 2.331,89 até 4.663,75	11,00

O saldo de Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores registrado no valor de R\$ 16.936,52, não foram utilizados e será objeto de cancelamento em 2015.

Identificação da Ação							
Código	2004			Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.						
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	1.714.152,00	1.659.224,00	1.657.429,68	1.657.429,68	1.657.429,68	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – Esta ação compreende o custeio da assistência à saúde suplementar do servidor, através do ressarcimento per capita e da oferta dos exames periódicos. Valores repassados aos servidores detentores de Plano de Saúde na rubrica de PER CAPITA – SAÚDE SUPLEMENTAR, conforme PORTARIA 625/2012/MPOG DOU 24/12/2012 SEÇÃO 1, conforme teto da remuneração e faixa etária. Sua dotação orçamentária inicial foi suficiente para execução da despesa e todo valor empenhado foi liquidado e pago.

Identificação da Ação							
Código	00M1			Tipo: Atividade			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	30.435,00	30.435,00	23.370,86	23.370,86	23.370,86	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Valores decorrentes de pagamento com despesas de funeral de servidor ativo e aposentado e de auxílio natalidade que é um benefício devido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto, em quantia equivalente ao menor vencimento do Serviço Público Federal vigente na data do nascimento. Esse auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora pública, ou sendo, não tiver recebido no seu órgão. Sua dotação inicial foi suficiente para a execução das despesas.

Identificação da Ação							
Código	2010			Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.						
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	192.000,00	217.000,00	193.408,52	193.408,52	193.408,52	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
- Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar, tendo sua base legal no Inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 e demais legislações específicas.

Identificação da Ação		
Código	2011	Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.	

Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							Código: 2109	Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins								
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual – 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0017	552.000,00	642.000,00	632.665,34	632.665,34	632.665,34	0,00	0,00		

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - O auxílio-transporte é um benefício no qual os servidores e empregados públicos da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações têm direito. O pagamento deste auxílio é feito pela União, em pecúnia, possui natureza jurídica indenizatória e é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores nos deslocamentos de suas residências para os locais do trabalho e vice-versa. Esta ação teve sua dotação orçamentária inicial suplementada em decorrência de ingresso de servidores, como também de reajuste dos valores de passes e passagens. Todo valor empenhado foi liquidado e pago.

Identificação da Ação							
Código	2012			Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.						
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	4.080.000,00	4.660.000,00	4.595.889,81	4.595.889,81	4.595.889,81	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Este auxílio é pago em pecúnia, ao servidor público ativo por dia trabalhado, para o custeio de suas despesas com alimentação, desde que não haja deslocamento da sede. A sua dotação inicial foi suplementada em decorrência de ingresso de servidores e todas as suas despesas empenhadas foram liquidadas e pagas.

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Descrição	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	18.135.000,0 0	18.135.000,0 0	8.846.334,0 0	1.815.710,6 7	1.207.944,7 3	607.765,94	7.030.623,33
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Projeto Viabilizado			Unidade	10	10	10
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0017	14.164.464,07	5.977.139,70	0,00	Projeto Viabilizado		Unidade	02

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica -

Houve uma alteração no indicador desta ação, que passou de “vaga disponibilizada” para “projeto viabilizado”, e isso simplificou a medição dos resultados. A simplificação do indicador também tornou mais factível à meta, que neste caso foi cumprida em 100%, mesmo não executando todo o montante previsto inicialmente. Anteriormente, em caso de reestruturação de unidades, o indicador antigo ficava prejudicado, pois, neste caso, necessariamente não geraria um aumento de vagas, mas somente uma readequação do espaço existente. Isso corrobora com a decisão da alteração do indicador. Para aferir os dados, foram contabilizados todos os projetos que foram viabilizados com o recurso da ação, o que pode ser feito de forma muito simples. Um fator que contribuiu para o cumprimento da meta, foi a liberação dos recursos previstos na ação, e um fator que dificultou a superação da meta foi a existência de empresas

licitadas que não cumpriram com a execução do contrato, é o caso da construção do bloco de salas de aulas de Dianópolis, que fica na expectativa de desenrolar no próximo exercício, 2015. O valor registrado em restos a pagar não processados se deve ao fato de que algumas despesas com investimentos realizadas nesta ação por se tratar de obras e instalações são em sua maioria licitada no segundo semestre, especificamente no final do ano, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta, se comparado com o que foi executado. Porém a execução desse montante não afetou o cumprimento da meta, pois já havia uma reserva planejada para este fim.

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Descrição	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.						
Iniciativa	02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	44.310.948,00	44.849.818,00	42.062.224,92	25.960.795,26	25.091.770,65	869.024,61	16.101.429,66
,Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Estudante Matriculado			Unidade	11.273	11.273	13.236
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

	01/01/2014	Liquidado	Cancelado		medida	
0017	16.331.966,75	13.214.140,00	-304.044,86	Estudante Matriculado	Unidade	13.236

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Teve em sua meta prevista 11.273 alunos matriculados e que foi superada em 17,41%, totalizando ao final do exercício 13.236 alunos matriculados, conforme dados do SISTEC, extraídos entre 26 e 28 de novembro de 2014. Trabalhando-se com a média extraída em três momentos no decorrer do ano (janeiro, junho e novembro), notamos o acréscimo médio de 16,48%. Esse acréscimo foi ocasionado principalmente pela oferta de novos cursos como Engenharia Agrônoma no Campus Dianópolis, Tecnólogo em Gestão do Turismo no Campus Palmas, Técnico Integrado em Agropecuária e Administração, respectivamente nos Campi de Dianópolis e Porto Nacional, entre outros cursos. Sua dotação inicial foi suplementada em R\$ 538.870,00, porém as despesas empenhadas foram de aproximadamente 95% da dotação inicial, ficando prejudicada em função da não liberação da cota limite orçamentária a utilizar, mas é importante frisar que a meta estimada não foi comprometida. Sobre a execução dos Restos a Pagar inscritos para 2014 na ação 20RL, foi liquidado o correspondente a 80,91% do montante inscrito, sendo cancelado o valor de R\$ 304.044,86, o que corresponde a 1,86% do valor em 01/01/2014.

Identificação da Ação							
Código	2994			Tipo: Atividade			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.						
Iniciativa	02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	6.810.348,00	6.810.348,00	6.759.154,4 1	5.609.345,3 8	5.571.841,3 9	37.503,99	1.149.809,03

Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Benefício Concedido			Unidade	30.000	30.000	85.438
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0017	920.483,67	830.252,09	-17.559,76	Benefício Concedido	Unidade	4.570	

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - A meta estabelecida em 30 mil benefícios foi superada. Em 2014, O IFTO concedeu 85.438 benefícios de Assistência Estudantil, incluindo os seguintes auxílios e bolsas: Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Auxílio-moradia, Auxílio-material didático, Auxílio-uniforme, Auxílio-emergencial, Auxílio aos pais estudantes, Auxílio-viagem, Bolsa-formação profissional e Bolsa-atleta. Também foram concedidos benefícios em ações ligadas a programas do Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil do IFTO, além de ações coletivas como o Kit do Estudante e Seguro de Acidentes Pessoais. Os benefícios alcançaram diversos estudantes de 9 unidades espalhadas por todas as regiões do Estado do Tocantins, sendo elas: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Campus Avançado Pedro Afonso. Na concessão, foi dada prioridade aos estudantes em situação de vulnerabilidade social mensurada por meio de análise socioeconômica. Os benefícios contribuíram para a permanência e êxito escolar dos estudantes, para o combate à evasão e retenção e para o combate às desigualdades sociais e regionais. A instituição alcançou quantidade recorde de benefícios concedidos graças ao aumento do orçamento de Assistência Estudantil para o ano de 2014; à dedicação das equipes de Assistência Estudantil dos campi no processo de execução; à flexibilização das formas de uso do recurso por meio; à criação de novos benefícios, como o Bolsa-atleta; e à melhoria dos mecanismos de controle da Diretoria de Assuntos Estudantis. Houve um montante inscrito em Restos a Pagar em casos de contratos de Seguro de Acidentes Pessoais, itens para Kit do Estudante, camisetas de uniforme e aquisição de gêneros alimentícios para restaurante escolar devido à execução do serviço ou entrega dos produtos ocorrerem no ano seguinte.

Identificação da Ação	
Código	4572 Tipo: Atividade
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins

Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017	1.264.190,00	1.264.190,00	1.125.231,09	1.053.267,68	1.048.853,18	4.414,50	71.963,41
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Servidor Capacitado			Unidade	400	400	322
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0017	116.792,15	57.152,84	-7.746,30	Servidor Capacitado		Unidade	18

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Executamos 89% das despesas empenhadas em relação a sua dotação (inicial/final). No entanto liquidamos 93% dos recursos empenhados, restando apenas 6,78%, que foram inscritos em restos a pagar processados e não processados. Embora não tenha sido executado o que estava previsto na meta, consideramos que esta ação foi executada com êxito atingindo 80% da meta física prevista. Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores tivemos 48,93% dos recursos liquidados, capacitando mais 18 servidores e 6,63% dos recursos cancelados. A importância desta ação é traduzida na necessidade de aperfeiçoamento de nossos servidores a fim de se alcançar uma crescente melhoria na qualidade dos serviços prestados. Os recursos alocados nesta ação tiveram como objetivo a instrumentalização e a atualização nos métodos de trabalho e o aprimoramento das atividades executadas pelos servidores, tendo como base a meta física prevista. Na área da educação as capacitações se desenvolveram de diversas formas como: Participações em cursos de mestrados, pós-graduação, seminários, e outros. Na área administrativa ocorreram participações em cursos nas áreas de compras e licitações, fiscalização de contratos, contabilidade pública, financeira, gestão de processos, cerimonial e outros. O impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos contribuirá para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pelo IFTO.

Quadro 6:A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código		20RJ		Tipo: Atividade	
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.			
Programa		Educação Básica		Código: 2030	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		26424 - Instituto Federal do Tocantins			
Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Realizado

01/01/2014				medida	
158.077,88	126.997,88	0,00	Pessoa Beneficiada	Unidade	100

FONTES: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica – A ação foi executada no Curso de Pós-graduação lato sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos ofertado através da EaD no Campus Gurupi e nos polos de Gurupi, Palmas, Palmeirópolis e Tocantinópolis. Foram beneficiados 100 estudantes matriculados. Sobre a execução, foi liquidado o total de R\$ 126.996,88, ou seja, 80,34% do montante inscrito para o ano de 2014. Foi solicitada prorrogação do prazo de realização do curso.

Identificação da Ação					
Código		2992Tipo: Atividade			
Título		Funcionamento da Educação Profissional			
Programa		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins			
Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
182.530,03	7.658,00	-62.232,30	Aluno Matriculado	Unidade	8.210

FONTES: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional – Com o valor de R\$ 182.530,03 inscritos em Restos a Pagar não processados – Exercícios Anteriores na data de 01/01/2014 foram executados a quantia de R\$ 7.658,00, durante o ano de 2014, que se somando ao valor que foi cancelado, representa 38,29% do valor total inscrito, restando ainda para o exercício financeiro de 2015 o valor de R\$ 112.639,73. O valor executado foi utilizado na aquisição de equipamentos e pagamento de outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, beneficiando cerca de 8.210 alunos dos Campi Araguaína, Palmas e Porto Nacional.

Identificação da Ação		
Código	6301	Tipo: Atividade
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código: 1062 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins	
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores		
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Meta

Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
84.264,51	40.589,79	0,00	Volume Disponibilizado	Unidade	573

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional –

Para esta ação foi liquidado R\$ 40.589,79 o que corresponde a 48,17% do valor inscrito em Restos a Pagar em 01/01/2014. Com essa execução foram adquiridos 573 livros, atendendo aos Campi de Palmas e Gurupi, sendo que o primeiro, executando o valor de R\$ 35.002,30 fez a aquisição de 482 livros e o segundo com a execução de R\$ 5.587,49 adquiriu 91 livros. É notório que a aquisição de acervo bibliográfico se configura em uma das execuções mais morosas, frente às dificuldades de entrega dos livros por parte das empresas.

Identificação da Ação					
Código		6380Tipo: Atividade			
Título		Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
Programa		Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins			
Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
129.950,00	116.750,00	-13.200,00	Instituição Apoiada	Unidade	5

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 6380 – Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica - Mulheres Mil é um programa do Governo Federal e faz parte das ações do programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema. O Projeto foi implantado em 2007 em parceria com “Colleges Canadenses” em um projeto piloto em 13 estados, entre eles o Tocantins com o projeto “Construindo a cidadania através da arte”, no Distrito de Taquarussu, em Palmas. Posteriormente o Programa foi instituído pela Portaria do MEC Nº. 1.015, de 21 de julho de 2011. Até o final de 2013, o programa foi executado por profissionais voluntários. A partir de 2014 o projeto Mulheres Mil passou a integrar o Programa Pronatec e todas as capacitações do projeto Mulheres Mil foram executadas sobre a chancela deste programa. Os gastos executados na Ação 6380 foram devido a ações empenhadas ainda em 2013, mas com liquidação somente em 2014. Os elementos de despesas são referente à compra de material permanente, bolsa a pesquisador e bolsa a estudantes. A liquidação da despesa em 2014, com materiais permanentes ocorreram devido ao prazo insuficiente para entrega dos materiais e sua correta liquidação ainda em 2013. O programa mulheres mil executados em 2013, com liquidação da despesa em 2014, foram realizados nos Campus de Araguatins, Dianópolis, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. O valor R\$ 13.200,00 foi cancelado pelo Campus de Porto Nacional e se refere a auxílio financeiro a estudante. Constatou-se que ao término da

execução do programa os valores não eram mais necessários, posto isto, foram efetuados os devidos cancelamentos de restos a pagar.

Identificação da Ação					
Código		8650Tipo: Atividade			
Título		Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica			
Programa		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins			
Ação Prioritária		() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.317,40	0,00	-1.317,40	Unidade Reestruturada	Unidade	0

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - O valor de R\$ 1.317,40, registrado em Restos a Pagar Não Processados foram cancelados em sua totalidade.

Quadro 7: A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Taxa de crescimento do número vagas	1	2	3	Anual	$\left(\left(\frac{Vagas\ atuais}{Vagas\ ano - base} \right) - 1 \right) * 100$
Quantidade de vagas ofertadas	1	2	3	Anual	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano
Taxa de Evasão no Período	1	2	3	Anual	$\frac{Mat.\ finalizadas\ sem\ êxito}{Total\ de\ mat.\ ativas} * 100$
Investimento por Aluno	1	2	3	Anual	$\frac{Total\ Investido}{Total\ de\ alunos}$
Taxa de evasão dos PNEs	1	2	3	Anual	$\frac{Mat.\ PNE\ final.\ sem\ êxito}{Total\ de\ mat.\ PNE\ ativas} * 100$
Índice de acessibilidade do IFTO	1	2	3	Anual	Média dos índices de acessibilidade dos campi
Proporção de vagas ofertadas na modalidade EaD	1	2	3	Anual	$\left(\frac{Total\ de\ vagas\ EaD}{Total\ de\ Vagas} \right) * 100$
Percentual de investimentos em EaD	1	2	3	Anual	$\frac{Investimento\ em\ EaD}{Total\ de\ Investimento} * 100$
Proporção de discentes e servidores envolvidos em	1	2	3	Anual	$\left(\frac{Total\ envolvidos}{Total} \right) * 100$

atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica					
Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	1	2	3	Anual	Quantidade de atividades
Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	1	2	3	Anual	Número de ações
Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	1	2	3	Anual	Número de empreendimentos
Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	1	2	3	Anual	Número de ações
Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	1	2	3	Anual	Número de processos e produtos
Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	1	2	3	Anual	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas
Número de pessoas beneficiadas pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	1	2	3	Anual	Número de beneficiados
Número de parcerias firmadas	1	2	3	Anual	Número de parcerias
Número de pessoas beneficiadas pelas ações da rede	1	2	3	Anual	Número de beneficiados
Índice de qualificação do Corpo Docente (IQCD)	1	2	3	Anual	$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$
Índice de qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	1	2	3	Anual	$\frac{5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF}{D + M + E + G + EM + EF}$
Quantidade de informações disponibilizadas para o apoio de decisão	1	2	3	Anual	Número de informações
Quantidade de departamentos do IFTO com o sistema em funcionamento	1	2	3	Anual	Número de departamentos

Taxa de crescimento da capacitação de recursos próprios	1	2	3	Anual	$\left(\left(\frac{\text{Captação atual}}{\text{Captação ano - base}} \right) - 1 \right) * 100$
Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios	1	2	3	Anual	Número de fontes formalizadas
Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	1	2	3	Anual	Pesquisa de clima organizacional
Quantidade das demandas previstas (PDI, PAAI e Anuário Estatístico) e atendidas	1	2	3	Anual	Número de demandas atendidas
Proporção de metas do PDI alcançadas	1	2	3	Anual	$\left(\frac{\text{Metas alcançados}}{\text{Total de metas}} \right) * 100$
Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	1	2	3	Anual	Número de instâncias colegiadas em funcionamento
Percentual de segmentos representados por instâncias colegiadas	1	2	3	Anual	$\left(\frac{\text{Segmentos representados}}{\text{Total de segmentos}} \right) * 100$
Quantidade de alunos envolvidos em atividades extracurriculares	1	2	3	Anual	Número de alunos envolvidos
Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	1	2	3	Anual	Número de ações
Relação de alunos matriculados por professor	1	2	3	Anual	$\frac{N^{\circ} \text{ de alunos matriculados}}{N^{\circ} \text{ de professores}}$
Produção por servidor do IFTO (pesquisa e extensão)	1	2	3	Anual	$\frac{\text{Produção Científica}}{N^{\circ} \text{ de servidores}}$
Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	1	2	3	Anual	Número de projetos
Percentual de atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram desenvolvidas com a participação de mais de uma unidade	1	2	3	Anual	$\left(\frac{\text{Projetos colaborativos}}{\text{Total de projetos}} \right) * 100$
Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	1	2	3	Anual	Número de eventos

¹: Os indicadores ainda não possuem índice de referência devido ao início do seu acompanhamento acontecer somente a partir do ano de 2015.

²: Os indicadores ainda não possuem índice de referência devido ao início do seu acompanhamento acontecer somente a partir do ano de 2015.

³: Os indicadores ainda não possuem índice de referência devido ao início do seu acompanhamento acontecer somente a partir

do ano de 2015.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. Programação orçamentária e execução das despesas

Quadro 8: A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: IFTO - Reitoria			Código UO: 26424		UGO: 158131	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			70.293.728,00		43.365.527,00	
CRÉDITOS	Suplementares		25.878.267,00		1.373.005,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				-194.928,00	
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			96.171.995,00		44.543.604,00	
Dotação final 2013(B)			71.893.664,00		35.072.023,00	
Variação (A/B-1)*100			33,7697		27,0060	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			33.723.546,00			
CRÉDITOS	Suplementares		865,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			33.724.411,00			
Dotação final 2013(B)			25.340.183,00			
Variação (A/B-1)*100			33,0866			

FONTE: SIAFI GERENCIAL

A proposta orçamentária é realizada em nível do IFTO, entretanto as origens de créditos orçamentários do grupo de despesas correntes 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - despesas de Capital são tratadas individualmente com cada um dos Campi que compõe o IFTO, assim como a Reitoria, de forma a respeitar sua autonomia, na qual se consolida em uma única programação de créditos orçamentários.

A dotação proposta pelo IFTO tanto em 2013 quanto em 2014 houve compatibilidade com a proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA. Isto facilitou o planejamento estratégico da unidade. Porém, em 2014, o Ministério da Educação – MEC, durante todo o ano, contingenciou a execução do orçamento por meio de envios parciais de limites orçamentários para emissão de notas de empenhos, por exemplo: a setorial orçamentária liberou todo o valor previsto de capital (recursos de obras, equipamentos e materiais permanentes e recursos da ação de expansão e reestruturação da Rede Federal de Ensino), todavia, durante o decorrer do ano apenas cerca de 70% do orçamento aprovado estava liberado para uso, com isso, ficou bloqueado o limite de 29% do recurso de capital. Sendo assim, houve incompatibilidade entre a dotação inicial aprovada e a execução permitida através dos limites orçamentários estabelecidos para o IFTO.

Para as despesas com pessoal e encargos sociais são sempre programadas pela Reitoria do IFTO, na qual é responsável pela gestão de pessoal conforme estabelece sua lei de criação, na qual segue as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Em relação ao exercício de 2013 as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um acréscimo em 33,76% em 2014. Isto, devido ao ingresso de novos servidores aprovados e convocados por meio de concurso público, realizado e homologado no primeiro semestre de 2014, nos quais foram contratados tanto para o cargo docente, como para técnicos administrativos. Além das novas contratações, houve progressões por capacitações, titulações, tempo de serviço público e reajustes salariais para docentes e técnicos administrativos, sempre respeitando os planos de carreiras das categorias funcionais. É pertinente ainda, mencionar a contratação de professores substitutos, contratados de forma temporária para atender situações excepcionais de interesse público, sempre em obediências aos requisitos legais.

Esta unidade não efetuou nos anos de 2013 e 2014 despesas classificáveis no grupo de despesa corrente – juros e encargos da dívida.

Para o grupo de despesas enquadradas como 3 - Outras Despesas Correntes, do exercício de 2013 para o de 2014 houve um acréscimo em 27,00%. O consequente crescimento na oferta de cursos nas diversas regiões do estado, nas modalidades de ensino da educação básica na forma concomitante, subsequente, superior e na ampliação de ofertas de cursos por meio de educação à distância, alavancou o número de matrículas no exercício de 2013 e consequentemente em programações de despesas vinculadas ao Grupo de Despesas Correntes para o exercício de 2014. A proposta orçamentária para este último está vinculada ao número de matrículas de alunos, bem como as unidades consideradas em situação de implantação.

Os créditos destinados para o grupo 4 - Investimentos de 2013 para 2014 também teve um acréscimo de 33,08% - vale frisar que essa expansão dos recursos de investimento se deu apenas na aprovação e liberação do orçamento ao IFTO, entretanto, como já exposto acima, durante o ano de 2014 houve contingenciamento de 29% do valor liberado por meio dos bloqueios de limites orçamentários. Esse acréscimo nos Investimentos em relação a 2013 ocorreu principalmente na ação de expansão do IFTO destinado a implantação de duas novas unidades no IFTO: Campus Dianópolis e Campus Colinas

do Tocantins. Mesmo com o contingenciamento do recurso, essa ação possibilitou melhorar a infraestrutura de parte do IFTO, com aquisições de equipamentos, obras de ampliações em todos os Campi do IFTO, aquisição de veículos e materiais permanentes.

O IFTO recebeu em 2014 recursos na ordem de **R\$ 1.373.005,00** (um milhão, trezentos e setenta e três mil, cinco reais) do Grupo de Natureza de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes por meio de crédito adicional suplementar. O IFTO solicitou o valor de R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais) para complementação de orçamento da folha de pagamento para recursos assistenciais de servidores, e recebeu o valor por meio do Decreto 0000SN de 04 de novembro de 2014. Já o valor de R\$ 538.005,00 (quinhentos e trinta e oito mil, cinco reais), a instituição recebeu por meio do Decreto 0000SN de 17 de junho de 2014, porém esse recurso não fora utilizado pelo IFTO, pois não houve limite orçamentário liberado para o uso do orçamento. O mesmo também pode ser justificado para os créditos suplementares do grupo 4 – Investimento de R\$ 865,00 (oitocentos e sessenta e cinco reais).

O recebimento de orçamento suplementar de **R\$ 25.878.267,00** (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais), no grupo de despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais, foi solicitado em 2014 e tinha como objetivo a complementação de despesas com folha de pagamento com progressões por capacitação e mérito, reajustes salariais e, principalmente, Reconhecimento de Saberes e Competência – RSC, entre outras despesas com folha de pessoal.

Os Créditos Cancelados no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, de **R\$ 194.928,00** (cento e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais) foram canceladas por meio do Decreto 0000SN de 04 de novembro de 2014, pela Secretaria do Orçamento Federal. Esse valor fora recebido para custear despesas com assistência médica e odontológica que eram pagas com recursos de custeio.

Quadro 9: A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedor a		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158131	153015	12363203120RL0017			333,00
Concedidos	158131	153019	12363203120RL0017			199,80
Concedidos	158131	154419	12363203120RL0017			33.466,50
Concedidos	158131	158009	12363203120RL0017			199,80
Concedidos	158131	158121	12363203120RL0017			199,80
Concedidos	158131	158125	12363203120RL0017			399,60
Concedidos	158131	158144	12363203120RL0017			199,80
Concedidos	158131	158153	12363203120RL0017			1.758,24
Concedidos	158131	158155	12363203120RL0017			199,80
Recebidos	150014	158131	12122210909HB0001	468.362,82		

Recebidos	152734	158131	12363203163800001			1.447.635,68
Recebidos	153173	158131	12306203087440001			410.732,52
Recebidos	153173	158131	12363203120RW0001			5.115.062,76
Recebidos	153173	158131	12363203182520001			369.624,04
Recebidos	154419	158131	12364203220RK0017			30.514,74
Recebidos	154419	158131	12128210945720017			1.520,00
Recebidos	158153	158131	12363203120RL0052			209,79
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor a		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	158131	12363203182520001	344.470,73		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 10: A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins			Código UO: 26424		UGO: 26424
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.631.781,96	18.628.831,43	20.241.222,52	13.649.460,18	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	101.258,59	106.546,92	101.258,59	3.729,14	
c) Concorrência	4.623.472,81	1.368.720,74	4.307.846,43	444.685,22	
d) Pregão	16.907.050,56	17.153.563,77	15.832.117,50	13.201.045, 82	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	2.653.690,04	1.592.690,50	2.570.413,41	1.498.611,90	
h) Dispensa	2.061.578,13	1.180.989,34	1.992.731,00	1.099.388,16	
i) Inexigibilidade	592.111,91	411.701,16	577.682,41	399.223,74	
3. Regime de Execução Especial	143.200,73	116.178,59	143.200,73	116.178,59	
j) Suprimento de Fundos	143.200,73	116.178,59	143.200,73	116.178,59	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	105.606.036,70	79.843.060,21	105.604.070,85	79.843.060,21	
k) Pagamento em Folha	104.302.399,26	78.792.221,40	104.302.399,26	78.792.221,40	
l) Diárias	1.303.637,44	1.050.838,81	1.301.671,59	1.050.838,81	
5. Outros	7.487.145,55	5.478.204,94	7.444.238,43	5.308.315,59	
6. Total (1+2+3+4+5)	137.521.854,98	105.658.965,67	136.003.145,94	100.415.626,47	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 11: A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins		Código UO: 26424		UGO: 26424
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.631.781,96	18.628.831,43	20.241.222,52	13.649.460,18
a) Convite				
b) Tomada de Preços	101.258,59	106.546,92	101.258,59	3.729,14
c) Concorrência	4.623.472,81	1.368.720,74	4.307.846,43	444.685,22
d) Pregão	16.907.050,56	17.153.563,77	15.832.117,50	13.201.045,82
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	2.653.690,04	1.592.690,50	2.570.413,41	1.498.611,90
h) Dispensa	2.061.578,13	1.180.989,34	1.992.731,00	1.099.388,16
i) Inexigibilidade	592.111,91	411.701,16	577.682,41	399.223,74
3. Regime de Execução Especial	143.200,73	116.178,59	143.200,73	116.178,59
j) Suprimento de Fundos	143.200,73	116.178,59	143.200,73	116.178,59
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	105.603.679,06	80.556.650,76	105.601.713,21	80.556.650,76
k) Pagamento em Folha	104.300.041,62	78.785.066,57	104.300.041,62	78.785.066,57
l) Diárias	1.303.637,44	1.771.584,19	1.301.671,59	1.771.584,19
5. Outros	7.487.145,55	4.761.973,40	7.444.238,43	4.592.084,05
6. Total (1+2+3+4+5)	137.519.497,34	105.656.324,68	136.000.788,30	100.412.985,48

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 12: A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins					Código UO: 26424		UGO: 26424	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	95.979.971,78	71.428.383,73	95979971,78	71.411.447,21	0,00	16.936,52	95979971,78	71.411.447,21
11–Vencimento e vantagens fixas - PC	75.822.669,06	56.081.855,85	75.822.669,06	56.081.855,85	0,00	0,00	75.822.669,06	56.081.855,85
13-Obrigações Patronais	15.009.812,70	11.549.172,88	15.009.812,70	11.532.236,36	0,00	0,00	15.009.812,70	11.532.236,36
04-Cont. por tempo determinado	3.905.345,91	2.828.227,04	3.905.345,91	2.828.227,04	0,00	0,00	3.905.345,91	2.828.227,04
Demais elementos do grupo	1.242.144,11	969.127,96	1.242.144,11	969.127,96	0,00	0,00	1.242.144,11	969.127,96
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	41.678.855,21	32.820.136,41	35.253.920,69	26.721.237,14	6.424.934,52	6.098.899,27	34.691.946,40	25.339.771,17
37-Locação de mão-de-obra / 39-Outros serviços de terceiros-PJ	10.092.343,68	5.357.134,48	8.589.600,38	4.124.576,69	1.502.743,30	1.232.557,79	8.589.600,38	3.678.872,56
39-Outros serviços de terceiros-PJ / 37-Locação de mão-de-obra	9.495.555,26	7.633.363,87	7.259.731,68	6.063.864,99	2.235.823,58	1.569.498,88	7.071.259,99	5.680.042,86
18-Aux. Financeiro a estudantes	6.676.305,41	4.789.399,99	6.433.166,51	4.433.426,29	243.138,90	355.973,70	6.411.036,05	4.297.503,48
Demais elementos do grupo	15.414.650,86	15.040.238,07	12.971.422,12	12.099.369,17	2.443.228,74	2.940.868,90	12.620.049,98	11.683.352,27
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	24.216.853,42	25.339.299,46	6.287.962,51	7.526.281,32	17.928.890,91	17.813.018,14	5.331.227,76	3.664.408,09
51-Obras e instalações	14.357.470,66	14.074.156,76	3.867.776,45	1.126.996,76	10.489.694,21	12.947.160,00	3.572.168,16	300.607,42
52-Equipamentos e material permanente	9.762.294,77	11.255.186,70	2.323.098,07	6.390.285,46	7.439.196,70	4.864.901,24	1.661.971,61	3.354.801,57
20-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	90.347,89	9.000,00	90.347,89	8.999,10	0,00	0,90	90.347,89	8.999,10
Demais elementos do grupo	6.740,10	956,00	6.740,10	0,00	0,00	956,00	6.740,10	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 13: A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins					Código UO: 26424		UGO: 26424	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	95.979.971,78	71.428.383,73	95.979.971,78	71.411.447,21	0,00	16.936,52	95.979.971,78	71.411.447,21
11-Vencimento e vantagens fixas	75.822.669,06	56.081.855,85	75.822.669,06	56.081.855,85	0,00	0,00	75.822.669,06	56.081.855,85
13-Obrigações patronais	15.009.812,70	11.549.172,88	15.009.812,70	11.532.236,36	0,00	16.936,52	15.009.812,70	11.532.236,36
04-Contratato Por tempo determinado.	3.905.345,91	2.828.227,04	3.905.345,91	2.828.227,04	0,00	0,00	3.905.345,91	2.828.227,04
Demais elementos do grupo	1.242.144,11	969.127,96	1.242.144,11	969.127,96	0,00	0,00	1.242.144,11	969.127,96
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	41.675.764,97	32.817.495,42	35.251.563,05	26.718.236,15	6.424.201,92	14.838.741,65	34.689.588,76	16.597.287,80
37-Locação de mão-de-obra	10.092.343,68	7.633.363,87	8.589.600,38	6.063.864,99	1.502.743,30	1.569.498,88	8.589.600,38	5.680.042,86
39-Outros Serviços Terceiros.-PJ	9.495.555,26	5.357.134,48	7.259.731,68	4.124.576,69	2.235.823,58	1.232.557,79	7.071.259,99	3.678.872,56
18-Aux. Financeiro a	6.676.305,41	4.789.399,99	6.433.166,51	4.433.426,29	243.138,90	355.973,70	6.411.036,05	4.297.503,48
Demais elementos do grupo	15.411.560,62	15.037.597,08	12.969.064,48	12.096.728,18	2.442.496,14	11.680.711,28	12.617.692,34	2.940.868,90
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	24.216.853,42	25.339.299,46	6.287.962,51	7.526.281,32	17.928.890,91	17.813.018,14	5.331.227,76	3.664.408,09
51-Obras e instalações	14.357.470,66	14.074.156,76	3.867.776,45	1.126.996,76	10.489.694,21	12.947.160,00	3.572.168,16	300.607,42
52-Equipamentos e material Permanente	9.762.294,77	11.255.186,70	2.323.098,07	6.390.285,46	7.439.196,70	4.864.901,24	1.661.971,61	3.354.801,57
20-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	90.347,89	9.000,00	90.347,89	8.999,10	0,00	0,90	90.347,89	8.999,10
Demais elementos do grupo	6.740,10	956,00	6.740,10	0,00	0,00	956,00	6.740,10	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 14: A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.069.356,80	2.429.292,73	1.009.803,10	1.250.241,44
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	442.524,28	34.172,06	442.524,28	21.167,06
d) Pregão	626.832,52	2.395.120,67	567.278,82	1.229.074,38
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	240.154,31	903.129,76	240.154,31	720.621,20
h) Dispensa	214.655,50	884.638,46	214.655,50	702.849,26
i) Inexigibilidade	25.498,81	18.491,30	25.498,81	17.771,94
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	521.391,88	92.980,82	518.356,03	92.980,82
k) Pagamento em Folha	468.362,82	0,00	468.362,82	0,00
l) Diárias	53.029,06	92.980,82	49.993,21	92.980,82
5. Outros	4.118.686,33	3.723.164,02	4.076.872,65	3.530.413,60
6. Total (1+2+3+4+5)	5.949.589,32	7.148.567,33	5.845.186,09	5.594.257,06

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 15: A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	468.362,82	0,00	468.362,82	0,00	0,00	0,00	468.362,82	0,00
13-Obrigações Patronais	468.362,82	0,00	468.362,82	0,00	0,00	0,00	468.362,82	0,00
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3. Outras Despesas Correntes	7.370.732,75	7.520.010,86	5.461.079,50	6.102.457,33	1.909.653,25	1.417.553,53	5.356.676,27	5.594.257,06
39-Out. serv. de terc.-PJ/48-Out. aux. Fin.-PF	2.101.586,67	2.592.627,00	931.149,30	2.463.987,00	1.170.437,37	128.640,00	922.901,88	2.303.319,00
48-Out. aux. Fin. a PF/39-Out. serv. Terc.-PJ	1.783.015,56	1.784.769,59	1.718.182,76	1.331.586,67	64.832,80	453.182,92	1.702.182,76	1.066.734,48
18-Auxílio Financeiro a Estudantes	1.393.995,91	1.183.508,33	1.344.531,61	1.144.113,67	49.464,30	39.394,66	1.329.918,33	1.127.141,65
Demais elementos do grupo	2.092.134,61	1.959.105,94	1.467.215,83	1.162.769,99	624.918,78	796.335,95	1.401.673,30	1.097.061,93
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	344.470,73	1.276.971,08	20.147,00	1.046.110,00	324.323,73	230.861,08	20.147,00	0,00
52-Equipamentos e Material Permanente	344.470,73	1.276.971,08	20.147,00	1.046.110,00	324.323,73	230.861,08	20.147,00	0,00
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Para o exercício de 2014 o IFTO recebeu em crédito orçamentário por movimentação externa para outras despesas correntes um valor de R\$ 7.370.732,75 (sete milhões, trezentos e setenta mil, setecentos e trinta e dois reais, setenta e cinco centavos) e para investimentos R\$ 344.470,73 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais, setenta e três centavos). As movimentações externas auxiliaram o IFTO na consecução dos seus objetivos, na ampliação da oferta de cursos, na modernização da estrutura e principalmente na cooperação com o programa Pronatec e com o Ead; além da execução de despesas com os novos campi avançados de Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia; e dos campi Colinas e Dianópolis.

Estes recursos impactaram de maneira positiva o IFTO durante o exercício de 2014, principalmente os créditos destinados a 3 - outras despesas correntes.

Esta unidade sempre buscou de forma sistemática optar pela modalidade de licitação Pregão na forma eletrônica. Desde 2009 o IFTO prioriza as compras coletivas por meio do Sistema de Registro de Preços. No qual proporciona maior economia de escala, registra preços e quantidades para um período de 12 meses. Com isto, evita-se o fracionamento de despesas e diminui a contratação direta por dispensa de licitação, condenáveis pela legislação em vigor. Esta importante ferramenta beneficia todo o IFTO, pela economia processual e de esforço de recursos humanos, por fim, pela celeridade em atender demandas de aquisições já registras pelo SRP vigente.

Destaca-se, de acordo com o Quadro A.6.1.3.1, que além da evolução orçamentária, a unidade aumentou de 2013 para 2014 em 74,56% a contratação Direta por Dispensa de Licitação das despesas liquidadas. E também aumentou em 43,82% a contratação por Inexigibilidade de licitação por impossibilidade de licitar, conforme regras estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos. Esses aumentos são explicados pela elevação de despesas com prestação de serviços de energia elétrica e água tratada e esgoto, além de serviços de contratação de empresas de prestação de serviços de capacitação de servidores devido à criação e funcionamento de novas unidades do IFTO.

Assim, houve evolução positiva nas modalidades Tomada de Preços, Pregão e Concorrência em 16,11% em 2014 em relação a 2013. Conforme legislação em vigor, estas modalidades são as mais recomendáveis pelos órgãos de controle, para adoção e procedimentos licitatórios.

Também de acordo o Quadro A.6.1.3.1 destaca-se de forma negativa o acréscimo em 23,25% da utilização do suprimento de fundos concedida por meio de Cartão Corporativo do Governo Federal. Justifica-se o aumento do uso pelo acréscimo das demandas existentes, além das novas unidades do IFTO.

Destaca-se também que as inscrições em restos a pagar não processados praticamente se mantiveram constantes entre os anos de 2013 e 2014.

Quadro 16: A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2031 / 20RL	1.000,00	275,00
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	2031 / 20RL	4.000,00	700,00

FONTE: SIAFI

As despesas realizadas com publicidade relacionadas no quadro acima se referem aos gastos efetuados com suprimentos de fundos e reclassificados como tais despesas. O valor de R\$ 1.000,00 corresponde ao valor total empenhado na natureza de despesa 3390.39.96 (outros serviços de terceiros pessoa jurídica -

pagamento antecipado) e posteriormente reclassificado o valor de R\$ 275,00 conforme a efetivação da despesa realizada pela Reitoria na natureza 3390.39.92 (serviços de publicidade institucional). O valor de R\$ 4.000,00 foi o total empenhado pelo Campus Gurupi para gastos com a natureza de despesa 3390.39.96 (outros serviços de terceiros pessoa jurídica – pagamento antecipado) e posteriormente reclassificado o valor de R\$ 700,00 na natureza 3390.39.93 (serviços de publicidade e utilidade pública).

Quadro 17: A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	25.577.268,54	19.991.548,04	-329.970,25	5.255.750,25
2012	12.051.085,29	5.267.352,23	-155.533,09	6.628.199,97
2011	546.758,74	47.505,02	-62.141,50	437.112,22
2010	15.448,20	436,23	-1.408,20	13.603,77
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	6.797.727,71	6.775.687,77	-12.872,16	9.167,78
2012	1.346.840,47	1.323.482,25	-830,33	22.527,89
2011	30.085,80	26.347,89	0,00	3.737,91
2010	29.139,52	0,00	-1.808,59	27.330,93
2008	17.565,22	0,00	0,00	17.565,22
2006	2.280,11	0,00	0,00	2.280,11

FONTE: SIAFI GERENCIAL

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos reflete uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao encerramento do exercício. As execuções dos Rap's seguem ordem de prioridade dentro do IFTO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. As licitações para contratações especializadas em obras e serviços de engenharia sempre têm ocorrido no segundo semestre, no qual gera valores excessivos de RAP. Para os períodos financeiros anteriores a 2011 a execução de rap segue base legal apoiada por Decreto Federal destinada a prorrogar a execução destes. Na medida da extinção do prazo decadencial para utilização dos saldos de RAP sem prorrogação para os mesmos, estes são efetuadas as devidas baixas no SIAFI.

Mesmo diante das dificuldades de operacionalização devido à insuficiência de servidores na área de execução orçamentária e financeira no âmbito do IFTO, a instituição vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. No final do exercício de 2014 a Pró-reitoria de Administração exarou um Memorando Circular solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2014 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os Em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos,

conforme rege a legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº02/2014-IFTO/REITORIA/PROAD a todas as unidades do IFTO que tratava do calendário de encerramento de exercício e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão.

Esta unidade tem buscado a melhoria na execução orçamentária e a diminuição da inscrição de empenhos em restos a pagar, entretanto o próprio Governo Federal com a edição do Decreto Federal nº 7654 de 23 de dezembro de 2011 alterou o art. 68 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, no qual estabeleceu o prazo de execução dos restos a pagar não processados em 18 meses, para os recursos do Ministério da Educação financiados com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino desde que se tenha iniciada sua execução nos seguintes casos:

I - nos casos de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Este instituto tem procurado acompanhar a execução dos restos a pagar, mas como já mencionado, a escassez de recursos humanos por vezes posterga um monitoramento mais ostensivo desta execução, mas nada que a princípio possa afetar a legalidade no que se refere a estas execuções.

Quadro 18: A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	158131	IFTO-Reitoria			12	36.500,00	8.000,00
	158336	IFTO-Campus Palmas			04	32.000,00	8.000,00
	158337	IFTO-Campus Araguatins			04	30.000,00	8.000,00
	158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins			03	16.565,60	5.500,00
	158511	IFTO-Campus Araguaína			04	32.000,00	8.000,00
	158556	IFTO-Campus Gurupi			06	45.000,00	8.000,00
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional			05	35.545,15	8.000,00
	158628	IFTO-Campus Dianópolis			02	13.500,00	8.000,00
2013	158131	IFTO-Reitoria			04	19.000,00	5.000,00
	158336	IFTO-Campus Palmas			03	24.000,00	8.000,00
	158337	IFTO-Campus Araguatins			05	32.000,00	8.000,00
	158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins			04	22.000,00	5.500,00
	158511	IFTO-Campus Araguaína			04	11.990,00	8.000,00
	158556	IFTO-Campus Gurupi			03	24.000,00	8.000,00
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional			03	24.000,00	8.000,00
2012	158131	IFTO-Reitoria			00	0,00	0,00
	158336	IFTO-Campus Palmas			04	28.000,00	8.000,00
	158337	IFTO-Campus Araguatins			04	32.000,00	8.000,00
	158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins			03	15.000,00	5.500,00
	158511	IFTO-Campus Araguaína			03	13.000,00	8.000,00
	158556	IFTO-Campus Gurupi			03	24.000,00	8.000,00
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional			04	27.000,00	8.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 19: A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	158131	IFTO-Reitoria					25.516,31	25.516,31
	158336	IFTO-Campus Palmas					18.723,95	18.723,95
	158337	IFTO-Campus Araguatins					14.517,67	14.517,57
	158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins					14.650,97	14.650,97
	158511	IFTO-Campus Araguaína					12.330,58	12.330,58
	158556	IFTO-Campus Gurupi					26.524,63	26.524,63
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional					21.689,53	21.689,53
	158628	IFTO-Campus Dianópolis					9.247,09	9.247,09
		TOTAL					143.200,73	143.200,73
2013	158131	IFTO-Reitoria					15.782,98	15.782,98
	158336	IFTO-Campus Palmas					19.024,03	19.024,03
	158337	IFTO-Campus Araguatins					16.898,92	16.898,92
	158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins					18.900,43	18.900,43
	158511	IFTO-Campus Araguaína					6.968,26	6.968,26
	158556	IFTO-Campus Gurupi					20.934,80	20.934,80
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional					19.313,43	19.313,43
		TOTAL					117.822,85	117.822,85
Fonte: SIAFI								

Quadro 20: A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total

158131	IFTO-Reitoria	339030 - Material de Consumo	04-Gás e outros materiais engarrafados	988,00
			06-Alimentos para animais	8,00
			07-Gêneros de alimentação	1.241,43
			12-Material de coudelaria ou de uso zootécnico	744,30
			13-Material de caça e pesca	67,70
			14-Material educativo e esportivo	1.672,80
			15-Material para festividades e homenagens	632,95
			16-Material de expediente	2.622,20
			17-Material de processamento de dados	1.197,00
			18-Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	192,10
			19-Material de acondicionamento e embalagem	209,00
			20-Material de cama, mesa e banho	6,98
			21-Material de copa e cozinha	804,21
			22-Material de limpeza e prod. de higienização	457,55
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	259,75
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	2.150,43
			25-Material p/ manutenção de bens móveis	95,00
			26-Material elétrico e eletrônico	3.991,37
			28-Material de proteção e segurança	342,78
			29-Material para áudio, vídeo e foto	158,52
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	573,30
			36-Material hospitalar	104,50
			42-Ferramentas	1.179,20
			44-Material de sinalização visual e outros	300,29
			50-Bandeiras, flâmulas e insígnias	420,00
			TOTAL	20.419,36
		339039 – Outros Serviços de	16-Manutenção e conservação de bens imóveis	100,00

		Terceiros-PJ	17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	1.333,00
			19-Manutenção e conservação de veículos	610,00
			20-Manut. e cons. de b. móveis de out. naturezas	199,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	1.806,00
			78-Limpeza e conservação	700,00
			92-Serviços de publicidade institucional	275,00
			95-Manut. Cons. Equip. de processamento dados	73,95
			TOTAL	5.096,95
			TOTAL GERAL	25.516,31

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158336	IFTO-Campus Palmas	339030 - Material de Consumo	07- Gêneros de alimentação	182,12
			09-Material farmacológico	399,84
			10-Material odontológico	702,35
			11-Material químico	71,65
			15-Material para festividades e homenagens	36,52
			16-Material de expediente	1.562,38
			17-Material de processamento de dados	1.739,50
			19-Material de acondicionamento e embalagem	315,31
			21-Material de copa e cozinha	457,05
			22-Material de limpeza e prod. de higienização	17,00
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	292,36
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	5.669,82
			25-Material p/ manutenção de bens móveis	405,80
			26-Material elétrico e eletrônico	1.547,00

			28-Material de proteção e segurança	76,52
			30-Material para comunicações	613,39
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	70,00
			35-Material laboratorial	295,69
			36-Material hospitalar	427,42
			42-Ferramentas	496,71
			44-Material de sinalização visual e outros	33,00
			TOTAL	15.411,43
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	16-Manutenção e conservação de bens imóveis	1.150,00
			17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	1.342,80
			46-Serviços domésticos	819,62
			TOTAL	3.312,42
			TOTAL GERAL	18.723,85

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158337	IFTO-Campus Araguatins	339030 - Material de Consumo	09-Material farmacológico	772,09
			11-Material químico	353,89
			12-Material de coudelaria ou de uso zootécnico	140,00
			16-Material de expediente	141,85
			17-Material de processamento de dados	1.614,00

			18-Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	694,54
			19-Material de acondicionamento e embalagem	50,00
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	116,00
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	2.643,81
			25-Material p/ manutenção de bens móveis	1.134,00
			26-Material elétrico e eletrônico	1.097,36
			28-Material de proteção e segurança	357,00
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	539,50
			35-Material laboratorial	821,92
			39-Material para manutenção de veículos	200,00
			42-Ferramentas	378,50
			TOTAL	11.054,46
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	1.683,94
			18-Serviços de estacionamento de veículos	249,27
			25-Taxa de administração	590,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	940,00
			TOTAL	3.463,21
			TOTAL GERAL	14.517,67

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins	339030 - Material de Consumo	04-Gás e outros materiais engarrafados	186,00
			07-Gêneros de alimentação	811,87
			09-Material farmacológico	831,73
			11-Material químico	55,80
			15-Material para festividades e homenagens	26,55
			16-Material de expediente	862,31

			17-Material de processamento de dados	643,00
			19-Material de acondicionamento e embalagem	148,90
			21-Material de copa e cozinha	653,94
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	3.624,58
			26-Material elétrico e eletrônico	1.038,51
			28-Material de proteção e segurança	311,66
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	484,00
			35-Material laboratorial	24,66
			39-Material para manutenção de veículos	55,00
			42-Ferramentas	761,47
			TOTAL	10.519,98
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	08-Manutenção de software	320,00
			16-Manutenção e conservação de bens imóveis	300,00
			17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	1.300,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	2.211,00
			TOTAL	4.131,00
			TOTAL GERAL	14.650,97

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158511	IFTO-Campus Araguaína	339030 - Material de Consumo	07-Gêneros de alimentação	238,99
			16-Material de expediente	789,70
			17-Material de processamento de dados	343,68
			21-Material de copa e cozinha	1.136,98
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	1.145,78
			25-Material para manutenção de bens móveis	252,00
			26-Material elétrico e eletrônico	1.044,96

			29-Material para áudio, vídeo e foto	800,00
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	310,00
			35-Material laboratorial	515,58
			36-Material hospitalar	1.229,00
			42-Ferramentas	528,35
			99-Outros materiais de consumo	62,56
			TOTAL	8.397,58
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	10-Locação de imóveis	800,00
			46-Serviços domésticos	422,00
			56-Serviços de tecnologia da informação	50,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	2.661,00
			TOTAL	3.933,00
			TOTAL GERAL	12.330,58

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158556	IFTO-Campus Gurupi	339030 - Material de Consumo	01-Combustíveis e lubrificantes automotivos	600,00
			04-Gás e outros materiais engarrafados	225,00
			07-Gêneros de alimentação	845,80
			15-Material para festividades e homenagens	650,00
			16-Material de expediente	680,01
			17-Material de processamento de dados	639,60
			21-Material de copa e cozinha	346,93

			22-Material de limpeza e prod. de higienização	308,00
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	410,00
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	6.984,79
			25-Material para manutenção de bens móveis	132,00
			26-Material elétrico e eletrônico	1.964,50
			29-Material para áudio, vídeo e foto	187,00
			30-Material para comunicações	62,00
			29-Material para áudio, vídeo e foto	800,00
			42-Ferramentas	210,00
			44-Material de sinalização visual e outros	330,00
			TOTAL	14.575,63
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	17-Manut. e conservação de máq. e equipamentos	681,00
			22-Exposições, congressos e conferências	700,00
			23-Festividades e homenagens	2.030,00
			47-Serviços de comunicação em geral	2.848,00
			56-Serviços de tecnologia da informação	516,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	3.250,00
			70-Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	1.224,00
			93-Serviços de publicidade e utilidade pública	700,00
			TOTAL	11.949,00
			TOTAL GERAL	26.524,63

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158557	IFTO-Campus Porto Nacional	339030 - Material de Consumo	04-Gás e outros materiais engarrafados	480,00
			07-Gêneros de alimentação	1.957,80

			14-Material educativo e esportivo	1.001,20
			16-Material de expediente	3.863,63
			17-Material de processamento de dados	1.128,00
			19-Material de acondicionamento e embalagem	214,69
			20-Material de cama, mesa e banho	16,66
			21-Material de copa e cozinha	1.115,26
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	57,73
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	2.858,82
			26-Material elétrico e eletrônico	2.378,75
			28-Material de proteção e segurança	415,84
			29-Material para áudio, vídeo e foto	86,00
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	467,55
			36-Material hospitalar	1.452,60
			TOTAL	17.494,53
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	16-Manutenção e conserv. de bens imóveis	420,00
			17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	1.048,00
			46-Serviços domésticos	202,00
			48-Serviço de seleção e treinamento	300,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	320,00
			70-Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	700,00
			95-Manut. Cons. equip. processamento de dados	1.205,00
			TOTAL	4.195,00
			TOTAL GERAL	21.689,53

FONTE: SIAFI

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total

158628	IFTO-Campus Dianópolis	339030 - Material de Consumo	01-Combustíveis e lubrificantes automotivos	270,00
			07-Gêneros de alimentação	966,72
			14-Material educativo e esportivo	646,58
			15-Material para festividades e homenagens	227,39
			16-Material de expediente	250,00
			17-Material de processamento de dados	873,00
			19-Material de acondicionamento e embalagem	36,00
			20-Material de cama, mesa e banho	275,81
			21-Material de copa e cozinha	157,86
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	124,95
			24-Mat. p/ manut. de bens imóveis/instalações	2.142,95
			26-Material elétrico e eletrônico	595,50
			42-Ferramentas	251,23
			TOTAL	6.817,99
		339039 – Outros Serviços de Terceiros-PJ	17-Manut. e conserv. de máq. e equipamentos	545,00
			23-Festividades e homenagens	940,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	944,10
			TOTAL	2.429,10
			TOTAL GERAL	9.247,09

FONTE: SIAFI

Análise Crítica:

O Suprimento de Fundos é um adiantamento concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesa, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se

subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor, na forma da Lei 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa com a Lei 8.666/93.

As unidades do IFTO somente utiliza o Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Foram abertos no decorrer do exercício de 2014, 87 (oitenta e sete) concessões de Suprimento de Fundos sendo realizado o valor total de R\$ 143.200,73 em fatura. As despesas relacionadas foram com itens/materiais que não havia disponibilidades em estoque e nem licitações em aberto para fornecimento, bem como também serviços que necessitavam serem realizados de imediato, sendo estes de pequeno vulto, ou seja, a utilização do suprimento de fundos se deu em virtude do caráter excepcional e do pequeno valor dos insumos/serviços.

OS gastos realizados através do CPGF têm suas despesas detalhadas no COMPRASNET no Sistema de Cartão de Pagamento (SCP) e no site da transparência do governo federal.

O SCP é um sistema desenvolvido em plataforma web instituído no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com o objetivo de detalhar a aplicação de suprimento de fundos, concedido por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Quadro 21: A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1235	1063	192	53
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1235	1063	192	53
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	1058	189	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	2	2
2. Servidores com Contratos Temporários	128	89	42	70
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1363	1152	235	123

Fonte: SIAPE

A quantidade de servidores docentes disponíveis atende as necessidades do IFTO, com exceção dos TAE, devido o Ministério da Educação não disponibilizar os cargos necessários a suprir as demandas do IFTO.

Solicitaram exoneração do cargo 53 servidores para posse em outro cargo inacumulável, ou exoneração do cargo efetivo para ocupar cargo em outras esferas, devido o baixo salário da carreira.

Da lotação autorizada para o IFTO em 2014 temos:

- um banco de **958,37** que corresponde a 639 professor em regime de dedicação exclusiva e 128 professor substituto, porém o banco está distribuído da seguinte forma: 54 (cinquenta e quatro) professores com carga horária de 20h, o equivalente a 36,18 do banco; 38 professores com carga horária de 40 h, o equivalente a 38,0 do banco e 452 professores com carga horária de 40 h em regime de dedicação exclusiva, o equivalente a 718,68 do banco, num total de 554 professores equivalente ao banco de 792,86 do banco. O banco de professor substituto é rotativo e fechou o ano com 69 professor substituto e 29 professor

temporário, ambos em regime de contrato por tempo determinado.

- um banco TAE de 596 cargos, sendo 91 cargos de classe C, 297 cargos de classe D e 208 cargos de classe E. Dos 596 cargos estão ocupados 519 cargos, sendo: 23 cargos de classe A e B (em extinção), 80 cargos de classe C, 239 cargos de classe D e 170 cargos de classe E.

O IFTO possui em dezembro/2014 o total de 66 (sessenta e seis) professores afastados para participar de programa de Pós Graduação strictu sensu no país, no entanto o afastamento não trás prejuízos acadêmicos em função da contratação de professores substitutos para suprir a ausência do servidor.

Servidores em Exercício Provisório no IFTO:

STELLA MARIA CARVALHO DE MELO

AURINES QUEIROZ BORGES

Servidores requisitados de outros órgãos no IFTO:

UBIRATAN VICENTE GOMES MASCARENHAS

JOAO ROBERTO DE SOUZA VIEIRA

Quadro 22: A.7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	269	794
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	269	794
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	264	793
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	1	88
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	270	882

Fonte: SIAPE

Os cargos comissionados são ocupados por servidores efetivos de carreira do IFTO, dessa forma há uma supressão de força de trabalho tanto na área meio como da área fim, pois são forças de trabalho ativas direcionadas a cargos de confiança que requerem outras atribuições, assim é providencial a reposição dessa força de trabalho enquanto perdurar o cargo comissionado

Força de Trabalho cedida para outros órgãos:

SERVIDOR	ÓRGÃO
RANIERE FERNANDES MOURA	Cedido MPF
HELTON ROSENO LIMA	Cedido AGU
CARLA SIMONE BURDZINSKI	Cedido IFMS
ROMULO NOLETO PASSOS	Cedido AGU
EDUARDO GUIMARAES FERNANDES	Cedido Justiça eleitoral
FRANCISCO VIANA CRUZ	Cedido Prefeitura Palmas
CLARICE GUILHERME BARRETO	Exercício provisório IFRN
ELOISA MARQUES ROSA	Colaboração técnica IFB
CELIA CRISTINA SOARES MENEZES DOS SANTOS	Colaboração técnica IFMA
ANDRE LUIZ MARTINS DE CASTRO	Colaboração técnica UFT

Fonte: SIAPE-cadastro

Da lotação acima distribuída temos o equivalente a 544 Docentes e 519 TAE.

Quadro 23: A.7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	69	66	29	16
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	66	29	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	69	65	29	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	265	209	163	121
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	265	209	163	121
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	334	275	192	137

Fonte: SIAPE Dados de 31.12.2014

Cargo de Direção	Criados	Livres	Ocupadas
CD-0001	1	0	1
CD-0002	13	0	13
CD-0003	18	0	18
CD-0004	37	2	35
Funções Gratificadas	Criados	Livres	Ocupadas
FG-0001	54	3	51
FG-0002	80	13	67
FG-0003	4	0	4
FG-0004	43	18	25
FG-0005	12	1	11
FUC-0001	72	15	57

Apenas 1 CD-0004 está ocupada por servidor não efetivo do IFTO: Procuradora Federal (PGF)

Quadro 24: A.7.1.3 - Custos do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	54540890,69	8329886,82	10013881,01	3749940,89	4820414,56	1835416,11	0,00	95893,03	162639,36	83548962,47
	2013	36622097,45	2542973,76	3998737,05	2128722,03	3679803,45	1344309,87	0,00	106298,11	176619,50	50599561,22
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	16117,78	38968,33	1053,66	1492,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57631,77
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	287686,37	0,00	25234,45	7257,00	21403,74	9749,45	0,00	1889,55	0,00	353220,56
	2013	495926,62	3420,14	21130,21	7261,32	45948,43	17464,95	0,00	774,02	0,00	591925,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	3300584,01	0,00	282268,31	148825,96	588138,77	6485,60	0,00	2634,44	0,00	4328937,09
	2013	2493539,93	0,00	189527,71	66725,38	468989,13	3630,00	0,00	13,95	0,00	3222426,10

Fonte: SIAPE-dados financeiros

Dados sobre capacitação de servidores

Relação de Bolsistas* do PRÓ-QUALIFICAR 2014																	
	Reitoria		Araguaína		Araguatins		Dianópolis		Gurupi		Palmas		Paraíso		Porto Nacional		Tota
	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	TA	DOCENT	
Graduação	2	0	2	0	11	0	0	0	5	0	4	0	5	0	1	0	30
Especializaç	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	2	0	4	0	3	0	12
Mestrado	0	5	1	7	7	5	0	2	2	2	5	9	4	6	1	3	59
Doutorado	0	0	0	4	0	3	0	1	0	2	0	18	0	7	0	3	38
Total	2	5	3	11	19	9	0	3	8	4	11	27	13	13	5	6	139
* Bolsa e reembolso																	

Fonte: Processos de bolsa/reembolso

O IFTO em 2014 além das concessões de Bolsas e reembolsos para fins de ascensão de escolaridade (graduação, especialização, mestrado e doutorado), manteve em capacitação 66 (sessenta dois) servidores com afastamento integral: 24 meses para mestrado e 48 meses para doutorado.

Dos 66 servidores afastados, foram contratados 54 professores substitutos em substituição aos professores em capacitação, que equivale a 10% da força de trabalho do IFTO.

Esclarecendo que o número total de professor substituto disposto no quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ é a somatória de professores em licença gestante, licença para tratamento de saúde, licença para tratamento em pessoa da família, licença para acompanhamento de cônjuge e afastamento de docente para ocupar cargo de Direção: CD-1 e CD-2.

Média dos gastos aproximado com capacitação (somente valores gastos com bolsa/reembolso e professor substituto)

IFTO	Bolsas/reembolsos (2014) – graduação, especialização, mestrado e doutorado.	454.950,00
	Professor Substituto (2014) – em substituição de professor efetivo afastado para capacitação.	3.770.364,56
	Mestrado/doutorado UFT e UNISINOS	936.411,65
	Total	4.706.776,21

Fonte: SIAPE e Processos de bolsa/reembolso

O IFTO cumpriu a meta proposta: custear o mínimo de 3% do valor destinado ao custeio com capacitação de servidor.

Custeio 2014: aproximadamente R\$ 113.659.515

Despesas com capacitação: aproximadamente: R\$ 4.706.776,21

Percentual mínimo previsto: R\$ 3.409.785,45

Quadro 25: A.7.2.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS.

UG/Gestão: 158131/ 26424

CNPJ: 10.742.006/0001-98

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	18/2010	00028986/0009-65	20/04/2010	15/06/2014	91	91					e
2014	L	O	04/2014	00028986/0009-65	16/06/2014	16/06/2014	170	115					p
2011	V	O	10/2011	31546484/0005-26	09/08/2011	09/08/2015	54	54					p
2011	V	O	11/2011	11461113/0001-00	09/08/2011	09/08/2015	20	20					p

Observações:

CONTRATO Nº 18/2010 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PRÉDIAL.

CONTRATO Nº 03/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PRÉDIAL.

CONTRATO Nº 10/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA;

CONTRATO Nº 11/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA MOTORIZADA;

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 26: A.7.2.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS													
UG/Gestão: 158131/26424							CNPJ: 10.742.006/0001-98						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	3	3					P
2010	2	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	15	15					P
2010	4	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	7	7					P
2010	5	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	5	5					P
2010	7	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	10	10					P
2013	8	O	03/2013	09026012/0001-60	15/03/2013	15/03/2015			8	10			
2010	9	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	23	23					
2010	12	O	19/2010	047951010001-57	09//11/2010	09/11/2015	50	50					
Observações:													
LEGENDA													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)													

Área:	Ensino Superior.
1. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;	
3. Informática;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: SIASG e IFTO (2014)

ANÁLISE CRÍTICA (quadros A.7.2.1 E A.7.2.2)

Inicialmente, cumpre relacionar os contratos e objetos dispostos nos quadros 7.2.1 e 7.2.2:

- a. **CONTRATO DE Nº 18/2010** – CONTRATO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, NESTE ESTÁ COMPREENDIDO OS SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, PERTECENTES A INSTITUIÇÃO.
- b. **CONTRATO DE Nº 03/2014** – CONTRATO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, NESTE ESTÁ COMPREENDIDO OS SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL DE BENS MÓVEIS E IMOVEIS, PERTECENTES A INSTITUIÇÃO.
- c. **CONTRATO DE Nº 19/2010** – SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, DENTRO DESTE CONTRATO TEMOS AS SEGUINTE CATEGORIAS FUNCIONAIS: MOTORISTAS, COPEIRAS, RECEPCIONISTAS, ARTIFÍCIE DE MANUTENÇÃO, PORTEIROS, TELEFONISTAS, TRABALHADORES BRAÇAIS, TRATORISTAS, ENCARREGADOS, COZINHEIROS, AUX. COZINHA, AÇOUGUEIROS, ARTIFÍCIE DE JARDINEIROS.
- d. **CONTRATO DE Nº 10/2011** – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA. NOS *CAMPI* DE PALMAS, PORTO NACIONAL, GURUPI, ARAGUAÍNA E REITORIA.
- e. **CONTRATO DE Nº 11/2011** – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA MOTORIZADA, NOS *CAMPI* DE ARAGUATINS, PARAÍSO DO TOCANTINS E DIANÓPOLIS.

f. **CONTRATO DE Nº 03/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVO/PREVENTIVA DE AR-CONDICIONADOS, CAMARA FRIGORÍFICAS, REFRIGERADORES, BEBEDOUROS E OUTROS ASSEMELHADOS.**

O contrato nº 18/2010 que trata de limpeza e conservação foi encerrado e substituído pelo contrato nº 04/2014 em 16 de junho de 2014. O novo contrato busca atender as demandas de expansão de áreas do IFTO em razão da conclusão de obras e novos Campi que estão em processo de implantação.

Os contratos firmados pelo IFTO que trata da cessão de mão de obra têm atendido as necessidades do IFTO. Remotamente, os problemas ocasionados pelas contratadas têm sido contornados com reuniões periódicas. A equipe de fiscalização e dos financeiros de cada Campus tem se atentado as questões fiscais e trabalhistas, cobrando firmemente das contratadas todos os documentos pertinentes para resguardar os direitos dos trabalhadores e da administração. Nenhum contrato foi interrompido em 2014 por inexecução contratual.

Quadro 27: A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	51	65	69	53	322789,17
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	51	65	69	53	322789,17
2. Nível Médio	9	15	15	13	36139,87
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	9	15	15	13	36139,87
3. Total (1+2)	60	80	84	66	358929,04
Análise Crítica					
Conforme a Orientação Normativa nº 7 de 30/10/2008, publicada no DOU de 4/11/2008, que orienta sobre aceitação de estagiário na Administração Pública Federal direta,					

autárquica e fundacional, o número de estagiário de cada órgão ou entidade não poderá ser superior a vinte por cento, para as categorias de nível superior e a dez por cento para as de nível médio.

Assim temos:

Servidores nível médio: $324 \times 10\% = 32,4$ (trinta e dois estagiários)

Servidores nível superior: $716 \times 20\% = 143,20$ (143 estagiários)

Fonte: SIAPE

Ações realizadas do Programa Qualidade de Vida - PQV da Reitoria / 2014

Ações	Escopo	Público Beneficiário
Avaliação das atividades de ginástica laboral	Questionário aplicado aos servidores, terceirizados e estagiários.	Servidores, estagiários e terceirizados da reitoria.
Dia Internacional da Mulher	Homenagem as mulheres com atividades de ginástica laboral, e sessão de beleza	Servidoras da Reitoria
I Curso de Aperfeiçoamento em Qualidade de Vida	Conceitos e parâmetros de qualidade de vida a nível nacional/internacional	Comissões do Programa Qualidade de Vida da Reitoria e Campi
Campanha “Menos Pressão”. Informações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da hipertensão.	Atividades de aferição da pressão arterial; cálculo de índice de massa corpórea (IMC); dicas de alimentação saudável; distribuição de material educativo sobre a doença; distribuição de uma fruta e sorteios de Kits do PQV.	Servidores da Reitoria
Semana do Meio Ambiente	Atividades de distribuição de mudas de plantas e hortaliças e campanha do não uso do copo descartável	Servidores da Reitoria
Avaliação de medidas física e antropométrica	Detectar deficiências e propor orientações de correção	Servidores, estagiários e terceirizados da reitoria.
Realização da Semana da Saúde	Atividades de promoção da saúde e de entretenimento	Servidores, estagiários e terceirizados da reitoria.
Comemoração Dia do Servidor Público	Atividade de integração	Servidores da Reitoria
Dia Nacional e Mundial de Combate ao Diabetes	Informações sobre a prevenção da doença	Servidores, estagiários e terceirizados da reitoria.
Ação Solidária no Hospital Infantil de Palmas	Doação de produtos de higiene pessoal para as crianças do hospital	Servidores da Reitoria

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1.GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Atualmente como referência para normatizar a utilização dos veículos oficiais desta Instituição, utilizamos o Decreto nº 6.403 de 17 de Março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de Maio de 2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Tocantins passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica de todas as suas unidades. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável de alunos e servidores, como consequência verifica-se a necessidade de deslocamentos constantes, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição a fim de propiciar melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Apresentamos abaixo relação com a quantidade de veículos em uso, discriminados por grupos e por unidades de ensino, pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS						
UNIDADE REITORIA						
TOTAL	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	CATEGORIA
01	PEUGEOT	VAN BOXE	MWZ0228	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
02	RENAULT	LOGAN	MXB6351	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
03	RENAULT	LOGAN	MXB4651	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
04	FORD	RANGER	MXG6983	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
05	FORD	FOCUS	MWY8131	GASOLINA	2009	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
06	FORD	FOCUS	MWE8334	FLEX	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
07	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7218	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO

						COMUM
08	MITSUBISHI	L200	OYB3498	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
98	VOLAREW9	MICRO	OYA7812	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
10	MITSUBISHI	L200	OLM7014	DIESEL	2014	VEICULO00 SERVIÇO COMUN
UNIDADE ARAGUATINS						
11	TOYOTA	BANDEIRANT E	MVM2371	DIESEL	1987	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
12	CHEVROLET	D20	MVP9910	DIESEL	1995	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
13	MERCEDES	ÔNIBUS	MVN3630	DIESEL	1994	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
14	FORD	FOCUS	MWJ0103	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
15	VW	GOL	MXD2601	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
16	VW	GOL	MWX3086	FLEX	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
17	VW	GOL	MXD2651	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
18	VW	SANTANA	JFO8785	GASOLINA		VEICULO DE SERVIÇO COMUN
19	FIAT	VAN	MXA4682	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
20	VOLAREW8	MICRO	OYA7832	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
21	FORD	RANGER	HDO9324	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
22	FORD	F350	HJW5649	DIESEL	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
23	MITSUBISHI	L200	OYB3528	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
24	MITSUBISHI	L200	OYB3538	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN

25	HONDA	NXR125	MVY9361	GASOLINA	2005	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
26	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7378	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
27	MOTO HONDA	BROS 150	OLM0256	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
28	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4085	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
29	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4075	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
UNIDADE PALMAS						
30	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7328	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
31	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7268	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
32	FIAT	SIENA	MWU4262	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
33	VW	ÔNIBUS	MVV2372	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
34	FORD	FOCUS	MWE8274	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
35	V6 VOLARES	MICROÔNIBU S	MWG3936	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
36	FIAT	PALIO	MWK0950	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
37	MERCEDES	ÔNIBUS	MWP2988	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
38	FIAT	STRADA	MWK0960	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
39	FORD	RANGER	MXG7043	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
40	CHEVROLET	S10	MWP7863	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
41	MERCEDES	ATEGO 1725	JJT1530	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
42	MITSUBISHI	MICRO	OYB3508	DIESEL	2013/	VEICULO DE SERVIÇO

					2014	COMUM
43	VOLARES	MICROÔNIBUS	OLJ0731	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PARAISO DO TOCANTINS						
44	NISSAN	FRONTIER	MWJ6467	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
45	V8 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWP4759	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
46	FIAT	SIENA	MWV6008	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
47	MITSUBISHI	L200	OYB3548	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
48	MITSUBISHI	L200	OYB3558	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
49	ONIBUS	VOLVO	OLN1353	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
50	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7148	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUAINA						
51	VW	PARATI	MWT5851	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
52	FORD	RANGER	MXG7123	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
53	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2072	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
54	MITSUBISHI	L200	OYB3588	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
55	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7358	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PORTO NACIONAL						
56	FORD	RANGER	MXG6933	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
57	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
58	MITSUBISHI	L200	OYB3568	DIESEL	2013/ 2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

75	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM6954	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
UNIDADE PEDRO AFONSO						
76	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7084	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN
UNIDADE FORMOSO DO ARAGUAIA						
77	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7054	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUN

Como média anual de quilômetros rodados, temos os seguintes dados, conforme abaixo:

Veículos Transporte Institucional: 20.000 Quilômetros anuais

Veículos de Serviço Comum: 45.000 Quilômetros Anuais

A frota do Instituto Federal do Tocantins possui uma idade média de 06 (Seis) anos, sendo consideravelmente nova.

Relativo aos custos associados à manutenção da frota, temos os seguintes valores:

Média Mensal de Gastos com Manutenção (Incluindo peças): R\$ 69.000,00 (Sessenta e Nove Mil Reais);

Média Mensal de Gastos com Abastecimento: R\$ 53.000,00 (Cinquenta e Três Mil Reais).

Devido á pouca idade do Instituto Federal do Tocantins, a Instituição busca a ampliação de sua frota, devido ao momento atual de expansão e reestruturação de toda a Rede Federal de Educação Tecnológica. Ao longo destes 02 (Dois) anos foram adquiridos 10 (Dez) veículos oficiais, sendo 02 Micro-ônibus, 02 Ônibus de Grande Porte e 06 Veículos Leves, onde constantemente busca-se a manutenção periódica destes veículos, buscando a economicidade e a segurança de todos os usuários.

A Instituição opta até o presente momento, pela aquisição de veículos oficiais e não pela terceirização, devido à característica das demandas de todas as nossas unidades, onde são demandas constantes e com particularidades bem distintas de uma Instituição de Ensino.

Atualmente dispomos de um controle efetivo em todas as nossas unidades, onde os fiscais do contrato de Abastecimento/Manutenção de Veículos oficiais, bem como os Coordenadores de Transportes de cada unidade, acompanham sistematicamente alguns parâmetros, dentre eles, quilometragem rodada, média de consumo de combustíveis, valores compatíveis com o mercado para a manutenção (incluindo

peças) destes veículos e a medida do possível os responsáveis pelo transporte de cada unidade busca a compatibilização dos deslocamentos de acordo com as demandas agendadas previamente.

Quadro 28: A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Tocantins		
	Palmas	03	03
	Porto Nacional	01	01
	Paraíso	01	01
	Gurupi	01	01
	Araguaína	02	01
	Araguatins	01	01
	Colinas	01	01
	Dianópolis	01	01
	Reitoria	01	01
	Subtotal Brasil	12	11
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		00	00

Total (Brasil + Exterior)	12	11
----------------------------------	-----------	-----------

Fonte: Spiunet e Gerentes Administrativos dos *Campi*

- Os bens imóveis do IFTO Campus Palmas estão classificados de acordo com as suas finalidades, ou seja, classificado e contabilizado conforme com o código da tabela SPIU em Imóveis de Uso Educacional. O sistema utilizado para os registros das informações referentes aos imóveis é o Sistema de Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet. Os lançamentos no sistema guardam conformidade com os dados dos imóveis, seus valores e refletem a situação real em 31/12/2015.
- Dá análise dos quadros temos a quantidade de imóveis, seus números de registros, estado de conservação e valores, e quanto a esse último ressalta-se as despesas relacionadas à manutenção e reforma contabilizadas no ano de 2014. Foram implementadas ações que visam a conservação dos bens imóveis, assim, R\$ 449.969,10 foram investidos para esse fim específico, da mesma forma R\$ 352.750,86 foram escritos em Restos a Pagar não Processados, que são provenientes de contratos que tem por objeto a reforma. R\$ 14.498,27 foi a despesa no ano com pequenos reparos ou manutenções, sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 6.651,73.
- O Campus Colinas, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia ainda estão interligados com a Reitoria, por isso, não possuem despesas com manutenção, ficando estas todas sob o RIP da Reitoria. Vale ressaltar que, estes *Campi* estão em fase inicial de sua implantação, sendo esse o motivo por não terem ainda um número RIP, bem como despesas com manutenção e reforma.
- Os imóveis do Campus Pedro Afonso e Formoso do Araguaia foi cedido ao IFTO pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal respectivamente.
- Além destes, também ainda em estado de implantação, entretanto, autorizado apenas no início do exercício de 2015, o Campus Avançado de Lagoa da Confusão, motivo este, por não fazer parte da descrição acima.
- Os valores reavaliados das UG's 158337, 158131 e 158628 são referentes à última avaliação feita pela SPU, os demais são uma soma dos valores avaliados pela SPU com os valores gastos com obras nas referidas unidades. Estes valores são os mesmos que constam no SIAFI.

Quadro 30: A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.675.440/0001-37
	Nome ou Razão Social	E. J. DA ROCHA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante/lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 460,61m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano seguinte para utilização em despesas de custeio.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.022.732/0001-48
	Nome ou Razão Social	LEONARDO MIRANDA RIBEIRO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de reprografia para a comunidade acadêmica do IFTO Campus Palmas
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 25m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano seguinte para utilização em despesas de custeio.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9241.00055.500-1
	Endereço	Rua Paraguai, esq. c/ Av. Amazonas, Qd. 56, Lt. 01, Bairro Cimba, Araguaína, CEP – 77826-170
Identificação do Cessionário	CNPJ	20.078.231/0001-25
	Nome ou Razão Social	Cristiane Telesfora Milanes Ribeiro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 393,33 (trezentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Três Centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158511/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	941900011500-4
	Endereço	BR 153, Km 480, Bairro Santana Paraíso do Tocantins
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.100.134/0001-09
	Nome ou Razão Social	Gerebas Casas do Lanche Comércio LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e Similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços de Restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	O espaço cedido possui cerca de 54,87 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$-425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) uso espaço físico. R\$-108,70 (cento e oito reais e setenta centavos) retribuição uso energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte: 0250 UG: 158489
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores recebidos está depositado na conta Campus Paraíso do Tocantins/IFTO.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		O rateio ocorre somente com a fatura de energia elétrica e a manutenção, conservação e limpeza são executados pela concessionária.
Fonte: Gerencia administrativa do <i>Campus</i>		

Quadro 31: A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	TOCANTINS		
	Palmas	00	00
	Porto Nacional	00	00
	Paraíso	00	00

	Gurupi	00	00
	Araguaína	00	00
	Araguatins	00	00
	Colinas	01	00
	Dianópolis		
	Reitoria	00	00
Subtotal Brasil		01	00
EXTERIOR	PAÍS 1	00	
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		01	00
Fonte: Spiunet e gerentes administrativos dos Campi			

9. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os principais sistemas utilizados pelo IFTO, que mapeiam seu processo macrofinalísticos são o SIGA-EDU E SUAP.

SIGA-EDU – SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA, tem como finalidade o registro acadêmico dos alunos, desde sua entrada na instituição, até sua diplomação / certificação.

SUAP – SISTEMA UNIFICADO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tem como finalidade a gestão administrativa, tais como: Protocolo, Almoxarifado, Patrimônio, Frota, Relatório Gerenciais, dentre outros.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		

10.GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 32: A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
1.No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA para implantar e			

executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública.

2. Em 2012 as ações foram iniciadas com a assinatura do Acordo de Cooperação com a ASCAMPA - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas visando implantar a Coleta Seletiva Solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental, no ano de 2014 a Coleta Seletiva se deu na sede da Reitoria e no Campus Palmas. Foram adquiridas lixeiras seletivas para Reitoria e os Campi, e produzido material gráfico de conscientização ambiental, tais como diminuição de gastos de água e energia elétrica.

3. O Instituto Federal do Tocantins ao longo destes últimos anos vem procurando realizar suas contratações ou aquisições utilizando critérios e praticas de sustentabilidade, como exemplo citamos: aquisição de aparelhos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, ou seja, mais eficientes, gerando uma economicidade de energia em torno de 20%, aquisição de equipamentos eletroeletrônico sempre que possível com selo classe “A” do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; aquisição de material gráfico utilizando em sua grande parte papel reciclado. Relativo às obras de engenharia o corpo técnico do IFTO vem buscando implementar ações que visem a eficiência nas novas edificações desta instituição, como exemplo citamos, captação de água de chuva, tipo de iluminação mais eficiente, dentre outras.

4. A UJ decidiu concentrar esforços na elaboração Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI 2015-2019 que foi finalizado no final de 2014, com o PDI elaborado pela gestão e comunidade do IFTO, a Comissão Central do A3P tem disponível diretrizes objetivas para serem utilizadas na Elaboração de do plano de gestão de logística sustentável (PLS) que será elaborado no ano de 2015.

5. O IFTO dispõe da Comissão Central do A3P instituída pela Portaria GAB/REITORIA/IFTO 440/2012, a comissão iniciou suas ações com a implantação da Coleta Seletiva Solidária em 2012.

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DO ÓRGÃO DE CONTROLE

Quadro 33: A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-029.610/2013-3	Acórdão nº 8139/2013 Acórdão nº 3393/2014			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFTO					
Descrição da Deliberação					
Acórdão nº 8139/2013 – TCU – Primeira Câmara, processo TC-029.610/2013-3 (Representação).					

1.1 DETERMINAÇÃO: item 1.7. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conclua a tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano das obras e serviços no campus Gurupi/TO, objeto do Contrato 15/2008, nos termos do art. 197 do RI/TCU, cuja autorização já foi consignada no Despacho n. 28/2013-GAB/REITORIA/IFTO, de 14/10/2013, no Processo Administrativo 23235.000048/2013-92, com subsequente encaminhamento dos autos ao TCU para julgamento, se for o caso, comunicando, de qualquer forma, a conclusão ao Tribunal. Acórdão nº 3393/2014 – TCU - Primeira Câmara. Prorrogar o prazo por 180 dias, para atendimento da determinação constante do item 1.7. do Acórdão nº 8139/2013-TCU-Primeira Câmara, a contar da ciência deste acórdão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	
Síntese da Providência Adotada	
Instaurado tomada de contas especial processo nº 23235.000067-2014-08. Processo acatado pela autoridade máxima do IFTO através do Despacho nº 50/2014-GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014, e encaminhado a Coordenação-geral da Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, através do Ofício nº 671/2014-GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014 e ao Tribunal de Contas Especial através do Ofício nº 672/2014-GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 020.089/2014-7	Acórdão nº 3462/2014 – TCU – Plenário			Ofício 0765/2014-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
IFTO					
Descrição da Deliberação					

ACÓRDÃO Nº 3462/2014 – TCU – Plenário.

Recomendações:

ITEM 9.2.1.: observe o cumprimento integral dos normativos que regem o funcionamento da Audin, em especial, o art. 33 parágrafo único, do Regimento Interno da Audin, levando ao conhecimento do Conselho Superior os relatórios dos trabalhos realizados;

ITEM 9.2.2.: promova ajustes no Regimento Interno da Audin, levando em conta os requisitos exigidos pelo nível três do Internal Audit Capability Model for Public Sector, publicação do The Institute of Internal Auditors (IIA), tendo como base as seguintes diretrizes detalhadas nos itens 19 a 25 do relatório que acompanha este acórdão;

ITEM 9.2.3: formalize política de desenvolvimento de competências específica para seus auditores internos, bem como envie esforços para cumpri-la;

ITEM 9.2.4: adote providências com vistas ao incremento do quadro de auditores internos, de modo a compatibilizá-lo ao crescimento das dimensões do Instituto;

ITEM 9.2.5.: envie esforços para desenvolver e formalizar, com base em metodologia adequada, política de gestão de riscos, ainda que por etapas sucessivas, até alcançar a cobertura de seus principais processos;

ITEM 9.2.6.: adote providências para retribuir o exercício de chefe da Unidade de Auditoria Interna com o Cargo de Direção compatível com o nível hierárquico da Audin e com as responsabilidades do referido posto, em favor do desenvolvimento adequado das suas atribuições, conforme estabelece o art. 15 do Decreto 3.591/2000;

DETERMINAÇÃO ITEM 9.3: determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento interno do TCU, que no de noventa dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação especificando as medidas a serem adotadas em relação as recomendações enumeradas no item 9.2, os respectivos prazos e responsáveis, bem como justificativas a respeito das recomendações que decidiu não adotar;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Gabinete do Reitor e Unidade de Auditoria Interna

Síntese da Providência Adotada

Os Relatórios de Auditoria estão sendo encaminhados ao Consup; o Regimento Interno da Audin foi alterado conforme recomendações; Foi elaborado plano de capacitação para os auditores internos; foi elaborado Planejamento de Implantação de Gestão de Riscos (2015-2016), e encaminhado para apreciação do Colégio Dirigente do IFTO. A Unidade de Auditoria Interna elaborou Plano de Auditoria Baseada em Risco que irá subsidiar o Planejamento Anual das Atividades de Auditoria de 2016; Foi solicitada à Coordenação-geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede/Setec a troca de uma vaga de analista de Tecnologia de Informação, já disponibilizada ao IFTO para concurso, por uma vaga de Auditor, para atendimento da demanda; foi solicitado ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica e à Coordenadora-geral de Desenvolvimento de Pessoal da Rede/Setec auxílio junto ao MEC para liberação de um cargo de direção a ser disponibilizado ao Chefe da Unidade de Auditoria Interna do IFTO, com vistas ao atendimento do referido acórdão;

Obs.: Ofício nº 85/2015 – GAB/REITORIA/IFTO encaminhado à Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins, com as medidas adotadas.

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quadro 34: A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	RELATÓRIO CGU Nº 201217009		Ofício nº 29403/2014/CGU-TO/CGU-PR recebido em 6/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
IFTO			
Descrição da Recomendação			
ITEM 1.2.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins maior rigor nas contratações diretas por inexigibilidade, atentando especialmente para a verificação da existência de inviabilidade de competição para a aquisição do bem, a partir de exaustiva pesquisa. Deve observar que a inviabilidade se aplica ao bem e não à marca. Portanto, mesmo que haja apenas um distribuidor exclusivo de uma determinada marca, deve-se pesquisar a existência de bens similares, com especificações semelhantes, para caracterizar a inexigibilidade. ITEM 1.2.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se ao IFTO a adotar medidas no sentido de apurar a responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo ao erário, na ordem de R\$ 5.636,00, e adotar medidas de proceder o devido ressarcimento. ITEM 2.1.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001			

Visando evitar a subutilização e obsolescência do equipamento, recomenda-se ao IFTO o cumprimento dos objetivos do Projeto “Astronomia ao Alcance de Todos”, observadas as restrições peculiares ao uso do equipamento, entre elas as condições atmosféricas que dificultem a observação e as condições financeiras que impossibilitem o pagamento de diárias.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	
Síntese da Providência Adotada	
• Instaurado sindicância investigativa Portaria nº 969/2014/REITORIA/IFTO, 25 de novembro 2014. • Ofício nº 93/2015 – GAB/REITORIA/IFTO encaminhado à CGU informando a reelaboração do projeto de uso contínuo e sistemático do telescópio para 2015 dos <i>campi</i> Araguatins e Palmas, do IFTO.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	RELATÓRIO CGU Nº 20141164		Ofício nº 2.106/2015 /CGU-TO/CGU-PR recebido em 30/01/2015
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
IFTO			
Descrição da Recomendação			
1.1.1.5 CONSTATAÇÃO: Ausência de sistema de referenciamento nos processos de arquivamento dos papéis de trabalho que permita a rastreabilidade das evidências, associando-as aos achados de auditoria. Recomendação: Normatizar a organização e o arquivamento dos relatórios e dos papéis de trabalho de auditoria de forma a permitir a rastreabilidade das evidências que suportam os achados de auditoria e o acesso a tais documentos, quando necessário, aos servidores da unidade de auditoria interna e dos órgãos de controle.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna	
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação está sendo adotada.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 35: A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	5	5
	Entregaram a DBR	5	5	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	192	137	275
	Entregaram a DBR	192	137	259
	Não cumpriram a obrigação	0	0	16

Fonte: Assentamentos funcionais

Apenas 16 servidores não cumpriram as exigências da Lei 8.730/93, foi expedido notificação por meio dos responsáveis da Unidade de Gestão de Pessoas do Campus pela recomendação da Diretoria de Gestão de Pessoas, solicitando a regularização funcional.

A forma de guarda das declarações recepcionadas pelas unidades de gestão de pessoas é nas pastas funcionais dos servidores e arquivadas nas unidades de gestão de pessoas. As declarações e as autorizações de acessos à base da receita são entregues em papel, por não ter sistema informatizado para esse gerenciamento. O sigilo é mantido, pela medida adotada de que a pasta funcional dos servidores só é disponibilizada a estes.

Providencias serão tomadas no sentido de se estar implementando no IFTO um sistema com a finalidade de recepcionar os documentos mencionados com acesso apenas às unidades de controle e do próprio servidor.

Quadro 36: A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	
							Instaurado tomada de contas especial processo n° 23235.000067-2014-08. Processo acatado pela autoridade máxima do IFTO através do Despacho n° 50/2014- GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014, e encaminhado a Coordenação-geral da Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial, através do Ofício n° 671/2014- GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014 e ao Tribunal de Contas Especial através do Ofício n° 672/2014- GAB/REITORIA/IFTO, de 17 de dezembro de 2014.

Quadro 37: A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, João Marcelo dos Santos Silva, CPF nº 98493108120, Coordenador de Supervisão de Gestão de Contratos, exercido na Reitoria do Instituto Federal do Tocantins declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 26 de fevereiro de 2015.

João Marcelo dos Santos Silva

98493108120

Coordenação de Supervisão de Contratos/Instituto Federal do Tocantins

DECLARAÇÃO

Eu, **Vladimir Lisboa de Carvalho**, CPF nº 577.050.893-00, **Diretor de Administração e Planejamento**, exercido no **IFTO Campus Palmas** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas - TO, 26 de fevereiro de 2015.

Vladimir Lisboa de Carvalho

57705089300

Contador/IFTO Campus Palmas

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 38: A.12.4.2 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS		158131	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Ausência de Relatório de Bens Móveis em Unidades Gestoras; b) Ausência de Relatório de Bens de Almoxarifado de Unidades Gestoras; c) Ausência de Avaliação e reavaliação de Bens móveis e imóveis; d) Ausência de Conformidade de Registro de Gestão; e) Ausência de Conformidade Contábil de Unidades Gestoras; f) Ausência de Depreciação de Ativo Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável	RAYDINE DA SILVA COSTA	CRC nº	MA: 010350/O-3 S/TO

13.INDICADORES DE GESTÃO DO IFTO NOS TERMOS DO ACORDÃO TCU Nº 2.267/2005

Quadro 39: B.65.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	3,88	5,88	6,14	4,17	3,48
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	28,36%	23,97%	30,2%	56,4	49,2%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	11,38%	8,95%	8,4%	3,3%	7,9%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	38,59%	41,97%	37,6%	21,1%	16,5%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	39,55%	47,00%	44,9%	3,2%	8,7%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número Total Matriculados / Número Total de Docentes (quantidade total de docentes de 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade total de docentes de 40h e DE multiplica-se por 1).	23,51	26,17	22,6	16,5	15,6
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos/ Alunos Matriculados	10.837,67	15.804,52	6.490,10	9.222,22	6.141,46
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	59,23	57,29	48,18	51,17	57,73
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais x 100	20,79	22,03	22,86	18,68	20,20
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	15,62	23,42	25,81	26,72	18,10
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per	*	12.613	12.054	4.492	2.589	

	Capita Familiar						
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\text{Índice} = G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5$ $G + A + E + M + D$	3,210	3,092	2,094	2,089	1,869

1. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICOS:

O **Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005** foi dividido em indicadores: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas.

1. Para calcular os indicadores acadêmicos foram extraídas as informações do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), sendo que cada um dos componentes abaixo foram calculados separadamente:

- a) Vagas
- b) Inscritos
- c) Ingressantes
- d) Matrículas Atendidas
- e) Concluídos
- f) Integralizados Fase Escolar
- g) Evadidos
- h) Desligados
- i) Transferidos Externos
- j) Retidos

Os cálculos realizados nesse relatório foram obtidos pela planilha enviada pela SETEC no dia 6 de março por meio do Ofício-Circular nº 16/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 11 de março de 2015, não sendo considerados os estudantes da Rede e-Tec Brasil, pois pertencem a uma ação específica do Pronatec com financiamento próprio.

Foram consideradas, então, as seguintes referências:

A. *Ingressantes*: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre janeiro e dezembro/2014;

B. *Matrículas Atendidas*: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre janeiro e dezembro/2014, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual;

C. *Concluídos*: todos os alunos com status CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro/2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de CONCLUÍDO dentro do período de interesse do indicador;

D. *Integralizados Fase Escolar*: todos os alunos com status INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro/2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador;

E. *Evadidos, Desligados e Transferidos Externos*: todos os alunos com status EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro/2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador;

F. *Retidos*: todos os alunos que estão com status EM CURSO e mais os alunos com status diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/1/2013 até o limite do dia 26/1/2014. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo data prevista para o fim anterior à 1º/1/2014.

O método para o cálculo dos indicadores é o utilizado pela Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), determinado no Acórdão 2.267/2005-TCU, conforme destaca abaixo:

1.1 Análise dos Indicadores Acadêmicos

1.1.1 Relação Candidato / Vaga

OBJETIVO: Identificar a relação candidato/vaga.

DEFINIÇÕES: Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos; Vagas Ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

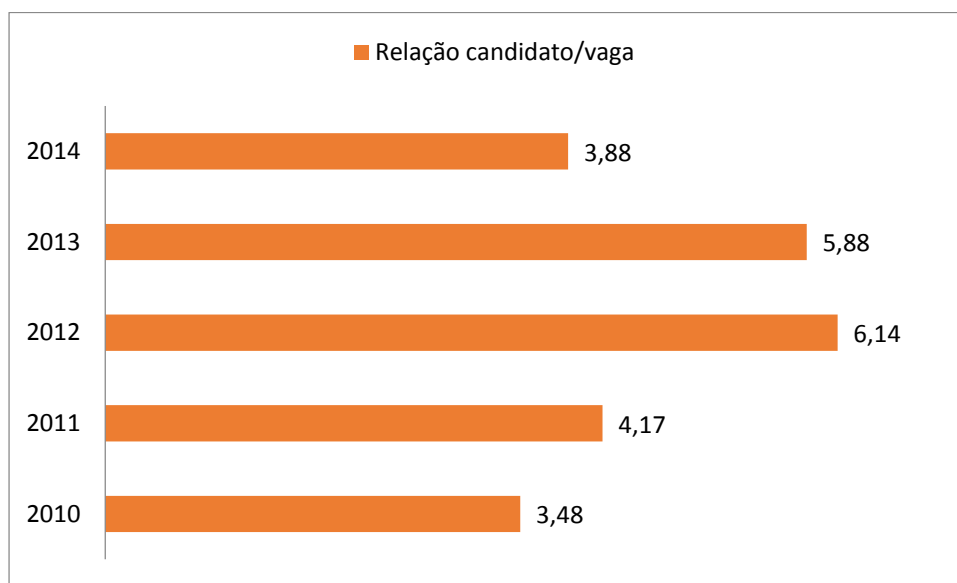
MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$$

O indicador relação candidato/vaga é calculado a partir de dois componentes: inscrições e vagas. As inscrições são as realizadas em vestibulares e processos seletivos oferecidos pelo IFTO. E as vagas são todas ofertadas em editais por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Na Figura 1, destaca-se a relação candidato/vaga no IFTO por ano.

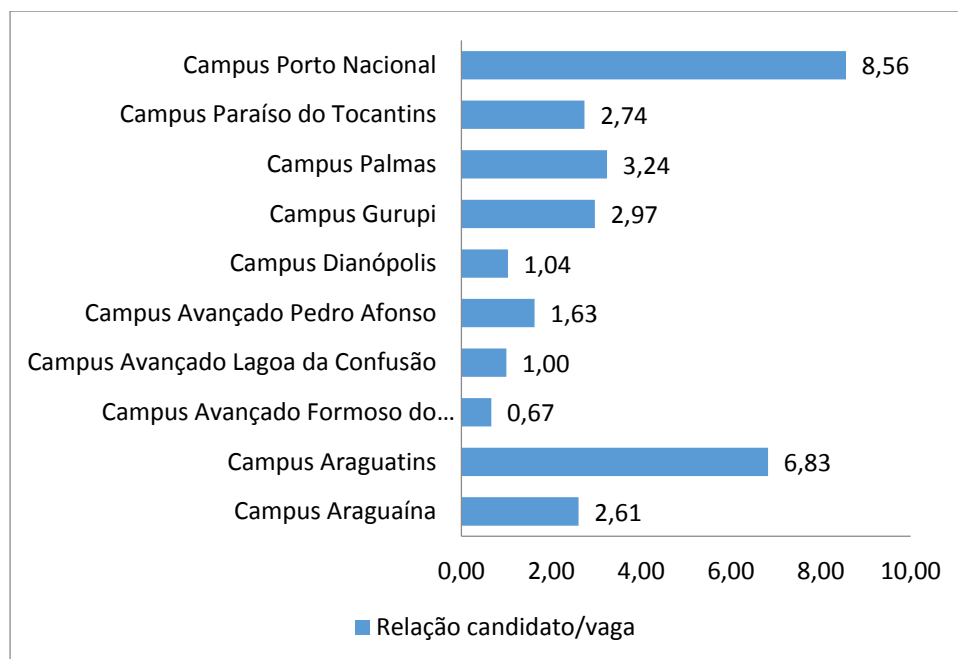
Figura 1 - Gráfico da relação candidato/vaga no IFTO por ano



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise da figura anterior, observa-se que o indicador relação candidato/vaga foi menor se comparado aos dois últimos anos. Ao observar o indicador por *campus*, segundo a Figura 2, tem-se a seguinte situação:

Figura 2 - Gráfico da relação candidato/vaga por *campus* no ano de 2014



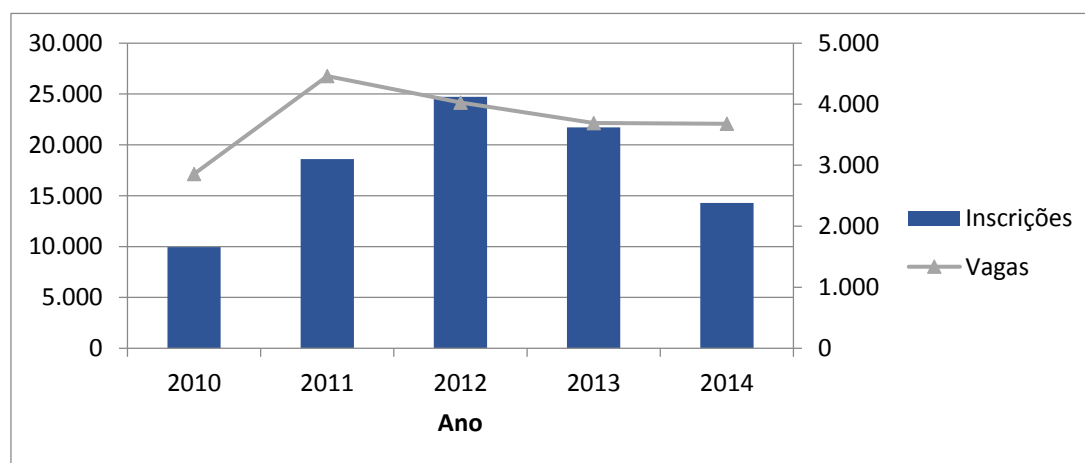
FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na crítica realizada pela Figura 2, o indicador por *campus* superou o indicador do IFTO no ano de 2014. A concorrência foi maior nos *campi* Porto Nacional e Araguatins, que obtiveram, respectivamente, 8,56 e 6,83.

O *campus* Colinas do Tocantins não apareceu na amostragem, apresentada na figura anterior, pela ausência de registro referente ao quantitativo de inscrições no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), não sendo possível calcular o indicador.

A Figura 3 retrata o quantitativo de vagas ofertadas pelo IFTO por ano.

Figura 3 - Gráfico comparativo de vagas x inscrições no IFTO por ano



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise da figura anterior, enfatiza-se que entre os anos de 2013 e 2014, o IFTO manteve uma estabilidade no número de vagas ofertadas, mas observou-se uma significativa redução no número de inscrições.

A hipótese provável para essa redução é a consequência do reflexo das greves que a Instituição passou nos anos de 2011 e 2012, atrasando o calendário escolar em muitos *campi*, diminuindo a procura de candidatos por cursos oferecidos pelo IFTO.

Também cabe enfatizar que no Relatório de Gestão, exercício 2014, não foram consideradas as vagas e inscrições em cursos da Rede e-Tec Brasil.

1.1.2 Relação Ingressos / Aluno

OBJETIVO: Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação Ingressos / Alunos = $\frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

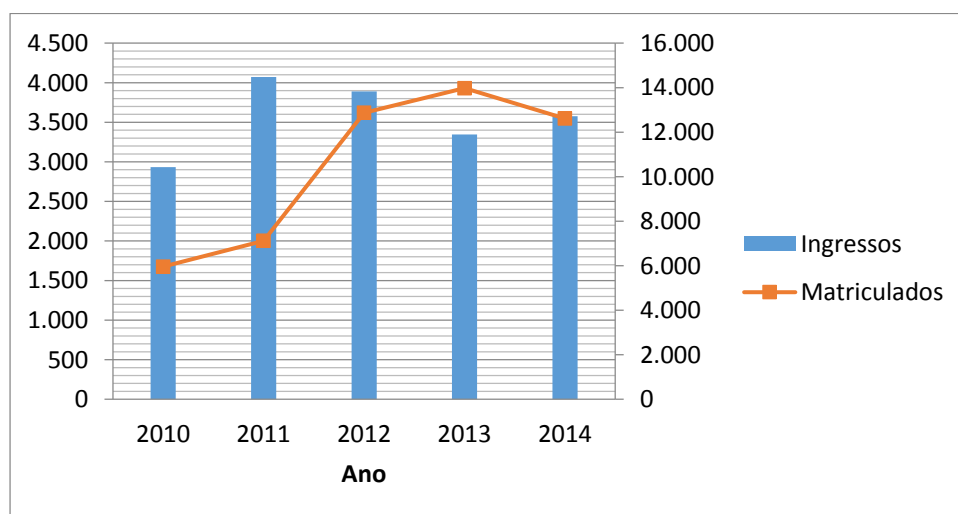
Alunos Matriculados

O indicador relação ingressos/aluno quantifica a taxa de ingressos em relação ao total de estudantes matriculados por ano na Instituição. Assim, o número de estudantes em cada ano corresponderá ao total de matrículas no mesmo ano. Ele também analisa a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

Sobre as matrículas, pode-se dizer que foram consideradas aquelas referentes ao período anterior, os ingressos do ano e as reativadas. O quantitativo de ingressos no cálculo considerou o número de ingressantes por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Na Figura 4 é apresentada uma análise comparativa sobre o quantitativo de ingressos e matriculados por ano.

Figura 4 - Gráfico comparativo sobre ingressos x aluno no IFTO por ano

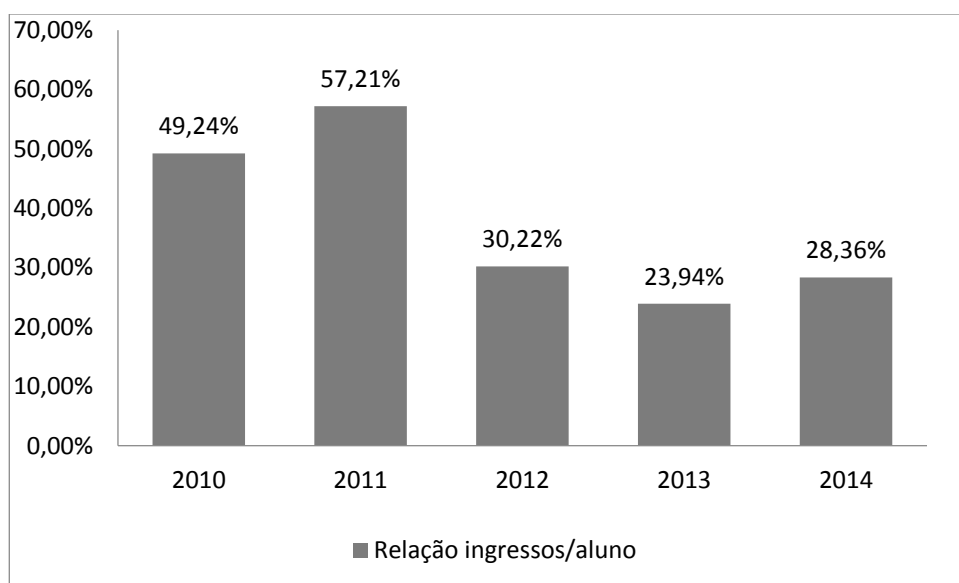


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise crítica da Figura 4, percebe-se que no ano de 2014 o IFTO teve um aumento no número de ingressos e uma redução no quantitativo de matriculados. O Instituto Federal do Tocantins recebeu 3.577 ingressantes e teve 12.613 matrículas realizadas durante o ano.

A Figura 5 mostra a relação ingressos/aluno.

Figura 5 - Gráfico da relação ingressos/aluno no IFTO por ano

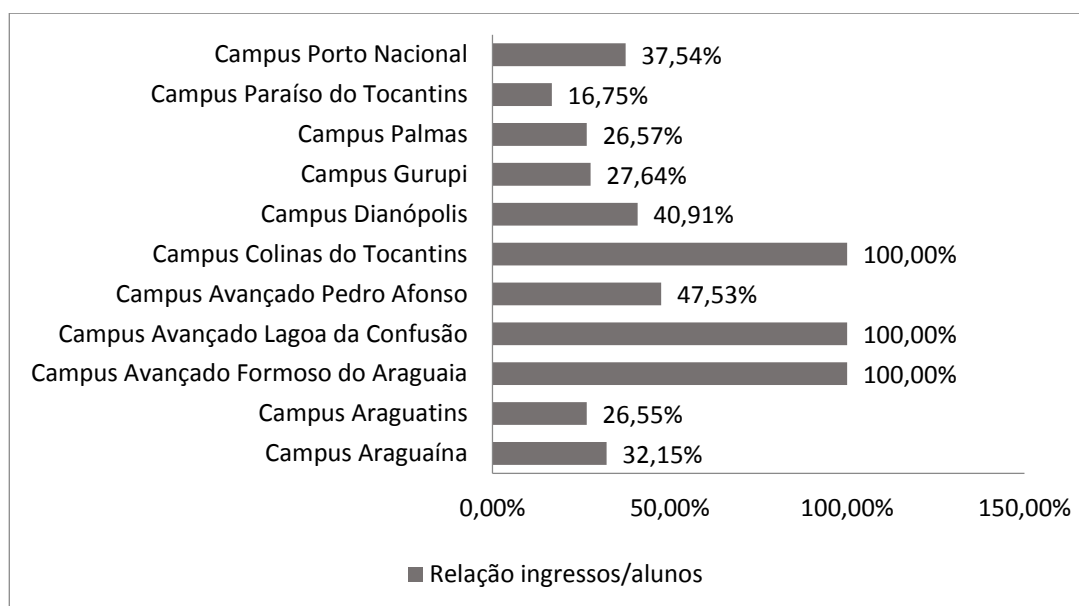


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Segundo a figura, a média do IFTO em 2014 foi de 28,36%, superior ao ano anterior.

Na Figura 6, observa-se a relação ingressos/aluno nos *campi* do IFTO.

Figura 6 - Gráfico da relação ingressos/aluno por *campus* no ano de 2014



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise do indicador por *campus*, nota-se que em alguns *campi* a relação foi superior ao do IFTO. Em destaque para o *campus* Colinas do Tocantins e os *campi* avançado Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia que atingiram a relação de 100%. A explicação para esse indicador foi em decorrência do quantitativo de registro de matriculados no Sistec ser o mesmo que o número de ingressantes, não tendo registro de estudantes evadidos, desligados e/ou transferidos.

1.1.3 Relação Concluintes / Aluno

OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

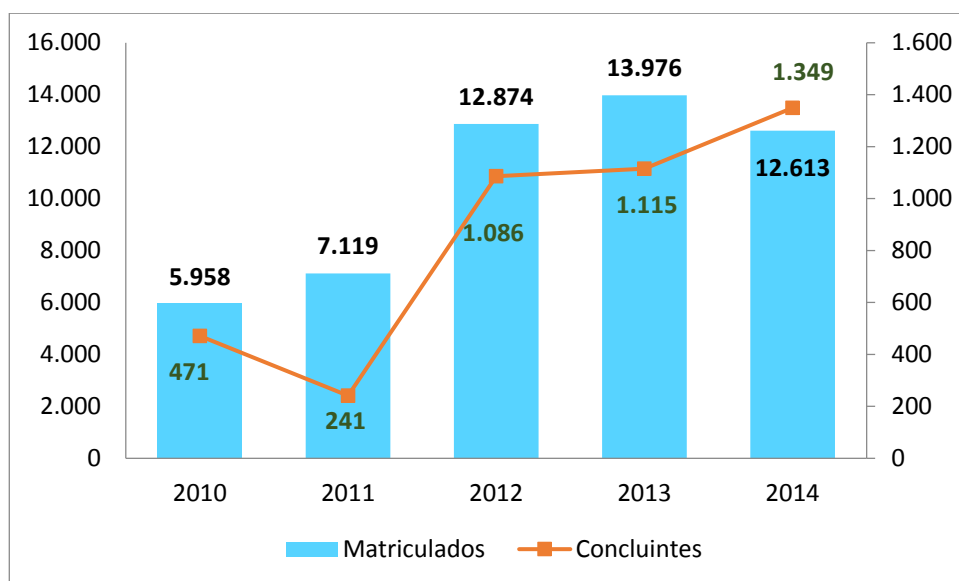
DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Nº de Concluintes (Manhã, Tarde, Noite, Integral, Total)} + \text{Nº de Integralizados}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

A Figura 7 retrata o quantitativo de concluintes e matriculados no IFTO por ano.

Figura 7 - Gráfico comparativo sobre concluintes x aluno no IFTO por ano

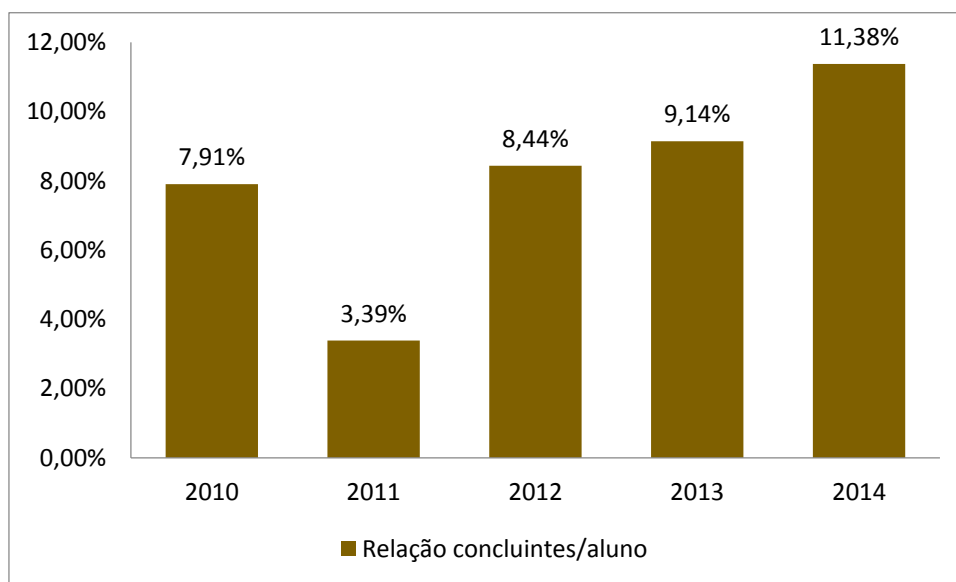


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na Figura 7, observa-se o contínuo crescimento, ao longo dos últimos três anos consecutivos, de estudantes na situação concluinte. Durante os cinco últimos anos, o Instituto teve um avanço significativo de número de formandos, especialmente no período de 2011 a 2012.

A Figura 8 apresenta a relação de concluintes/aluno. Esse cálculo considerou o quantitativo de concluintes e aqueles que estavam na fase de integralização escolar no ano de 2014.

Figura 8 - Gráfico da relação concluintes/aluno no IFTO por ano

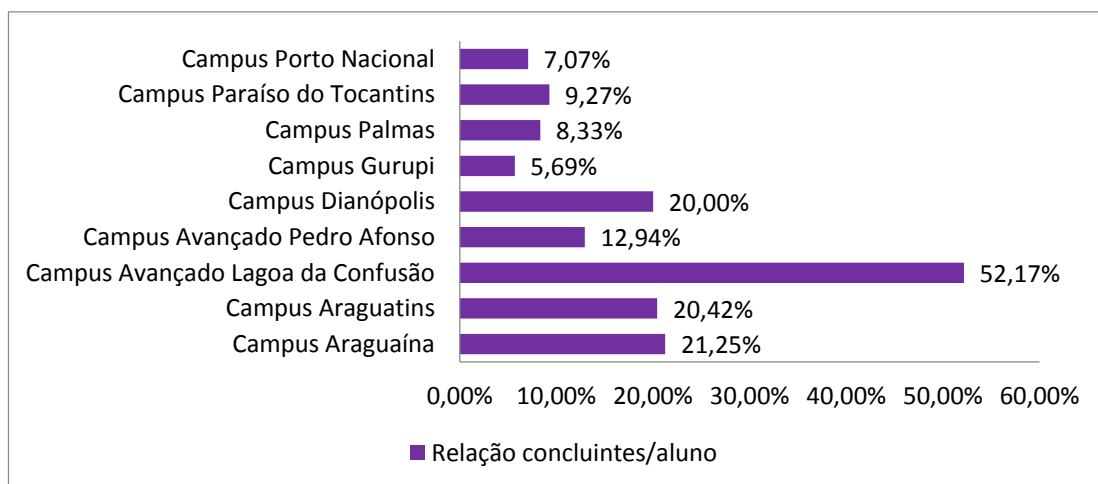


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na figura anterior, nota-se que no ano 2014 o Instituto Federal do Tocantins teve a sua melhor média se comparado aos últimos cinco anos. A relação concluintes/aluno neste ano foi de 11,38%.

A relação concluintes/aluno por *campus* pode ser observada na Figura 9.

Figura 9 - Gráfico da relação concluintes/aluno por *campus* no ano de 2014



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise da figura acima, o *campus* avançado Lagoa da Confusão teve a melhor média da Instituição, de 52,17%. A justificativa é que o *campus* avançado iniciou as atividades no ano de 2014 com a oferta de um único curso de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Cabe mencionar que na amostragem não foram apresentadas as informações do *campus* Colinas do Tocantins e do *campus* avançado Formoso do Araguaia, pois não houve alunos concluintes em 2014, não sendo possível calcular o indicador.

1.1.4 Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes

OBJETIVO: Quantificar a eficiência das Instituições.

DEFINIÇÕES: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

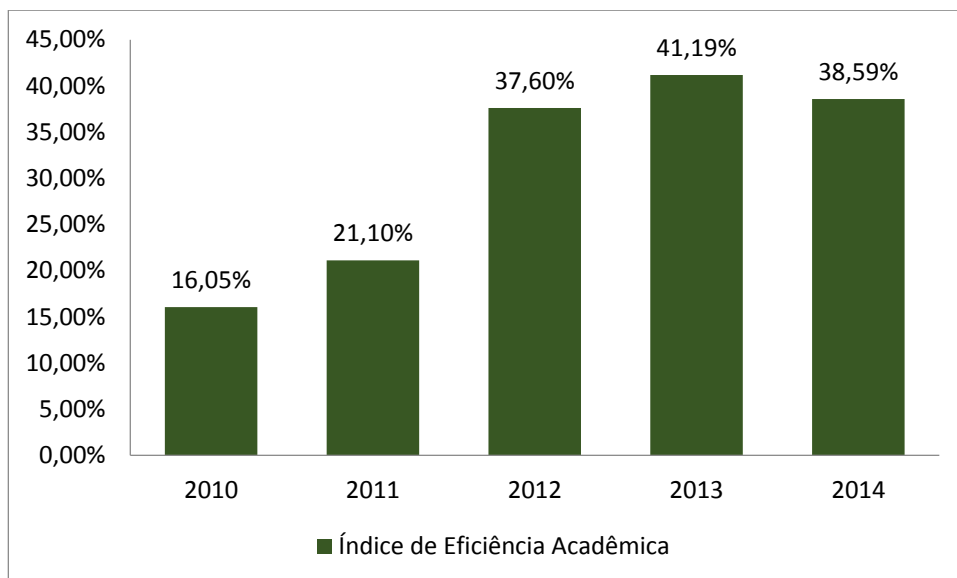
MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{\Sigma \text{N}^\circ \text{ de concluintes}}{\Sigma \text{N}^\circ \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$$

Por meio deste indicador é possível verificar se o IFTO obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em períodos equivalentes.

A Figura 10 traz o índice de eficiência acadêmica nos últimos cinco anos.

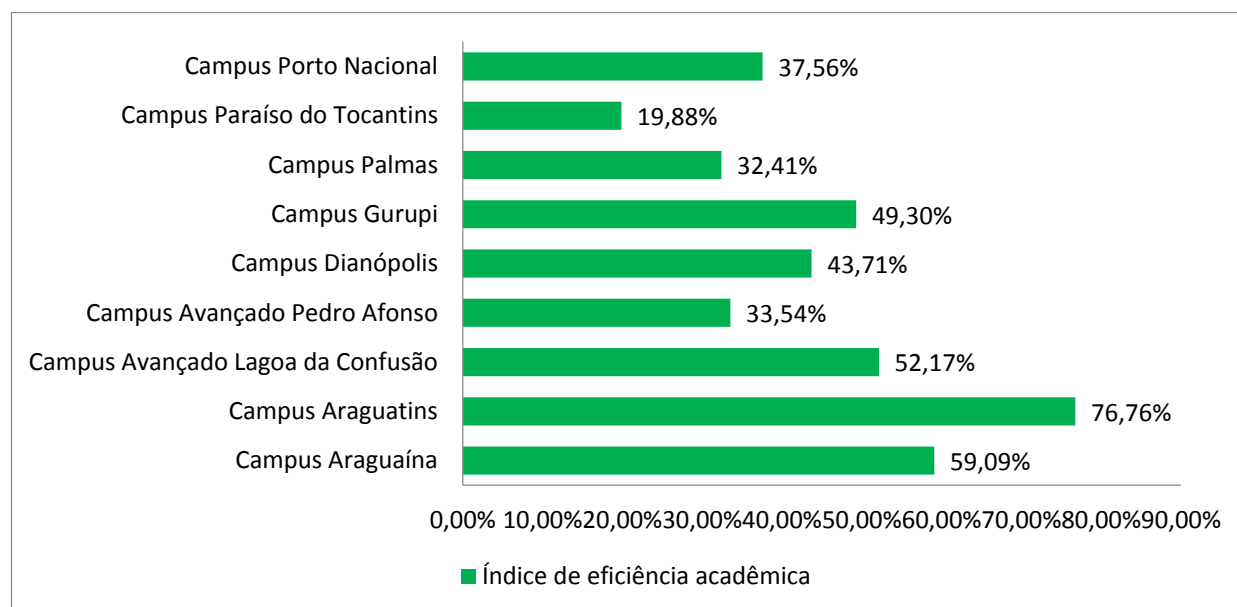
Figura 10 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica do IFTO por ano



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Segundo a figura acima, a média do IFTO em 2014 foi de 38,59%. Já no indicador por *campus*, observam-se algumas diferenças entre eles, conforme Figura 11.

Figura 11 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica por *campus* no ano de 2014



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Pela análise da figura anterior, muitos *campi* ficaram acima da média da Instituição no ano de 2014. O *campus* Colinas do Tocantins e o *campus* avançado Formoso do Araguaia não aparecem no gráfico, pois não foi possível calcular o indicador pela falta de quantitativo nos seguintes componentes: concluinte, integralizado, evadido, desligado e/ou transferido.

1.1.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar

OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

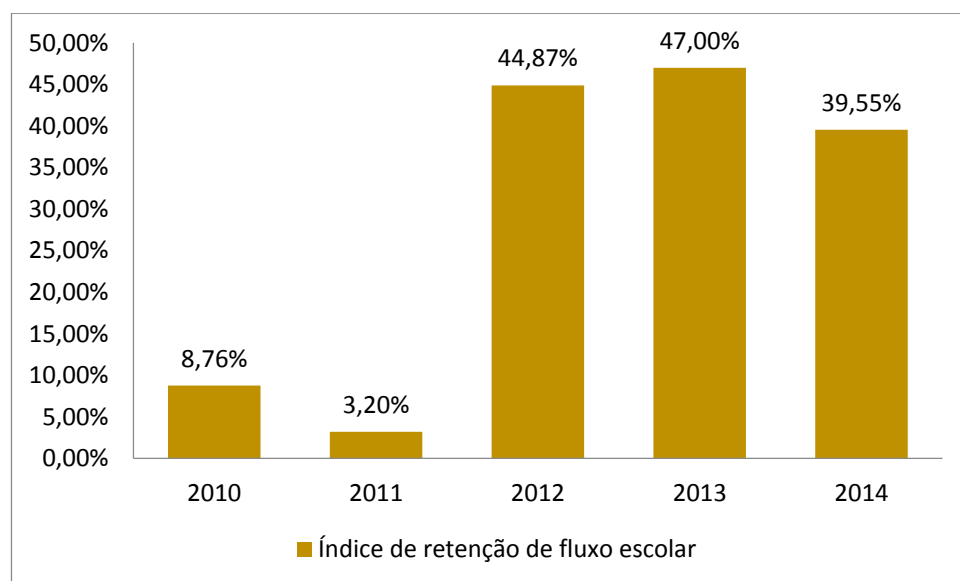
DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

A Figura 12 apresenta o índice de retenção do IFTO nos últimos cinco anos.

Figura 12 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar do IFTO por ano

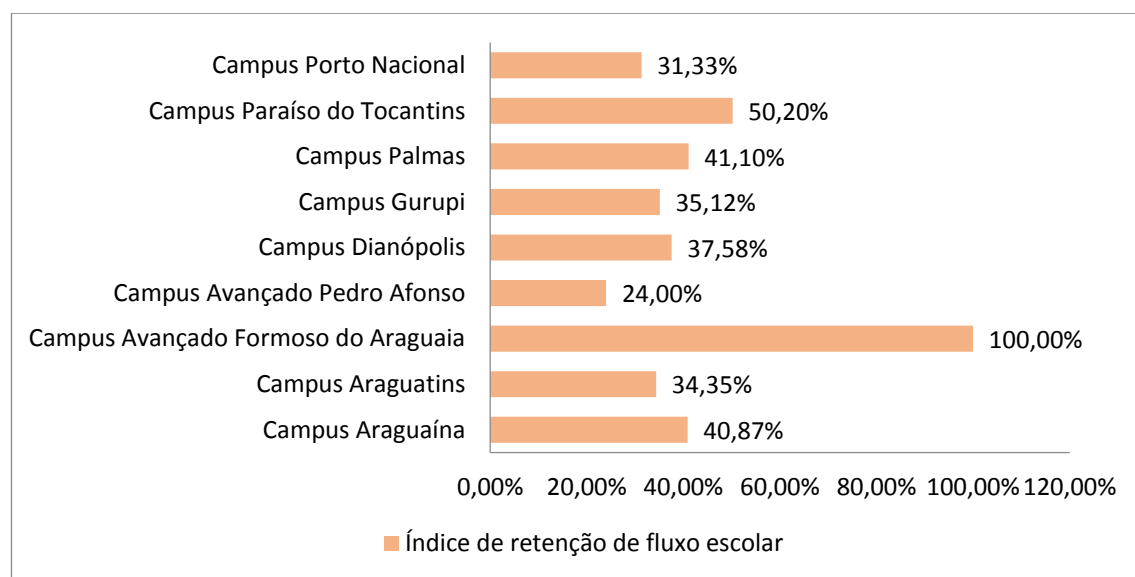


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Na análise do índice de retenção do fluxo escolar do IFTO, observa-se que em 2014 o índice chegou a 39,55%, mas comparado ao ano anterior, houve uma redução de quase 8%.

Na figura 13 destaca-se o índice de retenção do fluxo escolar por *campus* no ano de 2014:

Figura 13 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar por *campus* em 2014



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Em alguns *campi* os índices de retenção do fluxo escolar ficaram abaixo da média e em outros, superior à média obtida pelo IFTO. Em especial atenção, o *campus* avançado Formoso do Araguaia que obteve o índice de 100%.

A explicação para tal indicador foi pelo fato de o ciclo de matrícula ter finalizado em 5 de dezembro de 2014 e o registro das situações dos estudantes (concluintes e evadidos) ocorreram no mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo, no mês de janeiro de 2015.

O *campus* Colinas do Tocantins e o *campus* avançado Lagoa da Confusão não apareceram no gráfico pela ausência de estudantes retidos em 2014, não sendo possível calcular o indicador.

1.1.6 Relação Alunos/Docente em Tempo Integral

OBJETIVO: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. O docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).

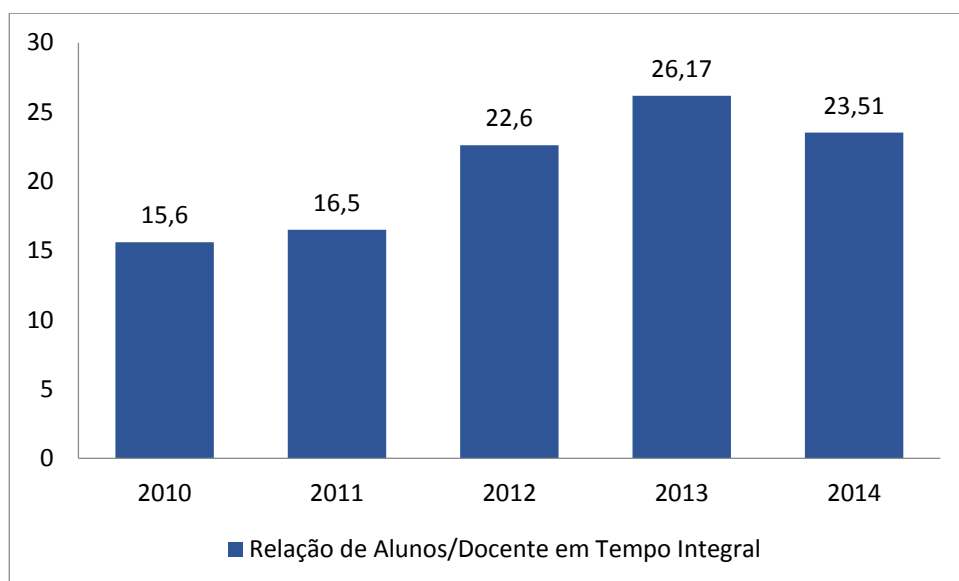
MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação = $\frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$

Número de Docentes

A Figura 14 traz a relação de alunos/docentes por tempo integral nos últimos cinco anos.

Figura 14 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral do IFTO por ano

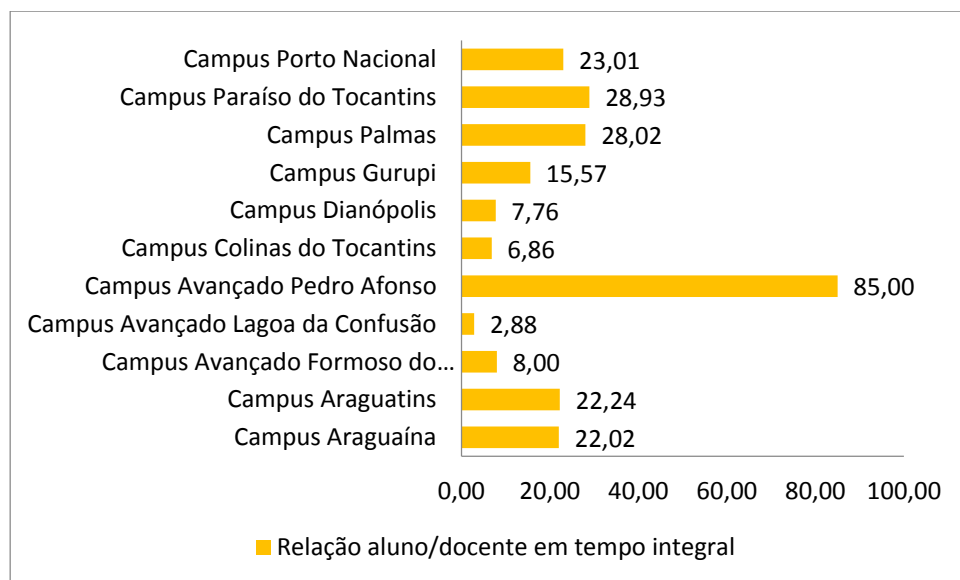


FONTE: SISTEC/SETEC/2015

No cálculo do indicador alunos/docente em tempo integral, no ano de 2014, o IFTO obteve a média de 23,51, conforme exposto na figura anterior.

Já a Figura 14 apresenta a relação alunos/docentes em tempo integral por *campus* no ano de 2014.

Figura 15 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral por *campus* em 2014



FONTE: SISTEC/SETEC/2015

Em alguns *campi* os índices ficaram superiores a média obtida pelo IFTO no ano de 2014. Em especial atenção, o *campus* avançado Pedro Afonso que obteve a relação 85 estudantes por docente em tempo integral. A justificativa para essa relação é pelo fato da implantação do *campus* em 2014 por meio de doação do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, com o recebimento dos estudantes

providos desta instituição. Somente depois foi realizado concurso para professores efetivos atuarem no *campus* avançado.

***SOCIOECONÔMICOS:**

Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Faixa de renda	2014	2013	2012	2011
0 < RFPC ≤ 0,5 SM	1050	1.504	2.620	1.078
0,5 < RFPC ≤ 1 SM	914	2.362		
1 < RFPC ≤ 1,5 SM	1034		1.159	906
1,5 < RFPC ≤ 2 SM	469	853		
2 < RFPC ≤ 2,5 SM	609	669		
2,5 < RFPC ≤ 3 SM	213			
3 SM ≤ RFPC	1181	923	333	569
Não declararam /Não informaram	7.143	5.743	109	
Observações:				
a) As células mescladas indicam faixas de renda maiores que as determinadas na primeira coluna.				
b) RFPC: Renda Familiar Per Capita.				

14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

PESQUISA

A Pesquisa no IFTO

Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição

Os projetos de pesquisa realizados no IFTO para serem institucionalizados devem ser cadastrados e tem suas normas regidas pelo Regulamento para Cadastro de Projetos de Pesquisa, aprovado pela resolução do Conselho Superior nº 12 de 31 de outubro de 2011. Este procedimento é obrigatório para os pesquisadores que desejam concorrer aos editais da PROPI, e deve ser feito de forma antecipada. Atualmente o IFTO conta com 145 projetos de pesquisa em andamento, a sua maioria na área de ciências

agrárias com 45 projetos, seguidos pela área de ciências exatas e da terra com 32 projetos cadastrados no âmbito do IFTO (Gráfico 1).

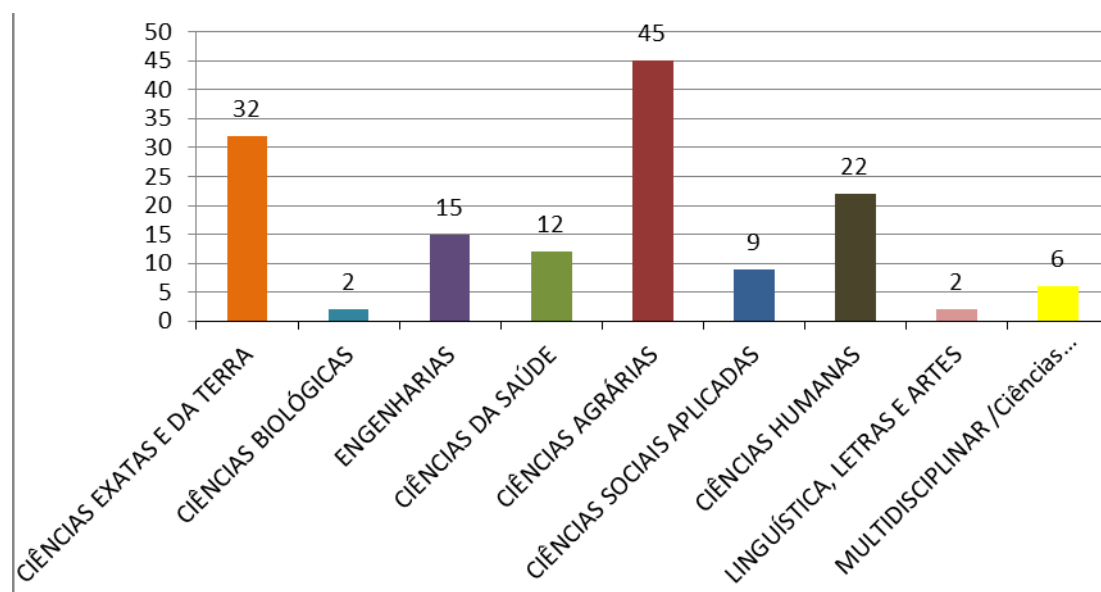


Gráfico 1: Projetos de Pesquisa no IFTO por área do conhecimento.

Tabela 1: Projetos de pesquisa cadastrados no IFTO por *Campus* e área de conhecimento.

	CAMPUS							
ÁREA DO CONHECIMENTO	ARAGUAÍNA	ARAGUATINS	DIANÓPOLIS	GURUPI	PALMAS	PORTO NACIONAL	PARAÍSO DO TOCANTINS	TOTAL
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	10	4	3	0	5	5	5	32
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	1	0	0	0	0	0	2
ENGENHARIAS	0	0	0	0	15	0	0	15
CIÊNCIAS DA SAÚDE	7	0	0	0	5	0	0	12
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	0	11	8	9	17		0	45
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	0	0	2	5	0	2	9
CIÊNCIAS HUMANAS	10	3	2	1	2	3	1	22
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	0	0	0	0	2	0	0	2
MULTIDISCIPLINAR /Ciências Ambientais	0	0	0	0	0	6	0	6
TOTAL/CAMPUS	28	19	13	12	51	14	8	
		TOTAL GERAL DE PROJETOS CADASTRADOS NO IFTO						145

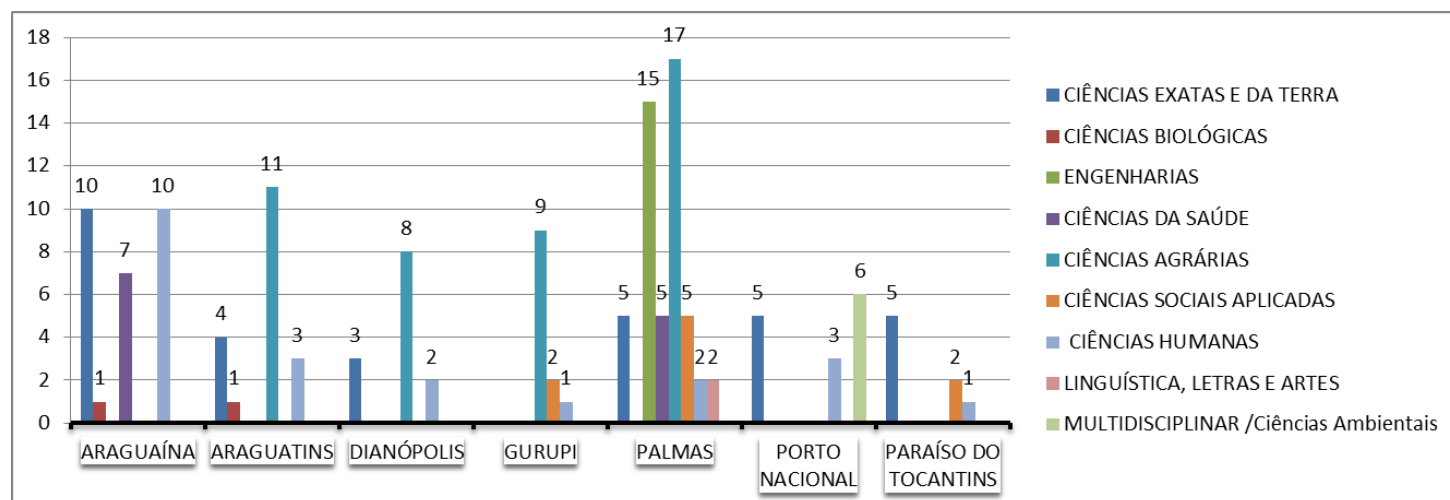


Gráfico 2: Projetos cadastrados por área de conhecimento e *Campus* do IFTO.

Grupos de Pesquisa

O Instituto Federal também organiza seus pesquisadores a partir de núcleos de pesquisa, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que articulam suas atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e pós-graduação.

A Criação de Grupos de Pesquisa no IFTO é um procedimento realizado em fluxo contínuo, regulamentada pela Resolução nº 15/2011/Conselho superior/IFTO de 31 de outubro de 2011.

Em 2014 o IFTO contava com 40 grupos na situação certificados ou em preenchimento (Gráfico 3).

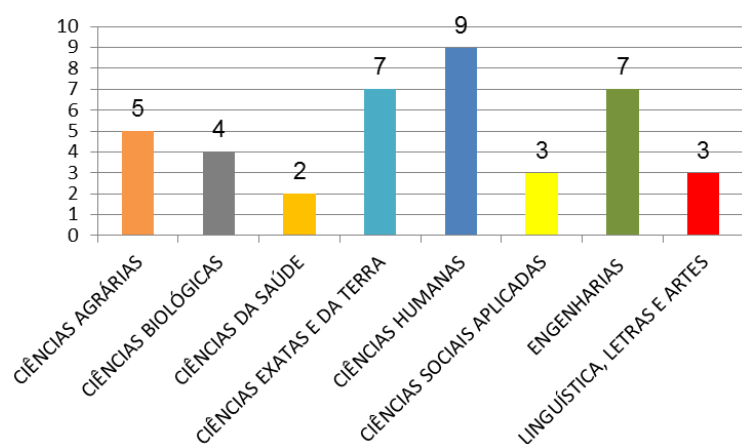


Gráfico 3: Grupos de pesquisa por grande área do conhecimento.

No Gráfico 4 são apresentados os quantitativos de grupos de pesquisa por *Campus* do IFTO:

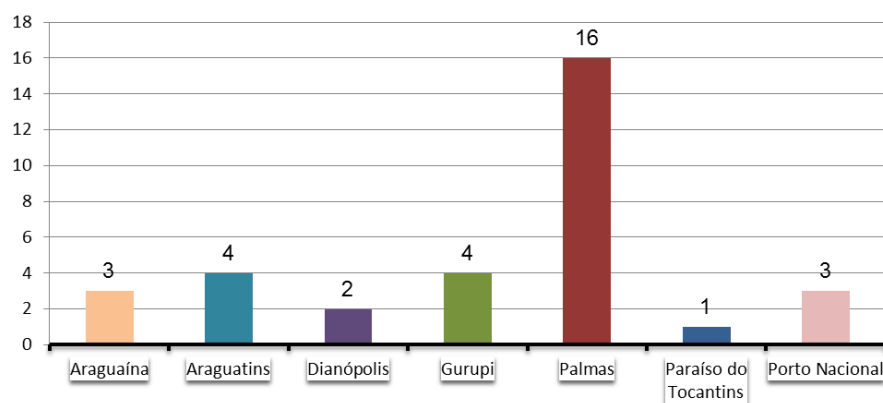


Gráfico 4: Grupos de pesquisa por *Campus*.

Em relação à titulação dos líderes de grupo, temos a sua maioria liderada por mestres:

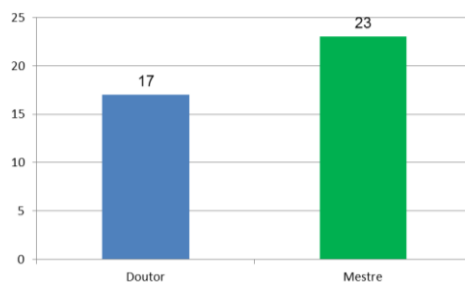


Gráfico 5: Titulação dos Líderes de grupos de pesquisa.

Programa de Apoio à Pesquisa - PAP

O Programa de Apoio à Pesquisa foi estabelecido em 2012 e tem a finalidade de estabelecer critérios e procedimentos para o fomento de Projetos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (PAP/IFTO). O Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO - RESOLUÇÃO nº. 16/2012/CONSUP/IFTO foi aprovado em 05 de março de 2012 pelo Conselho Superior do IFTO. Os itens seguintes deste relatório apresentam as modalidades ofertadas no ano de 2014 e as propostas contempladas.

Bolsas de Pesquisa Aplicada em Arranjos Produtos Locais – PAP/APL

Objetivo: Selecionar projetos de pesquisa que envolva o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Estado do Tocantins. Os projetos devem estar relacionados a questões como: inovação em processos de gestão, redução de custos, comercialização, estabelecimento de marcas, melhoria e agregação de valor aos produtos, redução de impactos ambientais e implementação de sistemas e parcerias para a certificação de produtos.

Estão em execução no IFTO 19 projetos relacionados aos APLs, a saber:

Diversidade de moscas-das-frutas (*diptera, tephritidae*) no município de Araguatins, Tocantins.

Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas implicações no desenvolvimento local: o caso de Araguatins – TO.

Quilombolas no Norte do estado do Tocantins, Brasil: composição genética, história demográfica e saúde.

Integ-net: integrando dispositivos em redes sem fio heterogêneas.

A comercialização da produção de banana do polo de fruticultura irrigada São João, Porto nacional - TO: a potencialidade do mercado de Palmas – TO.

O diagnóstico e o grau tecnológico da banana no polo de fruticultura irrigada São João, Porto nacional, Tocantins.

Análise da cadeia produtiva de hortaliças folhosas na região de Palmas - TO.

Análise da dinâmica de margens de comercialização agrícola da bananicultura no centro do Tocantins.

Arranjos produtivos locais do turismo no âmbito da economia criativa e negócios sociais no município de Palmas - Tocantins.

Hospitalidade em Palmas a partir do comportamento dos agentes.

Desenvolvimento de kit didático de automação residencial para ensino e treinamento usando Arduino.

Proposta de medidas de redução do consumo da água para produtores agrícolas no entorno do projeto de irrigação Manoel Alves – TO.

Comprometimento da Aderência Bloco Cerâmico/Argamassa frente à Utilização de Aditivos Tensoativos, Diferentes Perfis de Absorção de Água dos Blocos e Diferentes Condições de Preparo dos Substratos.

Circulação Enzoótica de *Leishmania* spp. em Fragmentos Florestais Urbanos de uma Capital Brasileira Planejada ou Dinâmica de Transmissão de *leishmania* spp. em Fragmentos Florestais Urbanos de uma Capital Brasileira Planejada: Palmas.

Estudo de Viabilidade do Cultivo da Cebola (*Allium cepa* L.) na Região de Dianópolis - TO

Potencialidades e Entraves ao Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Pirarucu (Arapaima gigas) no Estado do Tocantins.

Criando sua Primeira Pagina Web.

Educação a Distância e o Mundo do Trabalho: Quais os Caminhos dos Egressos do Ciclo 2011-2013 do Curso Técnico em Agroecologia do *Campus* Palmas do IFTO.

Capacitando em Turismo para o Bem Receber: Plano de Desenvolvimento da APL de Turismo do Jalapão - Mateiros - TO.

Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Inovação – PAP/PQ

Objetivo: Incentivar o pesquisador doutor com relevante produção Científica e Tecnológica e/ou de Inovação, em todas as áreas do conhecimento, no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, a fim de contribuir para o desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, bem como sua inserção em futuros programas de Pós-graduação stricto sensu da Instituição. No ano de 2014 cinco pesquisadores doutores receberam bolsas de produtividade em pesquisa e estão com projetos e execução, sendo:

Desenvolvimento de Processo de Monitoramento do Efeito da Adubação Nitrogenada da *Brachiaria Brizantha* cv. Marandu por Meio do Uso de Sensor Óptico Ativo; Sabino Pereira da Silva Neto – *Campus* Gurupi.

Aleurocanthus woglumi Ashby e Cigarrinhas-das-Pastagens: Ocorrência, Análise Faunística e Efeito de Fragmento Florestal - Bases para Implantação e Desenvolvimento do Controle Biológico no Extremo Norte do Tocantins; Robson José da Silva – *Campus* Araguatins.

Construção do Acervo Audiovisual da Língua Falada no Tocantins; Daniel Marra da Silva – *Campus* Palmas.

Indicação de Procedência: Alternativa Sustentável para a Produção de Frutas no Sudeste do Estado do Tocantins; Eduardo Carvalho Dias – *Campus* Dianópolis.

Desenvolvimento de Filtro Fotoquímico para Tratamento ER de Resultantes do Processo de Lavagem de Roupas (Águas Cinzas); Paulo dos Santos Batista – *Campus* Palmas.

Estruturação de grupos de pesquisa – PAP/EGP

Objetivo: Seleção de grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins para a concessão de recursos financeiros destinados a investimentos em pesquisas realizadas na instituição, a ser utilizado até 25 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto no Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP-IFTO (Resolução Nº16/2012/CONSUP/IFTO).

Em 2014 o Núcleo de Pesquisa Aplicada em Piscicultura, sob a liderança do Prof. Alysson Soares da Rocha com a proposta **Extrato de Óleo Vegetal na Alimentação de Juvenis de Tambaqui (*Colossoma Macropomum*, CURVIER 1836)**, foi contemplado nesta modalidade.

Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Intervenção Tecnológica – PAP/INOVA.

Objetivo: Selecionar propostas para apoio financeiro às ações de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Estado do Tocantins para apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (aqui designadas como instituições parceiras) alinhado às características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 2014, a proposta **VASA: Veículo Aéreo Sempre Alerta**, sob a coordenação do pesquisador Cláudio Monteiro de Castro/ *Campus* Palmas, foi contemplada nesta modalidade.

Programa de Iniciação Científica 2014-2015 – PIC/IFTO

Regulamenta as atividades de Iniciação Científica do IFTO, regendo a concessão de bolsas de Iniciação Científica disponibilizadas pelo IFTO e por outras instituições de apoio a pesquisa. O programa oportuniza o engajamento do acadêmico à comunidade científica, permitindo aprender na prática a desenvolver pesquisas de maneira criteriosa e sob permanente avaliação.

Anualmente a PROPI apresenta ao Colégio de Dirigentes do IFTO a proposta de oferta de bolsas por *Campus* nas diversas modalidades. Em 2014 a distribuição por modalidades nos *Campi* foi estabelecida conforme Tabela 2. As bolsas do CNPq são ofertadas em regime de ampla concorrência:

Tabela 2: Modalidades de bolsas Ofertadas pelo PIC-IFTO e CNPq.

MODALIDADE	ARAGUAÍNA	ARAGUATINS	DIANÓPOLIS	GURUPI	PALMAS	PORTO NACIONAL	PARAÍSO DO TOCANTINS	COTAS CNPq
PIBIC	-	07	-	03	10	04	05	6

PIBIC-AF	-	-	-	-	-	-	-	2
PIBITI	-	03	-	-	5	03	05	7
PIBITI - FUNTTEL	-	-	-	-	-	-	-	3
ICJ	10	05	10	08	10	04	10	-
PIBIC-EM	-	-	-	-	-	-	-	40

PÓS-GRADUAÇÃO

Afastamento para Capacitação

A Instituição incentiva a capacitação garantindo aos docentes afastar-se de suas atividades para a realização de cursos de Pós-Graduação, conforme o artigo 22 do regulamento:

Os afastamentos para cursos de Pós Graduação [...], serão concedidos ao corpo docente do IFTO, desde que haja remanejamento que possibilite a continuidade dos trabalhos pedagógicos, ou quando houver a existência de recursos orçamentários disponíveis para a contratação de substituto, fixando em no máximo 10% do quadro de cada unidade o limite para contratação de substituto para esta modalidade de afastamento.

A Tabela a seguir apresenta o nome dos servidores por *Campus* que ficaram afastados para capacitação em 2014. Observa-se que 64 servidores foram beneficiados com esta concessão, sendo 36 para capacitação em nível de doutorado e 27 para mestrado.

Tabela 3: Relação de servidores do IFTO afastados para capacitação nos níveis Mestrado e Doutorado.

UNIDADE	Nº DE DOCENTES	Nº TAEs
Araguaína	06	01
Araguatins	04	04
Colinas do Tocantins	01	-x-
Dianópolis	01	-x-

Gurupi	06	01
Lagoa da Confusão	-x-	-x-
Palmas	23	01
Paraíso do Tocantins	11	-x-
Pedro Afonso	-x-	-x-
Porto Nacional	04	01
Reitoria	-x-	-x-

Outra maneira de estimular a capacitação é concedendo bolsas de estudo e reembolso de mensalidades, o que é regulamentado no IFTO pelo programa Pró - qualificar, Resolução nº 42/2012 CONSUP/IFTO. No ano de 2014, 31 servidores foram contemplados com esse auxílio sendo distribuídos da seguinte forma:

Bolsas para doutorado: 13

Bolsas para mestrado: 19

Bolsa para especialização: 01

Bolsas para graduação: 05

Reembolso para doutorado: 01

Reembolso para especializações: 03

A seguir apresenta-se o quantitativo de servidores que estão em capacitação sem afastamento:

Tabela 4: Relação de servidores do IFTO em capacitação nos níveis Mestrado e Doutorado sem afastamento.

UNIDADE	Nº DE PROFESSORES	Nº TAEs
Araguaína	14	-x-
Araguatins	18	06
Colinas do Tocantins	-x-	-x-
Dianópolis	06	-x-
Gurupi	04	04
Lagoa da Confusão	02	01

Palmas	67	-x-
Paraíso do Tocantins	15	03
Pedro Afonso	07	-x-
Porto Nacional	22	-x-
Reitoria	-x-	10

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Cursos em andamento

Telemática

O curso de Pós-Graduação em Telemática é oferecido pelo *Campus* Palmas, com aulas regulares de segunda a sexta e em 2014 lançou novo edital de processo seletivo. Foram ofertadas 30 vagas, porém 15 foram aprovados no processo seletivo. O início das aulas está previsto para 09 de fevereiro de 2015.

Gestão Ambiental

O curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental é oferecido pelo *Campus* de Paraíso do Tocantins e tem como objetivo capacitar profissionais de todas as áreas de formação para a gestão ambiental de atividades, projetos e programas, tanto do setor privado, quanto de órgãos governamentais e desenvolver uma abordagem interdisciplinar e holística da questão ambiental, visando uma perspectiva integrada da gestão do meio ambiente. No ano de 2014 o curso não realizou nova seleção e alguns estudantes ainda não apresentaram o Trabalho de Conclusão de Curso.

Docência na Educação Profissional e Tecnológica

O curso, ofertado pelo *Campus* Porto Nacional encerrou os trabalhos no segundo semestre do ano de 2014 e não foi ofertada uma nova turma.

Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

A Diretoria de Pós-Graduação participou por meio de comissão da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação lato sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos a ser ofertado através da EaD pelo Campus Gurupi e nos polos de Gurupi, Palmas, Palmeirópolis e Tocantinópolis. O mesmo foi fomentado pela SETEC através da disponibilização de recursos na matriz orçamentária de 2013 para material de consumo e auxílio financeiro aos estudantes. Esta diretoria realizou também o encaminhamento ao Conselho Superior para aprovação do curso e à SETEC para aprovação e liberação das bolsas para tutores e professores. Disponibilizou-se 100 vagas para o curso. A seleção de alunos, tutores e professores ocorreu em outubro e as aulas iniciaram em novembro de 2013. O curso se estendeu durante o ano de 2014. Em dezembro de 2014 foi solicitada à SETEC a renovação de disponibilização de recursos para dar continuidade e encerrar o curso no ano de 2015.

Educação de Jovens e Adultos na Diversidade

A Diretoria de Pós-Graduação participou por meio de comissão da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade a ser ofertado através da EaD pelo *Campus* Paraíso do Tocantins e nos polos de Araguatins, Colinas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. O mesmo nasceu a partir de orientações da SECADI, com o objetivo fomentar a capacitação de profissionais da educação (educadores) para atuarem nos sistemas públicos de ensino. O projeto foi encaminhado para aprovação do Conselho Superior e para a SECADI para a liberação do recurso e bolsas, o qual aprovou com algumas adequações que estão sendo realizadas. Entretanto o curso não foi ofertado no ano de 2014, pois a liberação da verba pela SECADI deverá ocorrer apenas no primeiro semestre de 2015.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Proposta de cursos

No primeiro semestre de 2014 a Diretoria de Pós Graduação acompanhou as adequações realizadas na proposta do curso de Mestrado em Engenharia Elétrica e enviou novamente para apreciação da CAPES. Juntamente com as adequações realizadas nessa proposta, o IFTO enviou mais duas propostas, sendo uma para um Mestrado Acadêmico em Agricultura Tropical Sustentável para ser ofertado pelo *Campus* Araguatins e um Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural Sustentável a ser ofertado pelo *Campus* Dianópolis.

No final do ano de 2014 a CAPES divulgou os resultados das avaliações realizadas pelas comissões técnicas. Todos os cursos receberam nota 1 nas avaliações. Dentre as principais colocações constam: falta de maturidade acadêmica do corpo docente, falta de produção científica e intelectual do corpo docente, falta de publicações em revistas *qualis* “A” e “B”, falta de infraestrutura adequada para a realização do curso.

Concessão de Bolsas do Novo Prodoutoral - CAPES

No ano de 2014 o IFTO foi contemplado com cinco bolsas do programa Novo Prodoutoral que oferece bolsas e auxílio moradia para estudantes em nível de doutorado. A portaria 688/2014/REITORIA/IFTO designou a Comissão Gestora do Programa que foi responsável pela realização do processo seletivo dos candidatos. Em ofício enviado pela CAPES foram eleitas as seguintes áreas prioritárias: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia Geral, Biotecnologia, Botânica, Ciência da Computação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais e Engenharia Civil. Nove doutorandos se inscreveram no processo seletivo para as cinco vagas ofertadas. A seguir apresenta-se o resultado do processo seletivo:

Tabela 5: Resultado do Processo Seletivo para Concessão de Bolsas do Novo Prodoutoral – CAPES

NOME	SITUAÇÃO
Rejane Freitas Benevides Almeida	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia

Sabrina Guimarães Paiva	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia
Claudia da Silva Aguiar Rezende	Aprovada – bolsa
Kallyana Moraes de Carvalho	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia
Josafá Carvalho Aguiar	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia
Márcio Augusto Tamashiro	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia
Flávio Rooney Evangelista Barbosa	Aprovada – bolsa e auxílio-moradia

Fonte: Edital de processo seletivo – Resultado Final

Panorama geral da titulação dos servidores do IFTO

O Gráfico 6 apresenta a titulação dos docentes do IFTO por *campus* em quantidade de docentes por titulação, bem como o quantitativo total do IFTO.

O Gráfico 7 apresenta o número total de docentes em capacitação por *campus* e no IFTO.

Os Gráficos 8 e 9 apresentam as mesmas informações com relação aos servidores Técnicos Administrativos Educacionais (TAEs).

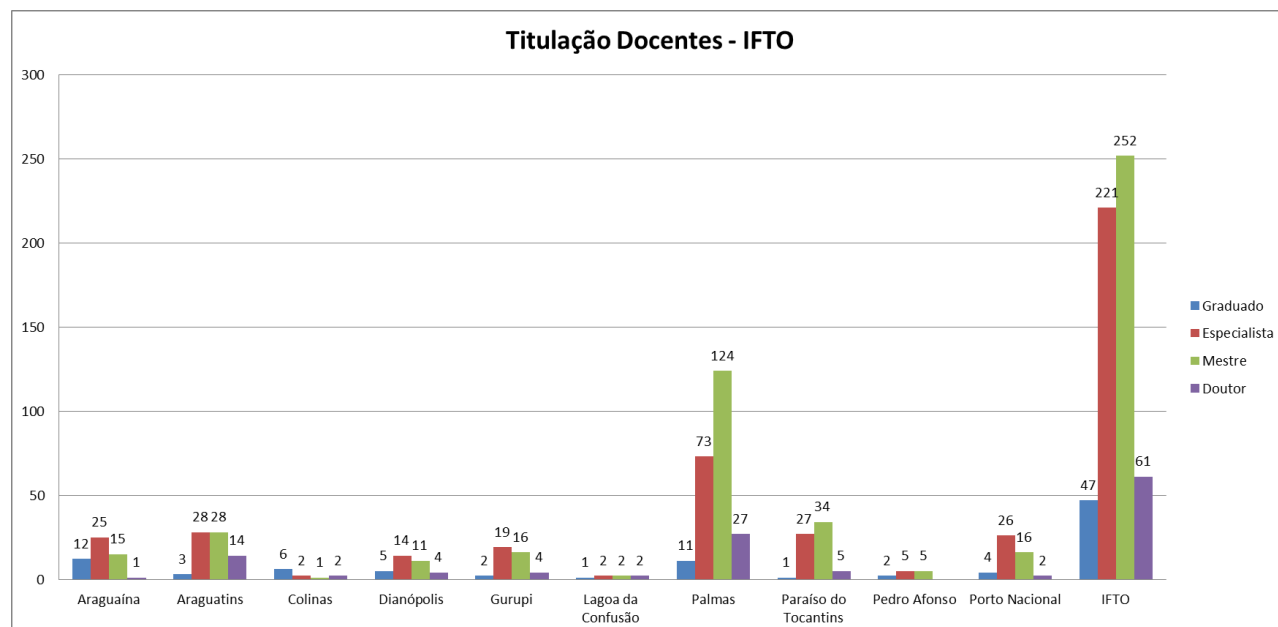


Gráfico 6: Titulação do Corpo Docente do IFTO por *Campus*.

Fonte: Documentos IFTO

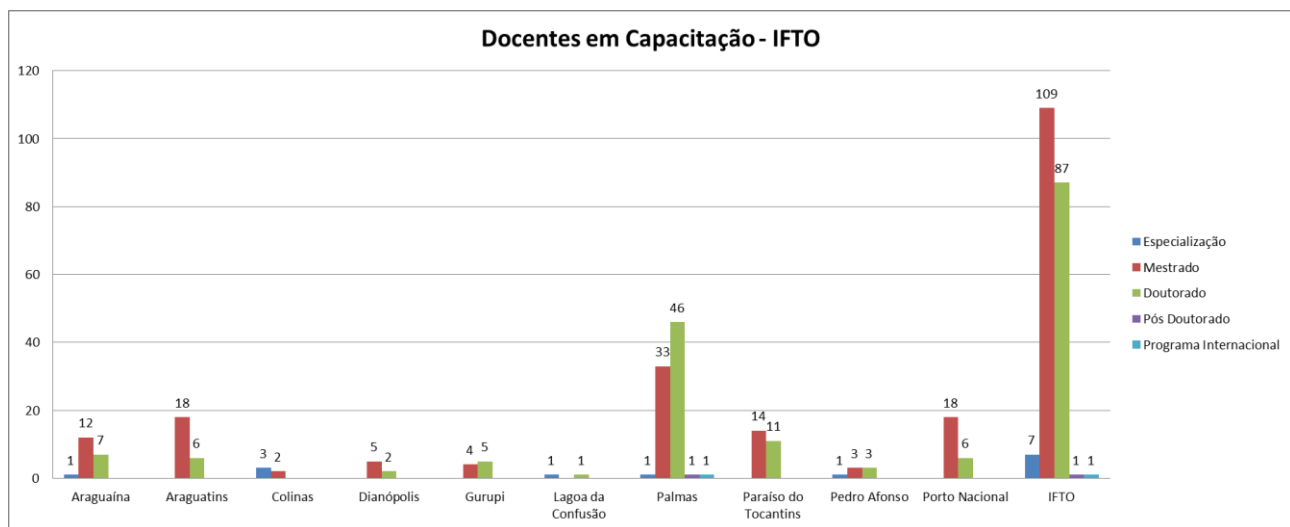


Gráfico 7: Docentes em Capacitação – IFTO por *Campus*.

Fonte: Documentos IFTO

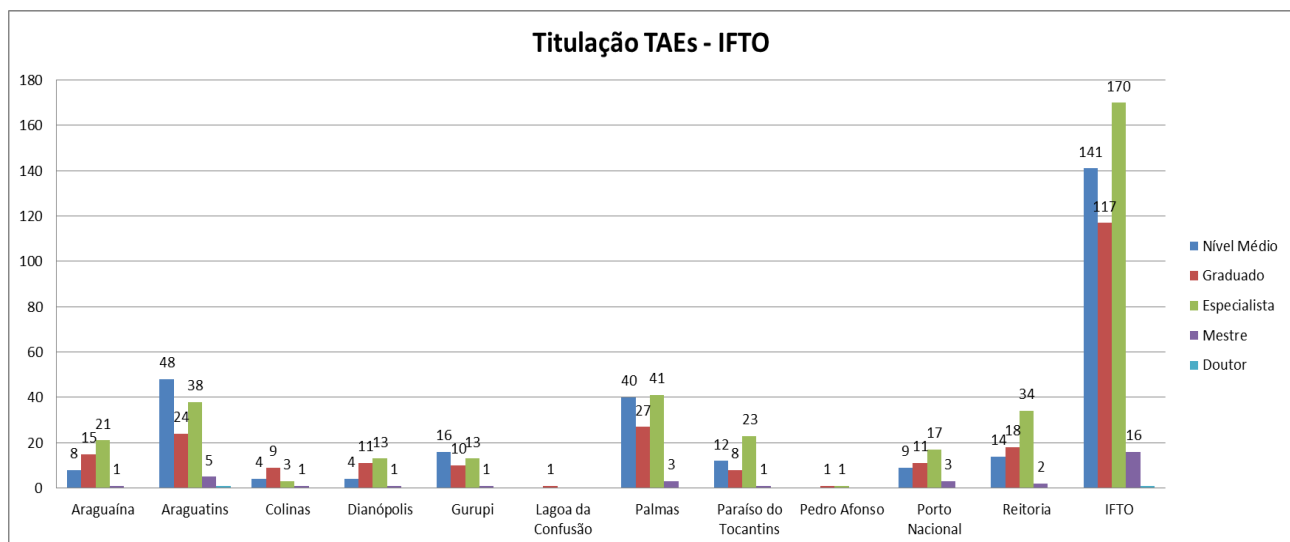


Gráfico 8: Titulação do Corpo Técnico Administrativo Educacional por Unidade do IFTO.

Fonte: Documentos IFTO

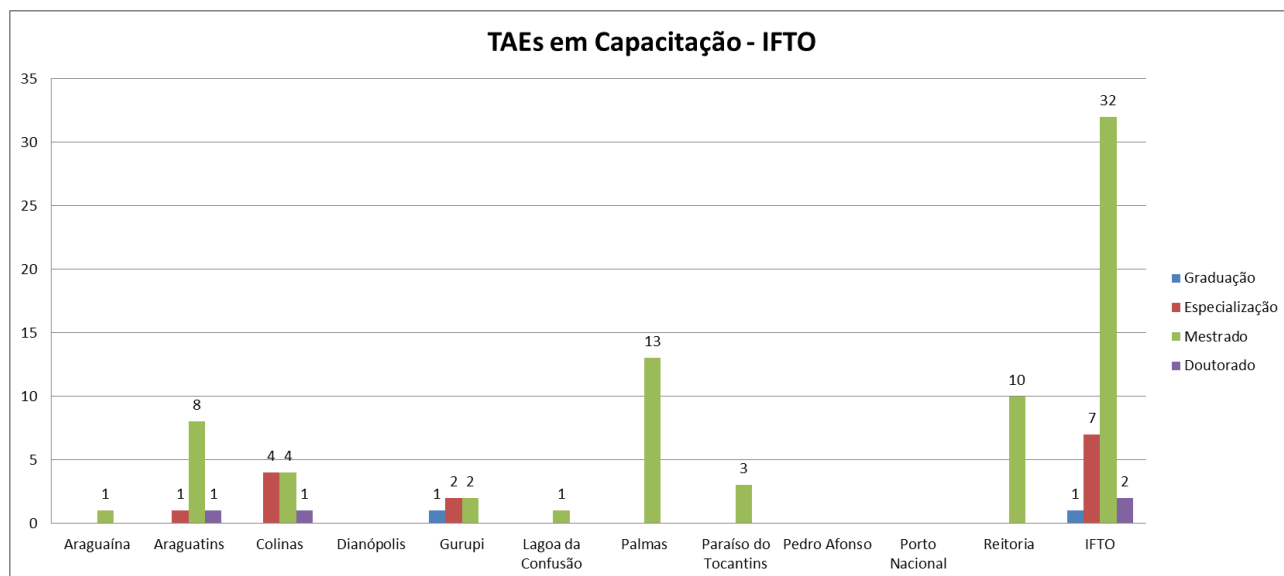


Gráfico 9: Técnicos Administrativos Educacionais em Capacitação por Unidade do IFTO.

Fonte: Documentos IFTO

O Gráfico 10 apresenta a titulação do corpo docente do IFTO em porcentagem, enquanto o Gráfico 11 apresenta a mesma informação com relação ao corpo Técnico Administrativo Educacional (TAE).

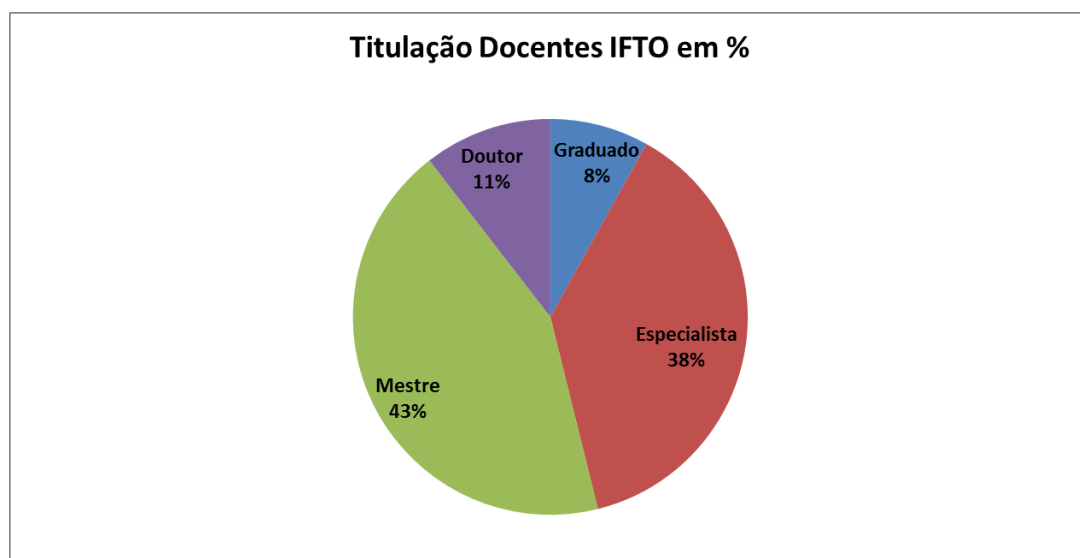


Gráfico 10: Titulação do Corpo Docente do IFTO em %.

Fonte: Documentos IFTO

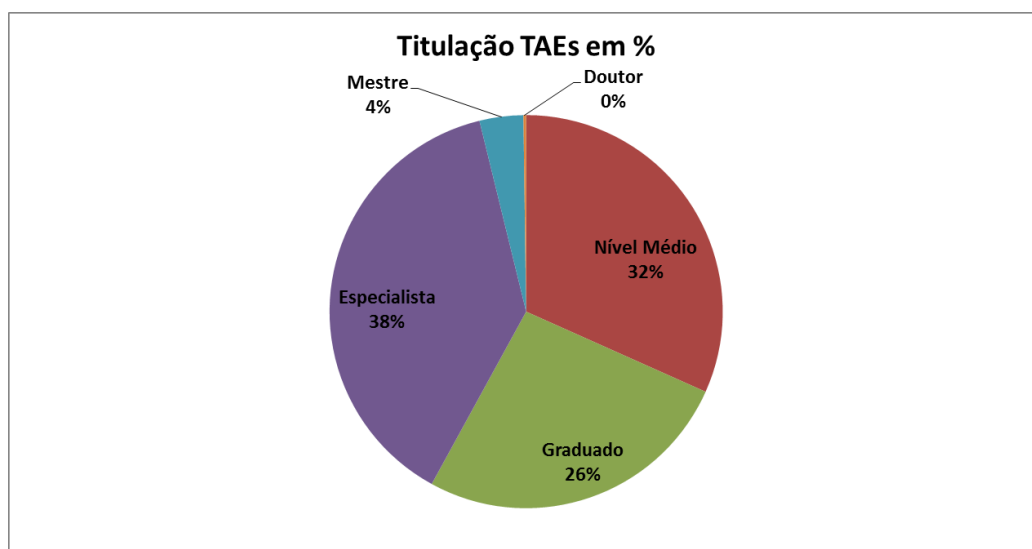


Gráfico 11: Titulação do Corpo Técnico Administrativo Educacional do IFTO em %.

Fonte: Documentos IFTO

INOVAÇÃO

Atividades Desenvolvidas

Revisão do planejamento estratégico do NIT.

Elaboração junto com a equipe da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação do Planejamento Estratégico de Ações para 2011-2014.

Apresentação do NIT, seus objetivos e legislação pertinente à propriedade intelectual nos *campi*.

Participação no Fórum de Gestores de NIT – FORTEC em maio.

Levantamento dos servidores com perfil para compor a equipe do NIT.

Formação de equipe para elaborar a prospecção de ativos tecnológicos do IFTO.

Elaboração da minuta de regulamentação dos tramites de proteção da propriedade intelectual no âmbito do IFTO.

Elaboração da minuta de regulamentação da criação da Central de Empresas Júnior.

Participação na comissão de organização da JICE.

Avaliador ad hoc na JICE.

Acompanhamento do edital para concessão de bolsas para projetos inovadores.

Visita a Agência de Inovação da Unicamp em setembro.

Elaboração do I Workshop em Pesquisa Empreendedora.

Recepção da equipe gestora da Pró-reitoria de pesquisa da Unicamp no IFTO.

Proposta de convênio de cooperação entre IFTO e Unicamp.

Minicurso para elaboração do plano de negócios na metodologia CANVAS em parceria com SEBRAE.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS-DREI

À Diretoria de Relações Institucionais DREI/PROEX Compete:

I- promover relações de intercâmbio, acordos de cooperação e convênios com instituições regionais, nacionais e internacionais;

II.-desenvolver ações de integração, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;

III-definir diretrizes para a implementação da política de cooperação nacional e de cooperação internacional em conjunto com a Assessoria de Relações e Assuntos Internacionais do IFTO;

IV- articular, participar, construir e zelar a política de Relações Empresariais e Comunitárias do IFTO;

V. viabilizar as iniciativas empreendedoras no IFTO.

VI- promover e fortalecer a interação entre a Instituição, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de extensão.

VII- fortalecer a integração entre os *campi* e as regiões em que estão inseridos de modo a transformar o conhecimento adquirido em soluções de mercado e na viabilização de recursos para a busca de novas tecnologias sustentáveis.

1.2 COOPERAÇÃO TÉCNICA (sem repasse de recursos) DREI/PROEX:

EMPRESA/INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA ASSINATURA	VALIDA DE
ASCAMPA - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO (Processo nº 23235.000163/2011-03)	O Presente Termo de Compromisso visa estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.	03/08/2014	03/08/2016
COLLEGE DE ARTESANATO E DESIGN DE NEW BRUNSWICK-CANADA	Memorando de Entendimento para ações conjuntas	17/03/2011	17/03/2014
COLLEGE OF ROCKIES, BRITISH COLUMBIA , CANADÁ	Cooperação Institucional Internacional	29/04/2014	14/0/2019
DEFENSORIA PÚBLICA-TO	Oferecimento de Estágio Curricular	15/06/2010	15/06/2015
DENIT	Oferecimento de Estágio Curricular	16/04/2010	16/04/2015
ELETROBRAS/ELETRONORTE	Oferecimento de Estágio Curricular	14/08/2014	14/08/2016
EMBRAPA 1	Estágio Curricular e Extracurricular	01/08/2012	01/08/2017
EMBRAPA 2	Cooperação Geral , Ensino , Pesquisa e Extensão objetivo Cooperação institucional.	02/06/2014	19/06/2019
EMPRESA POR DENTRO DO ESPORTE	Cooperação para realização do 1º Simpósio de Desportos Escolar - SIMDEDUC	07/03/2014	07/04/2014
FAEL –SOCIEDADE TÉCNICA	Objetivando a Concessão de descontos em cursos de graduação e pós	06/08/2014	06/08/2018

EDUCACIONAL DA LAPA S/A	graduação para Servidores do IFTO		
FAPTO /UFT/SENAES	Termo de Parceria para implantação do Centro de Formação de Economia Solidária –CFES Amazônia II	01/09/2014	01/09/2015
FULBRA	Oferecimento de Estágio Curricular	29/03/2010	29/03/2015
FTP- FACULDADE TECNOLÓGICA DE PALMAS	Objetivando a Concessão de descontos em cursos de graduação e pós graduação para Servidores do IFTO	06/08/2014	06/08/2018
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Programa Agenda Ambiental da Administração Pública A3P do IFTO (DOU seção 3,pg 213 de 14/12/2011)	07/12/2011	07/12/2016
IDEAL CONSTRUTORA	Cooperação para ações na área de pesquisa científica.	07/11/2013	07/11/2015
INCRA 23235.000202/2011-64	Oferecimento de Estágio Curricular	04/08/2014	04/08/2015
INSTITUTO BLAISE PASCAL	Agente de Integração para Estágios, objetivo operacionalização de programas de estágios.	12/08/2013	12/08/2018
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA	Cooperação Técnica para Pesquisa e suporte técnico entre IFTO e IPEA.	23/05/2012	23/05/2014
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO - IPCB(PORTUGAL)	Protocolo de cooperação para promover o intercâmbio cultural, científico e tecnológico .	15/02/2013	15/02/2018
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	Convênio Estágio Curricular	01/09/2014	01/09/2017
MINDS /INTITUTO MINDS DE IDIOMAS LTDA	Acordo de Cooperação	24/03/2014	24/03/2016
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ACREDITAÇÃO DO IFTO PELA DCP/MARINHA DO	maio/2013	maio/2017

(Processo nº 23235.000097/2013-25)	BRASIL E MINISTÉRIO DA PESCA		
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (processo nº 23235.000307/2013-85)	O objetivo do termo é estabelecer um projeto de cooperação mútua a fim de implementar a Política para Formação Humana na Área da Pesca Continental e Aquicultura Familiar. oferta de cursos pelo Pronatec, o uso do Sistema Informatizado de Gestão da Pesca - SIG Pesca - e a oferta de estágio curricular aos discentes do IFTO matriculados nos	09/10/2013	09/10/2015
NATURATINS Processonº 23235.000127/2011-31	Oferecimento de Estágio Curricular	11/06/2013	10/06/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS	Oferecimento cursos EAD	01/ 04/2013	01/04/2014
RURALTINS Processo:23235.000064/2011-13 2ºTermo Aditivo :Conv.01/2010)	- Cooperação Institucional; -Oferecimento de Estágio Curricular	20/04/2014	20/04/2015
SEAGRO Processo nº 23235.00068/2011-00	Oferecimento de Estágio e cooperação na agropecuária	07/02/2011	31/12/2014
SEAGRO nº 23235.00068/2011-00	Apoio Institucional nas ações de Difusão Tecnológica e fomento a atividades agropecuárias e florestais no Estado do Tocantins	11/04/2014	11/04/2016
SECRETARIA DAS CIDADES e DESENVOLVIMENTO URBANO-GOV.ESTADUAL	JARDINS TOCANTÍNIOS Projeto de Arborização e Paisagismo do Tocantins- Território da cidadania Bico do Papagaio.Campus Araguatins	22/08/2011	22/08/2014
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-SEDUC	Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID	08/02/2013	08/02/2015
SEDUC	Termo de Convênio (SEM REPASSES) estabelecimento de ações conjuntas para transição e implantação do IFTO Campus Pedro Afonso	27/05/2014	30/06/2015

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE SESAU-TO Processo nº23235.000160/2012-42	Realização de Estágio e/ou pesquisa em Saúde	21/01/2014	21/01/2018
SESCOOP-TO (processo nº 23235.000174/2010-50	Execução de atividades conjuntas de capacitação profissional na área da educação cooperativista e estágio curricular. (sol. Aditivo)	26/11/2010	26/11/2014 (aditivo nº01/2011)
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TOCANTINS	Estágio Curricular obrigatório	10/06/2013	10/06/2014
SEFAZ-TO	Estágio Extracurricular	05/05/2014	05/05/2015
SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS	Atividades conjuntas em prol do cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial conforme Lei 12.288/2010	30/09/2011	31/12/2014
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –SEMADES Processo nº 23235.000141/2013-05	Projeto RODONTUR Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento das atividades turísticas e sociais, por meio do intercambio cultural e técnico de estudantes.	03/07/2014	03/09/2014
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS -TRE-TO	O objetivo a Cooperação Técnica para a realização de atividades extracurriculares, do PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO, que tem por finalidade precípua propiciar aos estudantes dos cursos oferecidos pelo IFTO conhecimentos teóricos e práticos sobre CIDADANIA e o PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL BRASILEIRO, bem como de maximizar recursos humanos técnicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.	12/07/2012	12/07/2017

ULBRA	Oferecimento de Estágios	26/03/2014	26/03/2016
UFT Processo nº 23235.000371/2013-66	Oferecimento de Estágio Curricular	05/12/2013	05/12/2018
UNITINS Processo nº 23235.000001/2910-31)	Oferecimento de Estágio Curricular	22/04/2010	22/04/2015
UNIVERSITÉ SORBONNE	Intercambio Institucional para atender as áreas de ensino , pesquisa e publicações de estudos científicos.	02/01/2011	02/01/2016
UNIVERSIDADE AVEIROS/PORTUGAL	Intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos de docência, da investigação e intervenção cultural	02/03/2012	02/03/2017
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR/PORTUGAL	Protocolo de Cooperação objetivo intercambio de interesses em áreas afins.	06/06/2013	06/06/2018
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –RS (UFSM)	O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre a UFSM e o IFTO, nas áreas de situação interesse comuns	06/08/2012	06/08/2017

-Nas cooperações técnicas firmadas com Instituições Públicas e Privadas não há cláusulas que determine o repasse de recursos financeiros, apenas cooperação mútua para execução das atividades estabelecidas nos termos de parceria.

Estudantes que Estagiaram em 2014

<i>Campus</i>	Nº Empresas / Instituições Públicas e Privadas que ofereceram vagas de Estágios	Nº Estágios
Araguatins	31	165
Araguaína	24	280
Colinas do Tocantins	*	*
Dianópolis	*	*
Gurupi	18	39

Palmas	404	292
Paraíso do Tocantins	54	109
Porto Nacional	47	67
Avançado Pedro Afonso	26	87
Avançado Lagoa da Confusão	*	*
Avançado Formoso do Araguaia	*	*
Total IFTO	604	1.039

O Campus de Colinas do Tocantins e os *Campi* avançados de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia não iniciaram seus programas de estágios.

O Camus Dianópolis não enviou nenhum aluno para estágio no ano de 2014

1.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS DO IFTO :

SISTEMA ELETRÔNICO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Campus Palmas:

Foi implantado o Sistema Gerenciador de Egressos, com objetivo de conhecer a opinião dos egressos a cerca da formação recebida, tanto curricular quanto ética para, desta forma, avaliar as políticas de ensino praticadas, adequando-as às exigências do mercado de trabalho e da comunidade e manter registro atualizado das informações sobre os egressos da instituição, possibilitando contatos, encontros e demais atividades em comum. De acordo com as atas de Colação de grau, serão inclusos os alunos no Sistema, a data prevista de todos estarem inseridos é até o dia 10/01/2015.

ENCONTRO DE EGRESSOS

Para os ex - alunos o encontro de egressos é uma oportunidade ímpar de rever antigos colegas de sala, amigos e professores. Para a instituição esse encontro é importante por possibilitar o registro atualizado das informações sobre os ex-alunos da instituição, possibilitando contatos, encontros e demais atividades conjuntas, inclusive no que concerne ao oferecimento de vaga de empregos, além de ser uma oportunidade de conhecer a opinião dos egressos acerca da formação recebida junto ao IFTO.

Realizaram Encontros de egressos os campi: Araguatins e Palmas, estamos trabalhando com a direção dos demais *campi* para iniciarem seus encontros e ações de acompanhamento de egressos.

1.5 AÇÕES APOIADAS e/ou COORDENADAS PELA DRI/PROEX EM 2014:

-SEGURO DE VIDA DOS ALUNOS DO IFTO: Acompanhar e fiscalizar a execução do Seguro de Vida dos Estudantes do IFTO contrato 01/2011 apólice nº 0101.82.00.00000033 empresa Federal Seguros S/A; Em 2014 foram 9.814 estudantes segurados; São segurados os estudantes devidamente matriculados nos cursos presenciais ou da Educação à Distância- EAD oferecidos pelo IFTO.

- PRONATEC/FIES: Coordenação do Programa PRONATEC/FIES ,programa que tem por finalidade ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica através do financiamento estudantil abrangendo a educação profissional e tecnológica, a DRI coordena o processo de habilitação das escolas particulares no sistema FIES através da visita in loco pelos avaliadores as Escolas que solicitaram habilitação para atuar no PRONATEC/FIES.

- AGENDA AMBIENTAL A3P NO IFTO:

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA se comprometendo a implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública; O acompanhamento das ações da Coleta Solidária(Cooperação com a ASCAMPA) e apoio nas ações de sustentabilidade das demais pro reitorias no IFTO.

- Programa Jovem Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego- M TE:

A Aprendizagem é estabelecida pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

-RONDON TUR : Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento das atividades turísticas e sociais, com uma visão empreendedora, durante a Temporada de Praia 2014, por meio de intercâmbio cultural e técnico de estudantes de Instituição de Ensino Técnico e Superior, municípios e Comitê Gestor de Temporada de Praia 2014.

“OFICINA DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA REGIÃO NORTE”

Evento realizado nos dia 15 e 16 de Setembro 2014 no Campus Palmas onde foram discutidos políticas públicas destinadas a Economia Solidária na Região Norte.

- REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL: Membro Efetivo do Conselho Estadual de Economia Solidária.

Coordenação para assuntos e projetos internacionais /CRAI

Janeiro

- Ciência sem Fronteiras*: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais**: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.

Fevereiro

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.

Março

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Preparação e finalização do Acordo de Cooperação (Memorandum Of Understanding-MOU) entre o IFTO e a instituição canadense College of the Rockies.

Abril:

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Assinatura do Acordo de Cooperação (Memorandum Of Understanding-MOU) entre o IFTO e a instituição canadense College of the Rockies.
- Acompanhamento do aluno do IFTO aceito para intercâmbio na instituição canadense College of the Rockies a partir de candidatura à bolsa - ELAP - oferecida pela embaixada canadense.

Maiio

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.

- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Plenária do FORINTER – Fórum de Relações Internacionais.

Junho

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.

Julho

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Chamada SETEC/CNPq nº 015/2014 - programa Professores para o Futuro I. ***

Agosto:

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Organização para aplicação do exame de proficiência TOEFL-ITP.
- Preparação para recepção da estagiária-pesquisadora francesa.

Setembro:

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Organização e aplicação do exame de proficiência TOEFL-ITP.
- Recepção e encaminhamento da estagiária-pesquisadora francesa ao campus Porto Nacional.

Outubro

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Organização e aplicação do exame de proficiência TOEFL-ITP.
- Ciência sem Fronteiras: realização de chamada interna.

Novembro

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Ciência sem Fronteiras: Homologação e acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Organização e aplicação do exame de proficiência TOEFL-ITP.
- Plenária do FORINTER – Fórum de Relações Internacionais.

Dezembro

- Ciência sem Fronteiras: Acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa.
- Afastamentos Internacionais: Acompanhamento e instrução de processos de servidores para afastamentos internacionais.
- Chamada SETEC/CNPq nº 041/2014 - programa Professores para o Futuro II. ***
- Participação da chamada pública para adesão ao programa de pesquisadores franceses.

** Em 2014 foram homologados nove estudantes para realização de intercâmbio em nível de graduação pelo programa Ciência sem fronteiras.*

***Em 2014 trinta servidores solicitaram afastamento internacional para capacitação, pós-graduação e intercâmbio acadêmico.*

*** *Tivemos a aprovação de três propostas de docentes para as chamadas para a Finlândia. Dois professores chegaram a realizar o intercâmbio. Um já retornou, e o outro ainda se encontra na Finlândia, intercâmbio em andamento.*

DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Em agosto de 2014, a Coordenação de Assistência ao Estudante transformou-se em Diretoria de Assuntos Estudantis. Esse foi um importante passo para o IFTO diante do montante considerável de recursos da pasta e da importância das ações de Assistência Estudantil para a permanência e êxito do estudante. A diretoria acompanhou a execução das ações junto aos setores de Assistência Estudantil dos *campi*.

A Diretoria de Assuntos Estudantis realizou as seguintes ações:

Cadastro de Entidades Estudantis: cadastro criado com o objetivo de reconhecer formalmente a existência de entidades estudantis e a legitimidade de seus representantes.

Encontro de Entidades Estudantis: evento criado com o objetivo de fortalecer o diálogo entre a gestão e os estudantes, ouvir as demandas do movimento estudantil e dar os devidos encaminhamentos. A primeira edição do encontro ocorreu no dia 26 de agosto de 2014.

Calendário de Eventos Estudantis: calendário composto pelos eventos internos e externos com previsão de envio de caravana ou representação estudantil a fim de melhorar o planejamento operacional e financeiro para as viagens. Os eventos que integram o calendário são de diversas áreas, como eventos científicos, esportivos, artísticos e de formação política.

Web Reuniões da Assistência Estudantil: reuniões virtuais com as equipes dos campi com o objetivo de tratar de assuntos da área e otimizar tempo e recursos financeiros. Em 2014, foram realizadas 3 web reuniões nas seguintes datas: 25 de setembro, 17 de outubro e 27 de novembro.

IFESTIVAL: criação do Festival de Talentos Estudantis do IFTO, primeiro evento em arte e cultura em âmbito estadual da instituição, que ocorreu entre os dias 8 e 9 de outubro de 2014, no Campus Dianópolis, em paralelo com a 5ª Jornada de Iniciação Científica e de Extensão do IFTO (JICE). O evento contou com exposição de obras (desenho, fotografia, pintura e poesia) produzidas por estudantes, por uma mostra de talentos (nas categorias dança e voz & violão) e por apresentações teatrais do Campus Gurupi.

Apoio ao II CONEIFTO: A Diretoria de Assuntos Estudantis apoiou o II Congresso dos Estudantes do IFTO, enviou informações aos campi e assessorou a comissão organizadora. O evento ocorreu entre os dias 26 e 28 de outubro de 2014 no Campus Palmas.

Ação Dia do Estudante: foi realizada uma ação nas redes sociais a fim de valorizar o estudante da instituição com a postagem de fotos dos alunos e uso da #SouIFTO. As fotos postadas foram replicadas nas redes sociais do IFTO.

Apoio à caravana para o ENET: A Diretoria de Assuntos Estudantis deu suporte e assessoria à caravana de estudantes que participaram do Encontro Nacional de Estudantes do Ensino Técnico entre os dias 18 e 21 de abril de 2014 em Brasília-DF. Foram enviados 70 estudantes dos campi de Araguaína, Araguatins, Palmas e Porto Nacional, além de 4 servidores responsáveis. O diretor de Assuntos Estudantis participou do evento para levantar questões e participar das discussões do movimento estudantil secundarista dos institutos federais.

Modelo de relatórios: A Diretoria de Assuntos Estudantis passou a adotar outros modelos de relatórios mais adequados às alterações feitas no Regulamento de Assistência Estudantil. Os modelos foram discutidos e aprovados em web reunião com a participação das equipes de servidores dos campi.

Execução orçamentária: Foi utilizado todo o orçamento anual de Assistência Estudantil do IFTO.

Programa de Bolsa Permanência: Foram incluídos mais bolsistas ao programa e a Diretoria de Assuntos Estudantis acompanhou a situação dos bolsistas por meio de pedido de informações dos campi e autorizou mensalmente o pagamento das bolsas. Até o fim de 2014, o programa contava com 17 bolsistas no IFTO.

Seguro de Acidentes Pessoais: Foi renovado o Seguro de Acidentes Pessoais para os todos os estudantes e estagiários da instituição.

Benefícios concedidos

Foram concedidos 85.438 benefícios de Assistência Estudantil em 2014 pelo IFTO em seus diversos campi. A quantidade foi recorde devido ao aumento no orçamento da pasta e melhoria dos mecanismos de controle das ações dos campi.

IV Seminário de Assistência ao Estudante

Foi realizado o IV Seminário de Assistência ao Estudante, na Reitoria, de 9 a 11 de junho de 2014, com a participação de representantes de todos os *campi*: profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Saúde e líderes estudantis. Durante a discussão do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFTO foram propostas alterações, que foram apreciadas pelo Colégio de Dirigentes (CODIR) e deliberadas pelo Conselho Superior (CONSUP). Apresentamos abaixo as principais alterações aprovadas pela Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, de 8 de agosto de 2014:

Sobre os eixos

Divisão do Programa em dois eixos: 1) Eixo Universal: destinado a todos os estudantes regularmente matriculados e composto por 12 programas. São eles: I - Programa de acompanhamento pedagógico; II - Programa de acompanhamento social; III - Programa de acompanhamento psicológico; IV - Programa de assistência à saúde; V - Programa de assistência a viagens; VI – Programa de mobilidade acadêmica; VII - Programa de incentivo ao esporte e lazer; VIII - Programa de incentivo à arte e cultura; IX - Programa de incentivo à formação cidadã; X - Programa de educação para a diversidade; XI - Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação; XII - Programa de inclusão digital. 2) Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante: destinado prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social comprovada por meio de análise socioeconômica e

composto por 9 benefícios. São eles: I – Auxílio-transporte; II – Auxílio-alimentação; III – Auxílio-moradia; IV – Auxílio-material didático; V – Auxílio-uniforme; VI – Bolsa-formação profissional; VII – Auxílio-emergencial; VIII – Auxílio aos pais estudantes; IX – Bolsa-atleta.

Sobre a gestão e supervisão

Para contribuir com uma tomada de decisão de forma coletiva, foram criadas as seguintes instâncias: Comitê Gestor de Assistência Estudantil (formado pela Diretoria de Assuntos Estudantis, pelos responsáveis por esse setor em cada campus e por dois representantes estudantis) e Comissões Locais de Assistência Estudantil (formado em cada campus por profissionais ligados à área, dois estudantes e representantes do ensino, pesquisa e extensão).

Sobre a equipe multiprofissional

O Regulamento passou a designar os diversos profissionais que compõem a equipe de Assistência Estudantil. São eles: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, orientadores educacionais, técnicos e auxiliares em assuntos estudantis, assistentes de aluno, médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos e auxiliares em enfermagem, nutricionistas e profissionais de educação física.

Valores dos benefícios e suas alterações:

Benefício	Como era	Como ficou
Auxílio-transporte	Urbano: até 10% Rural: até 20%	Urbano: 20% Rural: até 40%
Auxílio-alimentação	Até 20%	Até 30%
Auxílio-moradia	Até 50%	Até 50%
Auxílio-material didático	Até 15%	Até 30%
Auxílio-uniforme	Não se aplica	Não se aplica
Auxílio de formação profissional	Até 50%	Até 50%
Auxílio Pais-Estudantes	Até 30%	Até 30%
Auxílio-emergencial	Até 30%	Até 150%
Auxílio-viagens	5% ou 10%	Até 8% ou entre 10 e 15%

Atividades Esportivas

As atividades esportivas promovidas pelo IFTO e com participação dos campi de forma coletiva foram coordenadas pelo professor da área de Educação Física, José Aluísio Mendes de Sousa Júnior, em parceria com as Coordenações de Educação Física dos campi.

Ação e descrição	Objetivo	Resultados	Período e/ou local
1 - Reunião com Coordenadores de Educação Física dos campi Período: abril e setembro de 2014	Garantir de forma democrática as ações, o treinamento esportivo no IFTO, os Jogos Internos do IFTO (JIFTO) e participação na etapa regional dos Jogos do Institutos Federais (JIF Centro-Oeste) e etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais (JIF).	- Planejamento e Organização do JIFTO e dos Jogos dos Servidores em 2014. - Construção do Regulamento Geral dos Jogos e Específico das modalidades. - Avaliação das Ações	
2 - Jogos Internos do IFTO (JIFTO) Os jogos reuniram em Gurupi todos os 7 (sete) campi do IFTO: Araguaína, Araguaatins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Participaram 365 estudantes atletas. 29 de maio a 1º de junho de 2014 Gurupi-TO	Desenvolver o intercâmbio social e esportivo na área de desporto escolar e promover a integração entre os campi do IFTO.	- Participação de estudantes aumentou 15% em relação a 2013; - Equipes dos campi nas seguintes modalidades: Futsal, Handebol, Voleibol, Basquete, Atletismo, Tênis de Mesa, Natação, Xadrez, Vôlei de Praia e Futebol de Campo. - As equipes masculinas e femininas campeãs por modalidade foram classificadas para representar o IFTO no JIFCO.	
3 - JIF Centro-Oeste A delegação do IFTO foi composta por equipes dos campi: Araguaatins, Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Palmas. Participaram 115 estudantes atletas.	Assegurar ao estudante acesso à prática esportiva, conhecimento relativo ao esporte e lazer, propiciando uma linguagem simples e objetiva.	- A participação de estudantes aumentou em 10% em relação a 2013; - Maior número de equipes; - Classificação de equipes para o JIF Etapa Nacional.	4 a 8 de agosto de 2014 Goiânia-GO
4 - JIF Etapa Nacional	Assegurar ao estudante acesso à prática esportiva, conhecimento relativo ao esporte e lazer, propiciando uma linguagem simples e	A participação de estudantes aumentou 50% em relação a 2013.	19 a 23 de setembro de 2014 Natal-RN

A delegação do IFTO foi composta por equipes dos campi Araguaína, Araguatins e Palmas.Participaram 35 estudantes atletas.	objetiva.		
5 - Jogos dos Servidores Os Jogos reuniram Reitoria e 9 campi do IFTO Participaram cerca de 120 servidores atletas.	Promover a integração dos servidores por meio de atividades físicas e esportivas.	A participação de servidores aumentou cerca de 35% em relação a 2013.	21 a 23 de novembro de 2014 Porto Nacional-TO

PRONATEC

As ações do PRONATEC em 2014 foram a realização de 62 cursos FIC e 1 curso técnico:

Campus	Cursos FIC	Cursos Técnicos	Total de Matrículas
Araguaína	09	-	807
Araguatins	08	01	715
Avançado de Lagoa da Confusão	02	-	100
Avançado de Formoso do Araguaia	02	-	51
Dianópolis	05	-	167
Gurupi	10	-	323
Palmas	13	-	467
Paraíso do Tocantins	08	-	381
Porto Nacional	05	-	179
Total	62	1	3190

Programa de Bolsa de Extensão (PBEX) IFTO

Visa viabilizar a integração do conhecimento científico e tecnológico com as demandas sociais. As atividades desenvolvidas por esta coordenação diante do PBEX foram: a criação do Programa, lançamento de edital, divulgação de resultados de seleção de projetos, monitoramento dos projetos, confecção de modelos de relatório parcial e final.

Projeto de Extensão	Coordenador	Unidade
Investigação de HAS e DM na comunidade de Araguaína, Setor Neblina.	Ângelo Cássio B. Nascimento	<i>Campus Araguaína</i>
Ouse mexer.	Eduardo Lima Santos	<i>Campus Araguaína</i>
A comunidade do campo e sua contribuição na sociedade – formação humana, política, econômica e social: fortalecendo a inserção da comunidade do Núcleo de Produção Agrícola Boa Sorte na cadeia produtiva regional.	Luciana Pinto Fernandes	<i>Campus Araguatins</i>
Desenvolvimento da cadeia produtiva leiteira da mesorregião do Bico do Papagaio.	Alfonso Dimpério Sequeira	<i>Campus Araguatins</i>
Uso de extrato de folhas de <i>nim</i> (<i>Azadirachta indica</i>) no controle da mosca-do-chifre (<i>Haematobia irritans</i>) em bovinos do Projeto de Assentamento Transaraguaia.	Poliana M. A. de Carvalho	<i>Campus Araguatins</i>
Defensivos agrícolas alternativos: eficiência e sustentabilidade.	Idelfonso Colares de Freitas	<i>Campus Araguatins</i>
Horticultura com base orgânica no Projeto de Assentamento Boa Sorte: promovendo bem estar social e melhoria da Renda Familiar.	Alcides dos Reis C. Filho	<i>Campus Araguatins</i>
Avaliação de diferentes concentrações das folhas desidratadas de <i>min</i> (<i>Azadirachta indica</i>) no controle de nematoides gastrointestinais em bovinos naturalmente infectados.	Ana Gabriela C. R. do Nascimento	<i>Campus Araguatins</i>
Solução com concentrado de alho no controle de nematódeos em bovinos de tenra idade no assentamento São João.	Marcio Rogério Pereira Leite	<i>Campus Araguatins</i>
Reativação e desenvolvimento da piscicultura na comunidade do P. A. Boa Sorte.	Márcio Rogério Pereira Leite	<i>Campus Araguatins</i>
Incentivo ao desenvolvimento da ovinocultura a partir da criação de sistemas modelo de produção na mesorregião do Bico do Papagaio.	Alfonso Siqueira Dimpério	<i>Campus Araguatins</i>
Protótipo de um Sistema <i>Web</i> para auxiliar a gestão da piscicultura na região de Dianópolis.	Thiago Guimarães Tavares	<i>Campus Dianópolis</i>
Aprimorando para Vencer.	Samuel de Deus da Silva	<i>Campus Dianópolis</i>
Incentivo a produção de seringueira (látex) na região sudeste do Tocantins.	Pietro Lopes Rêgo	<i>Campus Dianópolis</i>
Projeto pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em AutoCAD básico na modalidade presencial.	Pietro Lopes Rêgo	<i>Campus Dianópolis</i>
QuiLimpa: trabalhando o reaproveitamento de óleo de cozinha usado e a economia doméstica.	Elaine da Cunha Silva Paz	<i>Campus Gurupi</i>

Qualificação profissional para construção civil.	Rodrigo Araújo Fortes	<i>Campus Gurupi</i>
Arranjo Produtivo Local na Construção do Sistema de Coleta Automatizado de Açaí na Região do Bico do Papagaio no Assentamento Sete Barracas.	Max Portuguese Obeso	<i>Campus Palmas</i>
Reconhecimento, valorização e qualificação dos profissionais da culinária palmense: os chamberizeiros.	Robleik Barbosa	<i>Campus Palmas</i>
Liga IFTO de futsal sub-15 e sub-17.	Raphael Gomes de A. Palazzo	<i>Campus Palmas</i>
Melhores caminhos.	Vinícius Souza Ribeiro	<i>Campus Palmas</i>
A difusão do conhecimento de gestão rural aos produtores de maracujá do polo de fruticultura São João, Porto Nacional, Tocantins.	Edvaldo Vieira P. Sant'Ana	<i>Campus Palmas</i>
O uso dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais na conservação do recurso pesqueiro nas Colônias de Pesca de Miracema do Tocantins, Lajeado e Brejinho do Nazaré.	Inocência Assumpção N. Cruz	<i>Campus Palmas</i>
Teste SIG PESCA em duas Colônias de Pesca na área de abrangência da UHE Lajeado.	Alessandro Borges Rodrigues	<i>Campus Palmas</i>
Monitoramento do desembarque pesqueiro em duas Colônias de Pesca na área de abrangência da UHE Lajeado.	Sylvia Salla Setubal	<i>Campus Palmas</i>
Arranjo Produtivo Local da Piscicultura: diagnóstico do Estado do Tocantins.	Alysson Soares da Rocha	<i>Campus Palmas</i>
Potencialidades e entraves ao desenvolvimento do arranjo produtivo local do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) no estado do Tocantins.	Clauber Rosanova	<i>Campus Palmas</i>
Bem receber: qualidade profissional & gestão sustentável.	Geruza Aline Erig	<i>Campus Palmas</i>
Orientação na formulação de planos de negócios para os produtores de maracujá do polo de fruticultura irrigada São João, Porto Nacional - Tocantins.	José Eustáquio Canguçu Leal	<i>Campus Palmas</i>
Manual do discente: uma resposta ao desconhecimento procedimental.	Fátima Regina Domingos	<i>Campus Palmas</i>
Dançando para educar.	Roberto Lima Sales	<i>Campus Paraíso do Tocantins</i>
Capacitação em manejo de abelhas <i>melliferas</i> para agricultores familiares.	Cláudia Veloso	<i>Campus Paraíso do Tocantins</i>
Consultoria Empresarial.	Márcio Eckardt	<i>Campus Paraíso do Tocantins</i>

Consultoria empresarial: uma ferramenta para o desenvolvimento do APL de confecções.	Márcio Eckardt	<i>Campus</i> Paraíso do Tocantins
Plano de melhoria da competitividade logística do Arranjo Produtivo Local (APL) de artesanato do capim dourado do município de Ponte Alta do Tocantins.	Gislâne Ferreira Barbosa	<i>Campus</i> Porto Nacional
Qualificação de força de trabalho para escritório.	Rodrigo Jorge Siqueira	Reitoria
Qualidade em atendimento.	Hélen Kaliane D. de M. Santos	Reitoria

15.ANEXOS

PORTARIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO DE GESTÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

PORTARIA Nº 1062/2014/REITORIA/IFTO, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pelo Decreto de 6 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2014, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Central responsável pela elaboração do Relatório de Gestão do IFTO, referente ao Exercício 2014, que será consolidado a partir das informações geradas pelas Comissões dos *campi*:

Nome	Matrícula Siape	Designação
Cícero Salatiel Pereira Lopes	1458260	Presidente
Janaína Miranda Muradas Amorim	1672511	Membro
Joel Ferreira Lopes	1108540	Membro
Adriano dos Guimarães de Carvalho	1738704	Membro
Mariana Brito de Lima	2623581	Membro
Ana Paula Mecnas Santos Pin	1848565	Membro
João Marcelo dos Santos Silva	1584032	Membro
Maria Edileuza Ferreira de França	48455	Membro
Jadson Vieira de Oliveira	1811994	Membro
Ricardo Carilo Vivas	1835201	Membro
Natália Lelis Guimarães Goulart	1817581	Membro
William de Sousa Dias	2028340	Membro

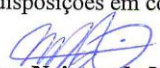
Art. 2º Os Diretores-gerais dos *campi* do IFTO deverão constituir Comissões Locais, compostas, no mínimo, de gestores financeiros e gestores educacionais. As portarias deverão ser encaminhadas no menor espaço de tempo à Comissão Central, para os procedimentos que se fizerem necessários.

Art. 3º As Comissões Locais terão o dia 20/2/2015 como data-limite de entrega dos relatórios à Comissão Central.

Art. 4º A Comissão Central deverá encaminhar à Reitoria o Relatório de Gestão até o dia 13/3/2015, para que este seja apreciado pelo Conselho Superior.

Art. 5º Encaminha-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

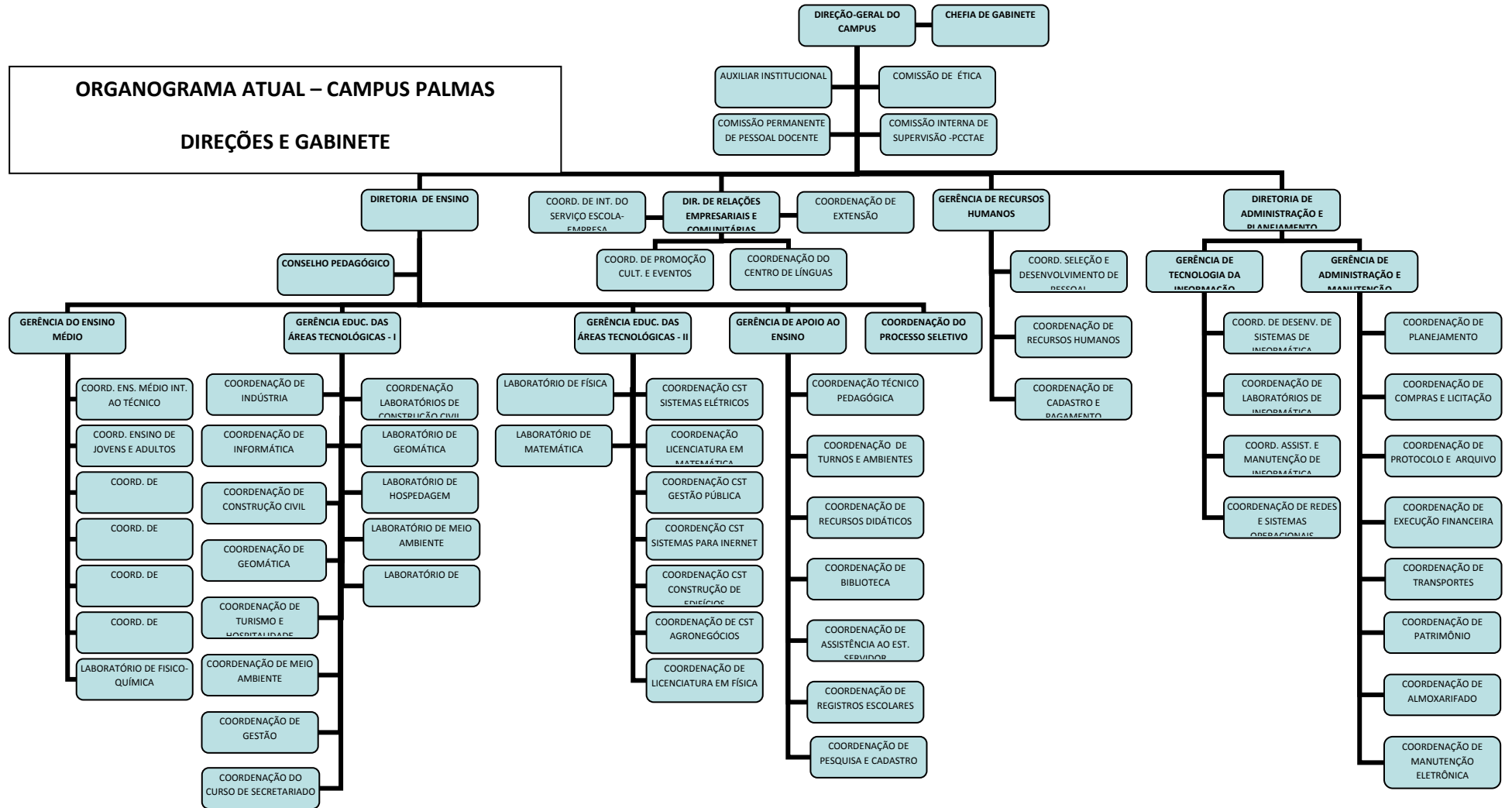

Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



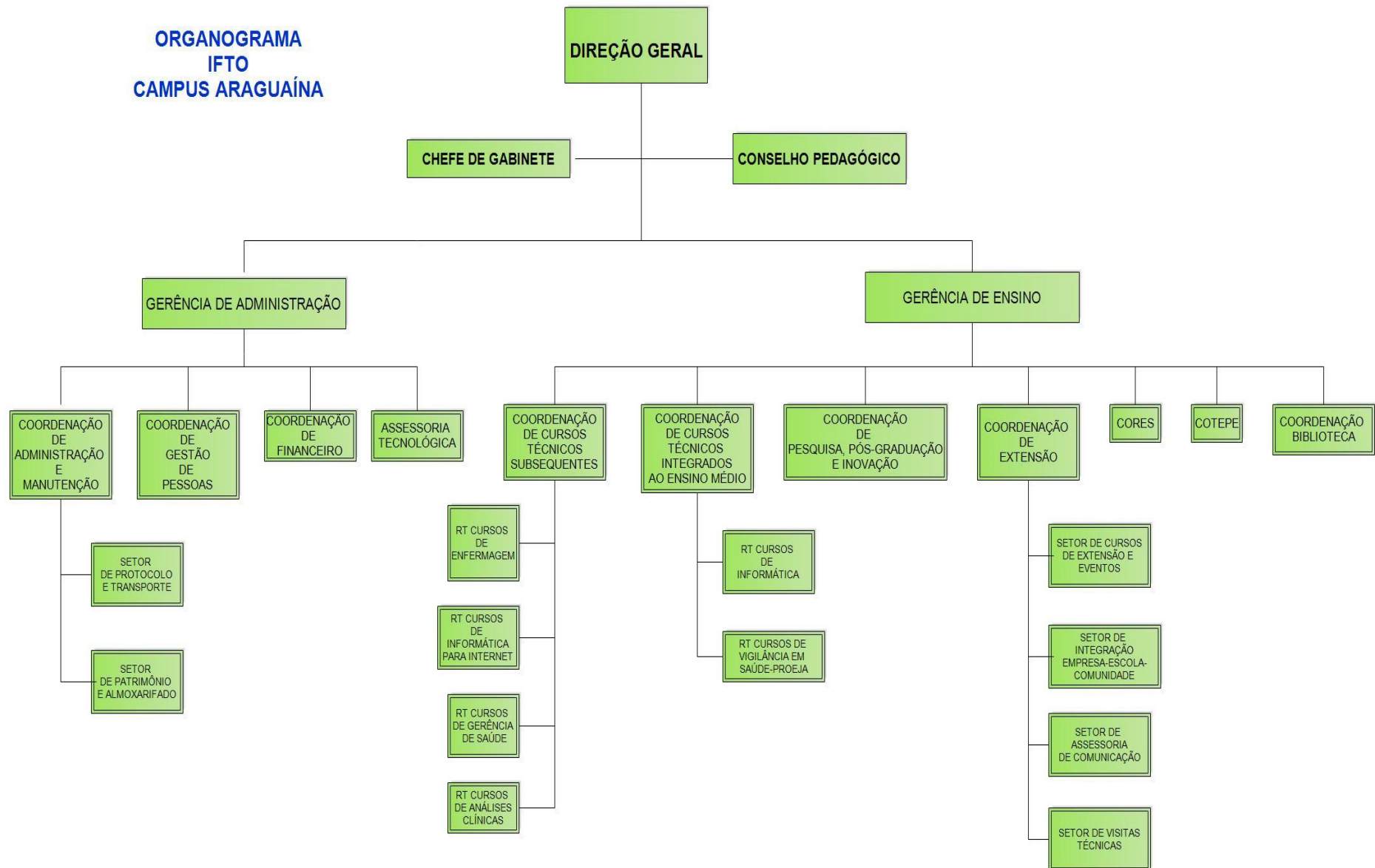
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

ORGANOGRAMA ATUAL – CAMPUS PALMAS

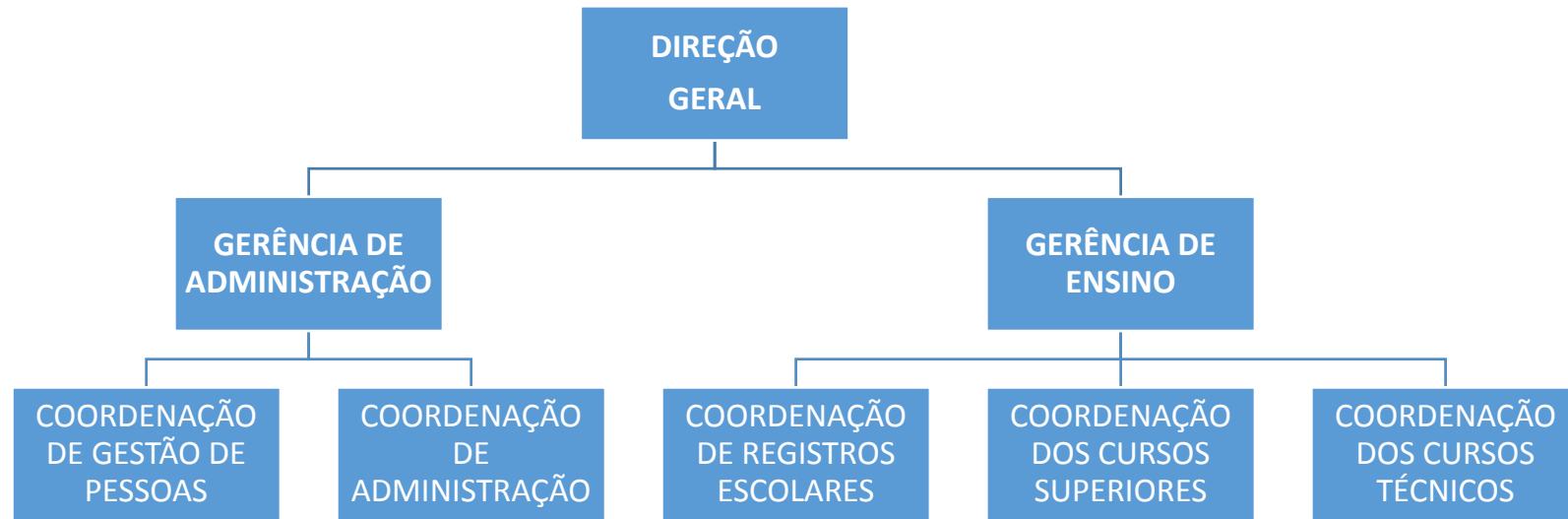
DIREÇÕES E GABINETE



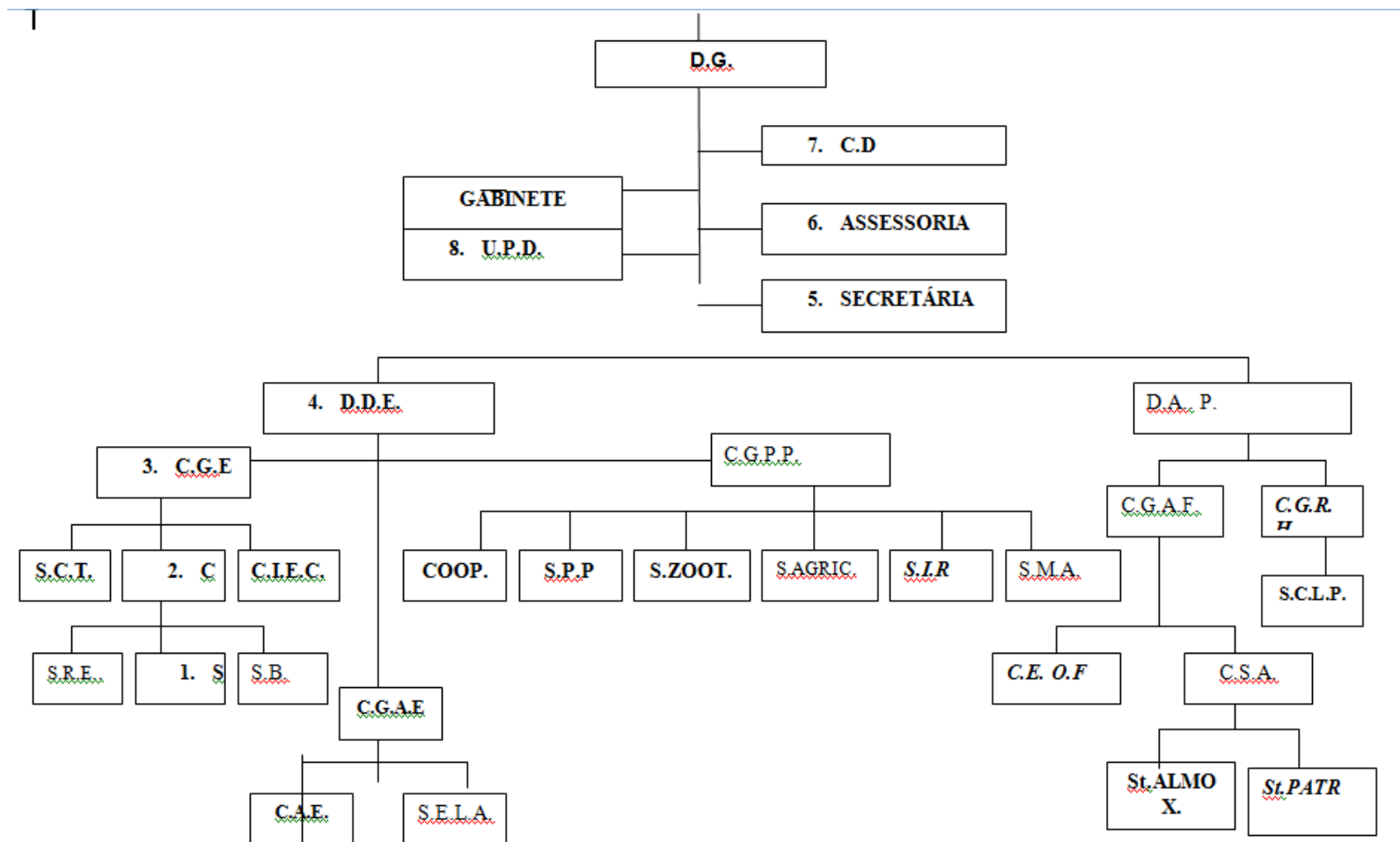
**ORGANOGRAMA
IFTO
CAMPUS ARAGUAÍNA**



ORGANOGRAMA CAMPUS PORTO NACIONAL-IFTO



ORGANOGRAMA CAMPUS ARAGUATINS



ORGANOGRAMA CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

